

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL

RAFAELLA MUSMANNO GONÇALVES

**POR ONDE ANDAM NOSSAS IDEIAS:
Reflexões A Partir Do Olhar Das Assistentes Sociais Sobre
Famílias**

UNIVERSIDADE
FEDERAL
FLUMINENSE

**NITERÓI - RJ
2021**

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

G635o Gonçalves, Rafaella Musmanno
Por onde andam nossas ideias: Reflexões a partir do olhar das Assistentes Sociais sobre famílias / Rafaella Musmanno Gonçalves ; Rita De Cássia Santos Freitas, orientadora. Niterói, 2021.
121 f.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGESS.2021.m.15436452752>

1. Famílias. 2. Política Social. 3. Assistência Social. 4. Produção intelectual. I. Freitas, Rita De Cássia Santos, orientadora. II. Universidade Federal Fluminense. Escola de Serviço Social. III. Título.

CDD -

RAFAELLA MUSMANNO GONÇALVES

**Por onde andam nossas ideias:
Reflexões a partir do olhar das assistentes sociais sobre famílias**

Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção de Grau de Mestre em Política Social. Área de concentração: Sujeitos Sociais e Proteção Social. Orientadora: Professora Dra. Rita De Cássia Santos Freitas.

NITERÓI - RJ
2021

**Por onde andam nossas ideias:
Reflexões a partir do olhar das assistentes sociais sobre famílias**

Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção de Grau de Mestre em Política Social. Área de concentração: Sujeitos Sociais e Proteção Social. Orientadora: Professora Dra. Rita De Cássia Santos Freitas.

Banca Examinadora

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Rita de Cássia Santos Freitas (Universidade Federal Fluminense – UFF)

Profa. Dra. Nívia Valença Barros (Universidade Federal Fluminense – UFF)

Dra. Josélia Ferreira dos Reis (Justiça Federal do Rio de Janeiro – JFRJ)

*Para minha família.
Dedico esta dissertação às mulheres que me criaram.
Para minha mãe e minha avó.*

*“Minha longa jornada termina
E agora retorno
Eu encontro meu caminho de volta para casa”*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha família, foram elas(eles) que investiram nos meus estudos, me impulsionaram mentalmente, fisicamente e economicamente para que pudesse cursar este Mestrado em Política Social, em uma universidade pública e gratuita de qualidade. Felizmente nasci em uma família de mulheres fortes e guerreiras, me sinto honrada de fazer parte, e tê-las na minha história. Dedico esta Dissertação a elas!

Para minha mãe, Valeria Musmanno, que esteve comigo nos piores dias, aqueles que pensei em desistir, me viu chorar, sorrir e conquistar meus sonhos. Agradeço imensamente todos os sacrifícios, a perseverança e o apoio, não só em relação as escolhas acadêmicas, mas na vida também.

Para minha avó Alberiza Musmanno (vovó Ilza). A senhora sempre fez todas(os) rirem, e estava lá quando todas(os) choravam. Seus pensamentos estão falhando um pouco, mas saiba que você fez a diferença na vida de muita gente, e eu fui uma delas. Obrigada por ser a melhor avó que uma neta pode ter. Se somos uma família de mulheres fortes é graças à matriarca.

Ao meu avô Francisco Musmanno (vovô Chico), que faz parte da minha história, me ensinou a vencer obstáculos, e que nenhuma dor no mundo pode tirar meu sorriso e minha vontade de estar com a família. Sua “neném” trilhou este caminho, chegou até aqui, e sei que o senhor me guiou.

Agradeço ao apoio da minha família e aos que amo como se fossem, algumas oportunidades não seriam as mesmas sem a ajuda de vocês. Para Ralph Jr. Musmanno, seu amor me dá forças, e neste ano tão difícil, percebi que sem ele, minha vida estaria sem graça e faria menos sentido. Obrigada por ser tão presente e amável!

Agradeço aos amigos, sem eles minha vida não seria tão feliz. Àqueles que fazem parte efetiva da minha vida, àqueles que não tenho tanto contato, mas amo do mesmo jeito e àqueles que já passaram por minha trajetória e tenho muito carinho. Para os presentes que a pós me reservou: Ana Beatriz (Bia) Quiroga e Railson Barboza. Para Bia, minha eterna amizade (da América Latina à Europa), passamos por muitas coisas, e dois meses morando em outros países não seria a mesma experiência sem você. Tornamos possível tudo que nos aconteceu. Para Railson, minha eterna gratidão, melhor representante de turma, cúmplice e amigo, juntos passamos por momentos alegres e aflições, obrigada pelas dicas e conselhos trocados.

Um grande abraço as professoras que percorreram minha formação, aos alunos, a turma de 2018.2, e ao Núcleo de Pesquisa Histórica sobre Proteção Social/Centro de Referência Social (NPHPS/CRD), aos projetos de pesquisa “Serviço Social e Famílias: concepções e práticas de Assistentes Sociais no Brasil e em Portugal” e “Por uma História de Gênero e Feminismos no Serviço Social”.

Professora Dra. Rita Freitas, obrigada pela orientação acadêmica e de vida, além de excelente profissional e orientadora (nunca me canso de enaltece-la), através da senhora tive a oportunidade de viver momentos inimagináveis, e sou muito grata pelo acolhimento dentro e fora da UFF. Agradeço também ao Leonardo Pacheco, que de forma aconchegante e amorosa me acolheu, espero reencontrá-lo em terras europeias!

Obrigada a banca examinadora, estou extremamente honrada com estas mulheres maravilhosas que aceitaram caminhar comigo com a construção desta dissertação! Profa. Dra. Nívia Valença Barros, que tantas vezes me recepcionou e me acolheu, confiou em mim em vários momentos e me proporcionou várias oportunidades, nunca esquecerei. A Profa. Dra. Carla Cristina Almeida Lima, brilhante professora e pessoa, as quartas-feiras na UERJ valiam a pena só por ouvi-la lecionar, obrigada também pela parceria na pesquisa. A querida Dra. Josélia Ferreira dos Reis, que sempre esteve presente no Núcleo me guiando, estou muito feliz por ter aceitado fazer parte da minha banca novamente (desde 2017 com o TCC), espero ter evoluído e seguidos seus conselhos.

E por último, mas não menos importante, agradeço a Deus, que me proporcionou todas as conquistas e me fez conhecer essas pessoas maravilhosas que encontrei em minha trajetória. Acredito que durante este mestrado pude crescer profissionalmente e como pessoa, evoluir e fazer o melhor possível.

Menção honrosa aos profissionais da linha de frente que estão trabalhando na pandemia do COVID-19, obrigada por estarem salvando vidas incessantemente, seus esforços serão notados. Esta pesquisa não poderia existir sem as(os) profissionais dos serviços essenciais. Parabéns às assistentes sociais participantes deste trabalho, com força e dedicação, continuam na luta e ainda reservaram um tempo para responder minhas perguntas, vocês são maravilhosas!

SUMÁRIO

Introdução	10
Trajectoria Metodológica	19
CAPÍTULO I - Famílias: Problematizando Conceitos, Revelando Contradições	28
• 1.1 “Família Ê, Família A ... Família”	29
• 1.2 Identidade E Sujeitos	36
• 1.3 Gênero, Feminismos E Interseccionalidades	38
• 1.4 Gênero, Famílias E Trabalho	45
CAPÍTULO II - Assistência Social Em Niterói: Conhecendo O Tema	51
• 2.1 Centralidade Das Famílias Na Política De Assistência Social	52
• 2.2 Famílias E Políticas	56
• 2.3 Familismo E Desfamiliarização	59
• 2.4 A Proteção Social Básica	62
• 2.5 O Município De Niterói, Meu Lar E Campo De Pesquisa	67
• 2.6 A Proteção Social Básica Niteroiense	70
CAPÍTULO III – Na Cidade De Niterói: O Questionário e os Inúmeros Questionamentos	75
• 3.1 Pequenas Explicações, Grandes Contextos	76
• 3.2 Vamos Ao Que Interessa?	79
• 3.3 Por Onde Andam Nossas Ideias?	83
Considerações Finais	100
Referências	103
Anexos	113

RESUMO

Esta dissertação de mestrado tem como objetivo principal analisar as concepções acerca das famílias e das políticas voltadas para estas, através da perspectiva de Assistentes Sociais que atuam na Proteção Social Básica de Niterói. Buscou-se compreender o modo como as assistentes sociais do município lidam com a temática da família, tema que ocupa lugar central nas políticas públicas, nos serviços e benefícios sociais. Para isso, além da revisão bibliográfica e o estudo da legislação referente ao tema proposto, foram ouvidas assistentes sociais que atuam em dois CRAS do município. O conhecimento acerca deste tema é aprofundado através de suas múltiplas manifestações na realidade brasileira, expressas nas profundas alterações sociais e econômicas que atingem diretamente as famílias pobres. O estudo das relações de gênero – aqui entendido de forma interseccional - se faz importante, pois a medida que possibilita compreender a construção dos papéis sociais e o modo como estes reverberam no interior das famílias. A partir do relato das assistentes sociais percebemos a permanência de algumas temáticas, tais como: a pluralidade existente na definição dos tipos de famílias atendidas, e a descrição de um perfil comum às das principais usuárias dos benefícios, normalmente mulheres, negras e pobres. Foi possível refletir também acerca da fragilidade ainda existente nas políticas voltadas às famílias, bem como a necessidade de um olhar que considere as questões de gênero para uma melhor estruturação dessas políticas. A partir de uma análise crítica e qualificada, refletiu-se sobre o cotidiano destas assistentes sociais, suas experiências e reflexões em tempos de pandemia, e seus papéis enquanto profissionais e mulheres nesse momento histórico.

Palavras-Chave: Famílias, Política Social, Assistência Social.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the concepts of Families and family-oriented social policy initiatives through the lenses of social workers from Niterói's Basic Social Protection. It sought to understand how the city's social workers interact with the concept of family, a central piece in public initiatives, services, and social benefits. In order to do so, social workers allocated in two CRAS in the municipality were interviewed in addition to the bibliographic and legislation research around the theme. Nevertheless, a broader discussion unfolds throughout the Brazilian scenario and its social and economic shifts that directly affect low-income families. The study of gender relations – from an intersectional perspective – is also noteworthy, as it makes it possible to perceive social roles and how they affect families. Through the social workers' statements, echo themes such as the intrinsic plurality of the Family concept as well as the portrait of the system's main beneficiary, low-income black women. Additionally, this thesis considers the fragility of current family-oriented initiatives as well as the urgency of a gender-oriented perspective to consolidate such initiatives. Tracing an argumentative analysis, the social worker's experiences and impressions during the Pandemic were examined, as professionals and as women witnessing this particular time in history.

Keywords: Families, Social Policy, Social Assistance.

INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema “famílias”, advém da minha formação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense – UFF, em conjunto com a experiência vivenciada como Educadora Social no Centro de Acolhimento Florestan Fernandes da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos de Niterói de 2017 a 2018. Tal vivência me possibilitou compartilhar durante doze horas por dia do cotidiano de uma população que por muitas vezes é invisível: a população em situação de rua.

Mais do que isso, pude observar famílias buscando meios de subsistência, sendo atendidas pela Política de Assistência Social e lidando com preocupações cotidianas de qualquer família. Lembro-me do dia no qual o pai penteava a filha do meio, de uma família de cinco, enquanto ela chorava, e a mãe se vestia apressada para ir ao banco sacar o auxílio do Bolsa Família e comprar o sabonete da bebezinha que acabara de nascer. Essa família – entre tantas com as quais convivi – era atendida por pelo menos duas estratégias da Política de Assistência Social: O Programa Bolsa Família e o Centro de Acolhimento da Prefeitura. Mas que família era aquela, e por que apenas esta – e não outras – era assistida? Confesso que não pensei muito por algum tempo, mas senti que não era o fim da minha indagação.

Retornando à universidade em 2018, já como mestranda no Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, e membro do Núcleo de Pesquisa Histórica sobre Proteção Social/Centro de Referência Social (NPHPS/CRD; UFF) tive a oportunidade de participar de reuniões e encontros nesses espaços.

Deste modo, me aproximei do projeto “Serviço Social e Família: análise das demandas postas aos Assistentes Sociais do Brasil e de Portugal”, desenvolvido no NPHPS/UFF, em parceria com a Universidade Federal do Pará (UFPA) e o Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL). A perspectiva de um estudo ampliado possibilitou a aproximação com o tema Famílias e Assistência Social. Tal pesquisa se desdobrou na atual, à qual estou vinculada e que intitula “Serviço Social e Famílias: concepções e práticas de Assistentes Sociais no Brasil e em Portugal”, e que além da UFPA e do ISCTE, conta também com a participação da Universidade Federal de Ouro Preto, sob a coordenação da professora Rita Freitas (UFF). Esta pesquisa busca captar as concepções de famílias e das políticas voltadas a esse público, das assistentes sociais no Brasil e em Portugal. Trata-se de um estudo exploratório e que busca compreender como as assistentes sociais brasileiras e portuguesas lidam com a temática da família, bem como problematiza o modo como as transformações sociais são compreendidas por estas profissionais e como isso se reflete no acesso aos direitos, principalmente pelas famílias pobres.

Em conversa com minha orientadora, pensamos em algumas possibilidades de pesquisa, e a proposta inicial seria a análise da temática de família nas diferentes grades curriculares das Instituições de Ensino Superior – IES públicas em Serviço Social no Estado do Rio de Janeiro reconhecidas pelo Ministério da Educação – MEC, buscando detectar a existência de disciplinas acerca da temática de família. Esta ideia obviamente não deu certo, pois além da minha inquietação, ao pesquisar nos periódicos da CAPES, encontrei uma dissertação de mestrado de 2018 com o mesmo tema – fiquei temporariamente desorientada, ainda mais por se tratar de um texto tão recente – mas seguimos em frente.

Após várias conversas, foi apenas na saída da UFF, esperando o ônibus na parada, depois de uma aula normal de monitoria, que eu e minha orientadora encontramos uma solução: pensar as famílias atendidas na Política de Assistência Social. Alívio foi o sentimento, aquela inquietação foi sanada e novos desafios estavam por vir. Estudando mais sobre o assunto e elaborando o que viria a ser a qualificação pude entender a importância do tema Política de Assistência Social para a profissão, bem como para o curso de política social.

Assim, o presente estudo tem como objetivo principal analisar as concepções de políticas e das famílias assistidas na Política de Assistência Social de Niterói pela perspectiva das assistentes sociais no cotidiano de trabalho. Busca compreender o modo como as assistentes sociais do município lidam com a temática da família que vem se modificando e ocupando lugar central na política de assistência social.

Pretende-se aqui problematizar a maneira como as assistentes sociais em seus cotidianos de trabalho na assistência social compreendem as transformações da família e seus diferentes tipos, e como este reconhecimento reflete na garantia de direitos que os membros irão acessar e na forma de atendimento, sobretudo as famílias pobres e negras.

Este projeto parte de uma perspectiva de análise não só dos conceitos, especificidade e historicidade das famílias, mas também das políticas públicas e sua estreita vinculação com a mesma. Todavia entende-se aqui o lugar central dos sujeitos, neste caso, as assistentes sociais, no processo de garantia dos direitos a esta população alvo, normalmente composta majoritariamente por mulheres negras e pobres. Reconhecemos importantes mudanças nas configurações familiares e será importante conhecer como essas transformações aparecem no cotidiano profissional das assistentes sociais no momento da intervenção.

Na ocasião de minha qualificação, em janeiro de 2020, nunca pensei que minha dissertação, o texto final, aquele pedaço de nós autores, entendido por mim enquanto uma contribuição pessoal e única para a posteridade, estaria sendo escrita no meio de uma crise na

saúde em escala mundial. A pandemia do Covid-19, causada pelo vírus sars-cov-2, chegou ao mundo para enxergarmos a vida de modo diferente, bem como as ações, visões e crenças a nossa volta, afinal apenas uma pessoa com mais de 100 anos já presenciou tamanha catástrofe¹ – estamos falando aqui da Gripe Espanhola².

Em minha própria concepção, nunca imaginei que trabalharia pela primeira vez como Assistente Social por causa da doença, e percebam como o destino é perspicaz: trabalhei profissionalmente no Centro de Referência de Quarentena Assistida no combate ao Covid-19 de Niterói, atendendo diretamente usuários positivados que não tinham condições de se isolar corretamente, e queriam resguardar suas FAMÍLIAS. Trabalhar na assistência social de Niterói, estar em contato com as famílias dos usuários em uma pandemia me trouxe um novo olhar para os questionários, e essa foi uma experiência única.

O núcleo familiar está sendo progressivamente abordado como foco prioritário nos estudos e análise da sociedade e das relações sociais, dado o protagonismo fundamental que tem exercido para a legitimação das políticas de bem-estar social.

No entanto, a família pode ser constituída de diversas formas, não se limitando a pai, mãe e filhos: podem ser parceiros e parceiras que convivem, redes de amigos, avós, netos, tios e tias, enfim, muito além do estereótipo comumente apresentado nos comerciais, como por exemplo, a “família de comercial de margarina”. Desta forma, o termo “família” é conceito em constante movimento e disputas, e neste trabalho o termo é utilizado no plural: “famílias”.

Falar sobre a definição de família envolve questões complexas construídas em diferentes contextos do cotidiano, por isso, não se pode dizer que existe um conceito único de família que explique todas as outras, mas sim “famílias no sentido plural dos determinantes de vida de cada núcleo familiar” (TAVARES, 2010, p.54).

O estudo de famílias vem ganhando várias facetas, principalmente em relação à posição da mulher na família, os diversos arranjos familiares, novas formulações de políticas públicas sociais, a centralidade da família na proteção social, a redução de gastos com a seguridade social, aumento do desemprego, e o modo como as relações sociais atravessam as famílias. Todas essas configurações tornam a pesquisa sobre o tema cada vez mais dinâmica e passível de constante estudo e atualização.

¹ Não estamos aqui considerando a primeira pandemia do século XXI, a H1N1, pois esta tem um nível de contaminação menor, e numericamente não é mais letal que a Covid-19 (BARIFOUSE, BBC, 2020).

² Aproximadamente 40 a 50 milhões de pessoas morreram nesta pandemia em 1918, causada por um vírus influenza mortal, um quarto da população mundial na época foi infectada (RODRIGUES, Revista Galileu, 2020).

Outra questão que se faz importantíssima é a articulação entre a pesquisa de família e aspectos de gênero, raça e classe, e o lugar da mulher – em sua maioria, mulheres negras e mulheres pobres – no interior do âmbito privado.

Na modernidade, as mudanças no modo de produção capitalista; o reconhecimento da entrada efetiva das mulheres no mercado de trabalho; novos papéis sociais; arranjos e rearranjos familiares; reconhecimento das sexualidades; a luta das mulheres por melhores condições de vida, trabalho e direitos iguais; a conciliação entre famílias e trabalho feminino, novas demandas sociais como o envelhecimento, a redução do número de filhos, entre outras situações; promoveram a visibilidade da desigualdade no cenário global e impactaram diretamente nas estruturas familiares, demandando novas estratégias para proteção social, e a necessidade de novas políticas públicas, inserindo a família novamente no centro das políticas sociais.

O sistema de proteção social que vigorou no Brasil ao longo do século XX, incorporou um conjunto de medidas estatais, e foi marcado por uma maior preocupação com regulação da proteção social, sendo esta ampliada em diferentes categorias da sociedade (SANTOS, 1998).

Após um longo retrocesso durante a ditadura civil militar, a redemocratização no final da década de 1980, propiciou um intenso processo de luta política por direitos sociais, onde a sociedade civil se articulou em prol da cidadania. As esferas das políticas sociais obtiveram mudanças significativas através do processo de redemocratização (AVRITZER, 2016).

Desde a crise econômica mundial no fim dos anos 1970, a família foi redescoberta como agente privado de proteção social, o que originou possibilidades para a criação de um novo segmento político, contemplando a família. Entretanto, mesmo com tais mudanças, não se pode afirmar a existência de um padrão único de política para família, nem nos países capitalistas centrais, nem nos periféricos, por se tratar de uma política que estaria impregnada de particularidades culturais: “Assim, da mesma forma que não existe um padrão homogêneo de política social, e mesmo de Welfare State, não há também um único padrão de política familiar” (PEREIRA, 2010, p.27).

Persiste, ainda nos dias de hoje, uma tradição na política brasileira, de eleger as famílias como importante mecanismo de proteção social. Isto resultou na centralidade da família em diferentes políticas sociais, como saúde e assistência social. Os serviços de atendimento coletivos (na assistência social e na saúde) buscam combinar as possibilidades de atendimento, utilizando o apoio da família e da própria comunidade.

Uma visão de saúde ampliada, fundada na dinâmica da diversidade cultural e social, assim como a introdução da família como entidade que possa participar dos

planejamentos das ações em saúde, é fundamental para a conquista de um novo modelo assistencial. (TAVARES, 2010, p.54)

Em outras palavras, a família, que é um conceito da esfera privada, foi historicamente um dos principais mecanismos de estratégia de sobrevivência e proteção social, a “novidade” aqui foi sua redescoberta na perspectiva do pluralismo de Bem Estar, nas palavras de Pereira: “Sabe-se que a instituição familiar sempre fez parte integral dos arranjos de proteção social”. Para ela “os governos brasileiros sempre se beneficiaram da participação autonomizada e voluntarista da família na provisão do bem-estar de seus membros”. (PEREIRA, 2010, p. 29).

A partir da década de 1980, surgiram várias mudanças no contexto mundial, transformações no modo de produção e do trabalho capitalista impactaram diretamente no sistema de proteção social (que pouco mudava desde o século XIX): “em grande parte conquistado pela classe trabalhadora, desde a emergência da chamada questão social” (PEREIRA, 2010, p.30).

No entanto, tais conquistas, e o próprio bem-estar social vêm se deteriorando, devido a forças econômicas mundiais novas; mudanças demográficas e transformações na própria família; o que, para os neoliberais, teria impactado diretamente nas políticas sociais:

Dessa feita, não é de admirar que as propostas de intervenção social, apresentadas pelos neoliberais, tivessem sido aquelas que pregavam a reestruturação das políticas sociais de pós-guerra, sob a justificativa de melhorar a eficácia dessas políticas num contexto de crise diversificada. Para tanto, recomendavam uma participação mais ativa da iniciativa privada – mercantil e não mercantil – na provisão social, em substituição ao modelo “rígido” de proteção anterior, em que o Estado reinava como principal agente regulador. (PEREIRA, 2010, p. 31)

O termo pluralismo de bem-estar indica que uma sociedade que deveria ser emancipada (através do bem-estar social), tornou-se sobrecarregada de responsabilidades, que deveriam pertencer ao Estado. E como relembra Pereira (2010), o discurso moralista corrupto do neoliberalismo sufocou a opinião pública em época de crise econômica – provocada pelo próprio sistema.

Não nos enganemos, o pluralismo e disputa pela hegemonia entre esses atores sempre existiu (Estado, mercado e sociedade civil), mas a particularidade neste contexto se trata do afastamento do Estado como principal condutor da política social; ao passo que o mercado deixa de utilizar da ‘máscara’ filantrópica e foca apenas no lucro; e o que resta para a sociedade civil é o gosto amargo da responsabilidade e solidariedade: “Com isso, inaugura-se um “novo pacto social” em que as classes sociais, submissas que estão no conceitos amorfos de Estado, mercado e sociedade, perdem a identidade ou a razão de ser” (PEREIRA, 2010, p.34).

E a família? Como ressalta Pereira (2010), a família é um dos mais “antigos e autônomos provedores informais de bem-estar, e foi redescoberta como base da proteção social, justamente por sua especificidade informal, livre de burocracias e controles e contratos. Para o pluralismo de bem-estar, essas características caíram como “uma luva” para suas ideias, visto que este valoriza a flexibilidade provedora, solidariedade e altruísmo dos membros da família, ainda que o Estado trabalhe como um interventor e procure garantir minimamente os direitos dos indivíduos.

Retornamos a questão anterior: é muito difícil escolher a família como ator privilegiado da proteção social, pois não existe apenas uma família, mas famílias no plural. A família nuclear tradicional burguesa³ – casal hétero cis legalmente unido, com filhos e com papéis de gênero bem definidos entre o chamado público e privado – continua sendo a referência para os formuladores das políticas (veremos adiante que este modelo nuclear está desgastado): “Essa variedade [de famílias] tem que ser considerada na análise de transformação dessa instituição em uma festejada fonte privada de proteção social”. (PEREIRA, 2010, p.38)

O esgotamento deste modelo se deu em sua maioria através das novas formas da participação da mulher no mercado de trabalho e na chefia da casa – não que elas já não fizessem isto antes. Federici (2017) ressalta que as mulheres sempre trabalharam, eram donas das suas próprias casas e moravam sozinhas ou com outras mulheres durante o período feudal, por exemplo. Especialmente as mulheres pobres, que sempre trabalharam na casa de outras mulheres. O mesmo vale para as mulheres negras.

Temos aqui uma segunda contradição: se ficava a cargo das mulheres a responsabilidade de “gerir” o lar e “tomar conta” dos membros da família, quem faz isso quando ela tem que sair para trabalhar? A proteção social aposta na vocação doméstica das mulheres às custas da sua anulação enquanto trabalhadoras e cidadãs, por conta da naturalização dos papéis de gênero.

Refletir sobre família e políticas sociais é potencializar a participação da população na criação das mesmas e contribuir para a construção de um pensamento político crítico brasileiro capaz de perceber os diferentes processos e sujeitos na sociedade de forma ampla, que participam da construção de ações políticas governamentais e não-governamentais.

São nas relações sociais, principalmente nas famílias, que o sujeito reconhece o outro, quebra os determinismos sociais e vai à luta. É necessário reconhecer os membros como sujeitos

³“Com o surgimento da escola, da privacidade, a preocupação de igualdade entre os filhos, a manutenção das crianças junto aos pais e o sentimento de família valorizado pelas instituições (principalmente a Igreja), no início do século XVIII, começa a delinear-se a família nuclear burguesa.” (SZYMANSKI, 1995, p. 24)

em todos os seus aspectos e individualidades, mas também pensar as famílias como uma coletividade de sujeitos, conhecê-los e entender que são capazes de transformar a sociedade

As relações de poder em que as mulheres e os homens estão inseridos – sendo as mulheres as mais prejudicadas – devem ser levadas em consideração quando se é estudada a temática de família. Visto que, a centralidade da família é a principal estratégia das políticas públicas para atender os membros desta família, é de suma importância que, toda a relação social de poder, bem como a divisão sexual do trabalho e o papel da mulher no âmbito do cuidado, sejam reconhecidos para a construção de políticas públicas menos paliativas e desiguais.

Mas é pensando a política e, portanto, a intervenção, que se faz necessário ouvir os sujeitos, assistentes sociais, em grande parte também mulheres, negras, pobres e que atendem essas outras mulheres. No caso desta pesquisa, são profissionais que trabalham na Assistência Social do município de Niterói e convivem em seu cotidiano profissional com essas questões. E em seguida, falarei um pouco do município que terei como campo de pesquisa.

Niterói foi oficialmente fundada em 22 de setembro de 1573, por Araribóia, sendo a única cidade do Brasil fundada por um índio. Foi capital do Estado do Rio de Janeiro de 1903 até 1975, sempre tendo uma relação próxima com a cidade do Rio de Janeiro, principalmente depois da construção da Ponte Presidente Costa e Silva (popularmente conhecida como Ponte Rio-Niterói) em 1974. A “cidade sorriso” sempre foi reconhecida como uma cidade importante no Rio de Janeiro, afinal, já foi sede da capital da Província do Rio de Janeiro, mas ainda assim permanecesse à sombra da sua vizinha.

A cidade representa 2,98% da população do Estado. Segundo o Censo de 2010, tinha 487.562 habitantes na época, mas estima-se que este número tenha aumentado para 497.883 habitantes em 2016 (SASDH, 2017). Possui 48 bairros e é dividido administrativamente em 5 regiões (Praias da Baía, Norte, Oceânica, Pendotiba e Leste), e está entre os municípios mais ricos do país. Um estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas no ano de 2011, identificou que Niterói possui o melhor índice de desenvolvimento humano do Estado e o terceiro melhor do país.

Entretanto, internamente, a cidade apresenta seus problemas, pois existe uma grande diferença social e econômica entre as regiões, visto que a parte mais rica da população se concentra na Região Oceânica da Baía. Não se trata de falta de recursos, mas sim de

investimento nas áreas pobres, para que assim a cidade e seus moradores tenham qualidade de vida equivalentes ao IDH mostrado nos dados.

Segundo Paes e Portugal (2019):

O município de Niterói, localizado na Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro, apresentou, nos últimos anos, um elevado crescimento econômico se comparado a outros municípios brasileiros e até mesmo fluminenses. O Produto Interno Bruto (PIB) praticamente duplicou; de R\$ 12 bilhões, em 2010, saltou para R\$ 23 bilhões, em 2016, último ano disponível. (Paes e Portugal, 2019,p.53)

Além disso, segundo os dados do Censo 2010, a cidade também apresenta dados preocupantes de pobreza e desigualdade de renda. De todos os residentes niteroienses, 9.068 habitantes encontravam-se em situação de pobreza extrema, deste total, 4.974 são mulheres (54,9%) e 4.093 são homens (45,1%), com renda domiciliar per capita abaixo de R\$70,00. Do total desta população que vive em situação precária, 3.492 (38,5%) se reconheceram como brancos e 5.501 (60,7%) como negros – sendo 1.179 (13,0%) se declararam pretos e 4.322 (47,7%) pardos – e 74 pessoas (0,8%) se declararam amarelos ou indígenas.

Tais dados serão melhor analisados posteriormente no Capítulo II desta dissertação, porém, podemos identificar desde já que os níveis de desigualdade de renda e pobreza extrema são alarmantes para o município considerado um dos mais ricos do país.

Como moradora da cidade há 26 anos, devo reconhecer que Niterói é uma cidade contraditória e conservadora. Veja bem, a Região Oceânica e os bairros de Icaraí, Santa Rosa e São Francisco sempre receberam mais visibilidade do governo por se tratarem de áreas nobres, a zona sul da cidade, enquanto os outros bairros vivem à mercê da própria sorte e só recebem atenção quando há necessidade de intervenção.

A rede socioassistencial de Niterói, por sua vez, conta com serviços, que segundo a SASDH (2017)

(...) considerados necessários ao atendimento da população, de acordo com os níveis de complexidade estabelecidos na Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 – Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, que devem garantir segurança de sobrevivência, acolhida e de convívio ou vivência familiar e comunitária em cada uma de suas ações, sejam elas serviços, benefícios, programas e projetos. As ações desenvolvidas buscam articular a transferência de renda com os serviços Socioassistenciais. (SASDH, 2017, p.36)

Tanto a Proteção Social Básica quanto a Proteção Social Especial de Média Complexidade e de Alta Complexidade, ambas Tipificações de Serviços Socioassistenciais, Resolução n.º 109, de 11 de novembro de 2009, artigo 1º, estão a cargo da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos – SASDH. A SASDH é um órgão que coordena, executa, mantém, e aprimora “o sistema de gestão da política e dos serviços de Assistência

Social, respeitando os princípios e diretrizes de participação, descentralização e controle das ações, com o envolvimento e articulação do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS” (SASDH, 2017, p.14).

A proteção social básica de Niterói possui doze equipamentos, sendo eles: dez CRAS⁴, dois CREAS, um Centro de Convivência e um Núcleo de Benefício e Renda; e vinte e nove equipamentos não governamentais, sendo todos estes Centros de Convivência.

Já a Proteção Social Especial, esta é dividida em Média Complexidade e Alta Complexidade. A Média Complexidade oferta os seguintes serviços: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI; Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida – LA, e de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. A de Alta Complexidade oferecem Serviço de Acolhimento: Unidades de Acolhimento Institucional; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências (SASDH, 2017). Niterói possui dois CREAS: o CREAS Centro e o CREAS Largo da Batalha.

Foi escolhido como instrumento norteador deste estudo um questionário respondido por Assistentes Sociais dos CRAS de duas regiões, para que minimamente possamos compreender como essas profissionais trabalham em relação as famílias, como as definem; quais famílias atendem cotidianamente; enfim, não só o perfil dessas famílias, mas também como a profissional as entende e as enxerga.

As instituições escolhidas foram os CRAS Centro e Barreto, por se tratarem de dois bairros populosos (Centro e Barreto) e, segundo o documento de 2017 da SASDH, são os equipamentos com maior número de famílias atendidas – 1024 e 843 famílias respectivamente.

Quanto ao número de assistentes sociais contactadas para a pesquisa, foi possível enviar o questionário e receber respostas de 5 assistentes sociais: duas do CRAS Barreto e três do CRAS Centro. Acreditamos que o total de cinco assistentes sociais, entre elas duas coordenadoras, proporcionou visões diferentes sobre o tema.

⁴ CRAS Badú; CRAS Barreto; CRAS Cafubá; CRAS Centro; CRAS Cubango; CRAS Jurujuba; CRAS Morro do Céu; CRAS Preventório; CRAS Vila Ipiratininga; CRAS Santa Bárbara

TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

O conhecimento é produzido a todo momento, no dia-a-dia de uma comunidade, nas relações sociais ou no processo de reflexão, é algo que move a sociedade. Existem incontáveis formas de produção de conhecimento, como a música, fala, vídeo, literatura, pintura, ou seja, é todo e qualquer desafio ou questionamento que os indivíduos se propõem compreender.

E para cada conhecimento, existe um método de produção de forma singular, com diferentes competências (MATTOS, 2011). Entre os diversos conhecimentos, o mais destacado na sociedade moderna, e que será refletido nesse trabalho, é o conhecimento científico.

Há de se ter cautela, ao analisar o conhecimento científico como símbolo da verdade absoluta, pois cada autor/pesquisador têm uma linha de pensamento e valores, e buscam ‘suas próprias verdades’. A ciência não é neutra! A procura por verdades incontestáveis, através do conhecimento científico se deu pela abordagem positivista na modernidade (CELLARD, 2008), que recorreu a ciência como campo de poder e saber.

O conhecimento científico deve passar os ‘muros acadêmicos’, e chegar à população através do diálogo e compartilhamento de conhecimentos. É importante trazer à baila que, há diferentes formas de conhecimento, tão importantes e genuínas quanto o conhecimento científico, e é prezado neste trabalho uma “ciência construcionista”, que reconhece outros saberes, pois tudo é temporal e limitado, e a verdade não é única (MATTOS, 2011, p. 17).

Santos (2006), ao discutir sobre a academia e o ativismo na Sociologia, ressalta que todo o conhecimento é situado, incluindo aquele produzido no contexto acadêmico. Há uma recorrência na corrente socióloga – embora eu queira acreditar que seja nas ciências sociais como um todo, ainda que em níveis diferentes – uma responsabilidade social em se abrir para a comunidade, possibilitando interações e aprendizado horizontais, chamada de sociologia pública.

Tomando como base esta corrente dos nossos amigos da sociologia, necessitamos incluir isso nos estudos de Serviço Social, entendendo que as(os) usuárias(os) são sujeitos, não meros “produtos do conhecimento”, mas que também produzem conhecimento e estão dispostos a lutar. Entretanto, só deixaremos de produzir um conhecimento centralizado a partir da interação política “com um mundo cujas circunstâncias de injustiça, exclusão e desigualdade social exigem maior pro-atividade” (SANTOS, 2006, p. 94).

De nada adianta produzir conteúdo científico só por requisitos acadêmicos, e as ciências humanas, principalmente o Serviço Social, devem estar atentos para que, a produção acadêmica possa estar atrelada à garantia de direitos; enfim, uma “ciência-cidadã” produzida por

investigadores que também são ativistas significa validar o compromisso com a justiça (SANTOS, 2006). Como fazer isso? Elaborando conteúdos que aproxime o cientista e usuário (ambos sujeitos), tornar a ciência útil e pública, não só para os futuros pesquisadores, mas para população em geral.

São variadas as técnicas e métodos científicos que podem ser utilizados na construção de uma pesquisa científica. Tais métodos podem ter como perspectiva a análise qualitativa, a quantitativa, ou a integração entre ambas. Para construir o conhecimento científico, é de suma importância delimitar o espaço da pesquisa (GARCIA JUNIOR, et al, 2017). É necessário também disciplina, criatividade, “organização e modéstia, baseando-se no confronto permanente entre o possível e o impossível, entre o conhecimento e a ignorância.” (GOLDENBERG, 2004, p.14).

No intuito de construir uma reflexão sobre determinado objeto de pesquisa, o pesquisador – neste caso, a pesquisadora – possui um amplo número de instrumentos metodológicos que pode utilizar no seu trabalho. Para determinar a metodologia – da pesquisa, é necessário compreender o objetivo do estudo. O que impulsiona a(o) pesquisadora(o) a escrever sobre determinado tema, e quais as lacunas existentes: “O que determina como trabalhar é o problema que se quer trabalhar: só se escolhe o caminho quando se sabe aonde se quer chegar” (GOLDENBERG, 2004, p.14).

Minayo (2001, p.14) ressalta que: “Entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade.” Por este motivo, a abordagem escolhida que melhor atende a este estudo foi a pesquisa qualitativa. Segundo Gunther (2006), o método de pesquisa deve ser definido para se adequar ao objetivo da mesma, e por isso a pesquisa qualitativa se encaixa no presente trabalho, visto que irá resgatar através de falas, textos e documentos as respostas que buscamos responder nessa pesquisa:

Os aspectos essenciais da pesquisa qualitativa consistem na escolha adequada de métodos e teorias convenientes; no reconhecimento e na análise de diferentes perspectivas; nas reflexões dos pesquisadores a respeito de suas pesquisas como parte do processo de produção de conhecimento; e na variedade de abordagens e métodos. (FLICK, 2009, p.23)

A avaliação adequada e o pensamento crítico são fundamentais para a pesquisa. A superação de certos obstáculos deve ser considerada. Primeiramente no que se refere à análise documental e bibliográfica, devem ser escolhidos os documentos mais pertinentes para a pesquisa, e avaliar sua credibilidade e importância para o tema (buscar as fontes, procedência, se os fatos foram relatados fielmente).

Cabe refletir também o contexto histórico, social, econômico e político, no qual o documento foi produzido, bem como entender os sujeitos sociais que os construíram. Mesmo que o documento trate de uma conjuntura recente, da qual o pesquisador fez/faz parte, este não deve pressupor fatos apenas por conhecer ou vivenciar o contexto. Também deve-se ter cautela ao julgar as particularidades de dados contextos de acordo com os valores da Modernidade.

Nessa pesquisa trazemos documentos oficiais, programas e leis para alcançar o objetivo do estudo, como: a Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; o Sistema Único de Assistência Social – SUAS; a Constituição Federal de 1988; o Censo Demográfico de 2010; Plano Municipal de Assistência Social de Niterói de 2017, entre outros.

O conceito de documento foi ganhando abrangência ao longo da história social: tudo aquilo que serve como prova: textos escritos, fotos, filmes, documentários, registro governamentais, leis, entrevistas, anotações, documentos públicos e privados, entre outros (CELLARD, 2008). A forma e as características dos documentos devem ser aceitas e pesquisadas sem alteração, ainda que sejam fontes incompletas ou parciais, pois as vezes são as únicas existentes.

A análise documental como método pode estar cercada de armadilhas, como cita Cellard (2008):

O pesquisador que trabalha com documentos deve superar vários obstáculos e desconfiar de inúmeras armadilhas, antes de estar em condição de fazer uma análise em profundidade e de seu material. Em primeiro lugar, deve localizar os textos pertinentes e avaliar a sua credibilidade, assim como sua representatividade. (CELLARD, 2008, p.296)

Na análise documental, o conceito de documento abarca suas múltiplas formas de apresentação, podendo ser este documento impresso, escrito, ou até mesmo não escrito como documentários, filmes, vídeos, imagens, som, fotos, entre outros. Todos esses tipos de documentos podem ser usados para acúmulo de informações e evidências. Definir o que é um documento já configura um desafio. Esta é uma das diversas possibilidades de se interpretar um tema. A análise é construída através da discussão dos temas e dados, incluindo normalmente o modelo da pesquisa, as referências bibliográficas e o modelo teórico.

Este método pressupõe que os textos (sejam eles manuscritos, impressos, fotos, vídeos, entre outros), contém significados variados, sentidos expressos ou não (não-dito). Estuda-se documentos para entender as conjunturas sociais, econômicas, históricas e políticas intrínsecas. Visa interpretar as informações em sua fase bruta, extraíndo delas um novo sentido, valorizando e contribuindo para o conhecimento científico.

Assim como em qualquer metodologia, a análise documental deve ter um recorte de objeto, limitado de alguma forma (espaço, temporal, social), para que a pesquisa seja focada e possa responder todas as questões de forma objetiva. O propósito deste método é facilitar o acesso e o entendimento do leitor, bem como reter mais informações sobre o documento estudado, ainda que este tenha sido criado para outro objetivo (BARDIN, 1977). Nesta etapa a análise documental foi importante no tocante ao acesso às políticas programas na área da assistência social.

Já a revisão bibliográfica estuda diretamente os documentos propriamente científicos (artigos científicos, dissertações, teses, trabalhos de conclusão de curso, livros, periódicos, etc), sem precisar estudar a fonte dos documentos. Serve para mapear o objeto de estudo e situa-lo no campo da produção, clareando o que já foi produzido e encontrando lacunas ainda não preenchidas. Isto é, a revisão bibliográfica sana dúvidas como: Já houve pesquisa vasta sobre o tema? Estou pesquisando algo novo? O que já foi publicado sobre o tema?

As fontes primárias são aquelas cujos os dados são originais, produto criado a partir dos fatos e evidências analisados. As fontes secundárias são dados produzidos para outra finalidade que não o tema da pesquisa, escrito por terceiros, de domínio científico (CELLARD, 2008), onde se encontra a natureza da revisão bibliográfica.

No primeiro momento foi realizado o levantamento das informações obtidas com as leituras realizadas durante as aulas das disciplinas do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Escola de Serviço Social da UFF, de acordo com as especificidades, para posterior análise. No intuito de responder às indagações desta investigação, foi utilizado inicialmente o procedimento metodológico de revisão bibliográfica disciplinada, criativa e ampla (MINAYO, 2001).

A revisão bibliográfica se utiliza da leitura sistemática como técnica de pesquisa, e deve ser contínua durante o estudo. A revisão bibliográfica possibilitará a construção de bases para a análise a partir de textos sobre a temática, assim como uma leitura aprofundada das várias linhas teóricas sobre as famílias. Este método também possibilitará certo acúmulo teórico no referente ao município de Niterói, para melhor compreensão do perfil da cidade estudada.

OS QUESTIONÁRIOS

Até janeiro de 2020, as entrevistas pareciam uma escolha certa, após toda uma pesquisa realizada para culminar na qualificação deste trabalho. Mas não temos certeza de nada, e nunca imaginaríamos que um vírus acabaria causando a maior pandemia dos tempos

modernos. As convicções sucumbiram e os planejamentos foram desfeitos, por meses vivemos em um estado de alerta e estupor máximo, e o sistema de Lockdown⁵ foi uma alternativa mundial. Justamente neste período, enquanto pesquisadora – almejando o melhor para minha pesquisa –, assistente social – entendendo as dificuldades das profissionais no campo – e ser humano – receosa em contrair o vírus – tive que tomar decisões metodológicas.

Tanto eu como você, leitora(o), sabemos como as redes sociais, vídeos, seminários, lives, trabalho remoto e reuniões virtuais se tornaram realidades latentes no período de pandemia, e nós terráqueos passamos a usar a tecnologia a nosso favor, criamos estratégias para não nos sentirmos tão solitários, principalmente durante os meses que não podemos ver quem amamos. Ao mesmo tempo, esta mesma tecnologia criou gatilhos para nossa saúde, onde a necessidade de sermos produtivos o tempo todo acaba causando um cansaço mental ao sermos atropelados por tantas informações e afazeres, sem podermos sair de casa. Outra questão foi o trabalho remoto, que deslocou para o trabalhador os custos da produção sem diminuir o acúmulo de trabalho, o que se tornou uma estratégia funcional para o capitalismo.

Estas informações nós conhecemos agora, mas no começo de tudo isso o sentimento de letargia assolou os sujeitos, e as opções pareciam poucas. Optar por entrevistas de forma online não parecia tão óbvio naquele momento, pois não era apenas mudar o presencial para o online, mas sim compreender o que todos estavam passando naquele momento. Assistentes sociais na ponta, trabalhando durante a pandemia, com medo do que estava por vir, usando os Equipamento de Proteção Individual – EPIs pela primeira vez em suas vidas, com medidas de segurança e atendendo usuários que nunca necessitaram de benefícios da política de assistência social, chegariam cansadas fisicamente e mentalmente em suas casas e estariam dispostas a conversar durante algumas horas? Infelizmente não saberia responder, muito menos naquele momento. Outra questão era o tempo, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES não havia se posicionado sobre a ampliação dos prazos, e em uma pandemia, sem poder sair de casa, não seria tão simples conseguir o contato de profissionais, de espaços específicos, aos quais eu pudesse contactar, explicar sobre minha situação, e torcer para que aceitassem participar, marcando então as entrevistas.

Assim, pensando de forma clara e racional em uma solução que não causasse tanto desconforto para minhas entrevistadas, e para mim enquanto entrevistadora, a alternativa que encontrei foi o uso do questionário. A partir de um questionário com perguntas simples e

⁵ Bloqueio total de uma região, imposta pelo Estado ou pela Justiça, seguindo a versão mais rígida do distanciamento social durante situações extremas, como uma pandemia. (TEIXEIRA, 2020)

didáticas, mas instigantes o suficiente para que respondessem mais do que “sim/não”, e com um prazo maior onde elas pudessem refletir e responder sem pressa.

Foram sintetizadas nove perguntas, que abarcavam as famílias atendidas, a percepção das entrevistadas sobre o assunto, como estas são abordadas na política de assistência social, as relações de gênero que perpassam esta temática, e por fim o momento histórico que estamos vivenciando. Acrescentei este último tema pois precisamos entender o momento histórico onde a pesquisa se dá, e seria negligência não abordá-lo, visto que a pandemia mudou o jeito que entendemos o mundo, a configuração de trabalho das assistentes sociais e a presente pesquisa.

O “termo de consentimento livre e esclarecido” foi elaborado para garantir o direito de sigilo e respaldar tanto o entrevistado quanto o entrevistador, inclusive a própria pesquisa Serviço Social e Famílias: concepções e práticas de Assistentes Sociais no Brasil e em Portugal – na qual este trabalho está inserido – já está passando pelo comitê de ética.

O caminho metodológico percorrido para encontrar as assistentes sociais se deu de forma orgânica através do contato com personagens centrais que me permitiram formar uma rede de comunicação certa.

Desde que ingressei no Programa de Pós-Graduação em Política Social no ano de 2018, nós os alunos (mestrandos e doutorandos) da turma de 2018.1, que entramos no mesmo processo seletivo sempre fomos muito unidos. No mesmo ano, realizei uma prova de concurso para a SASDH, e no retorno para casa encontrei no ônibus a queridíssima Lírio⁶, minha colega doutoranda, e naquela tarde ficamos imaginando como seria bom passar neste concurso. Não muito tempo depois, a homologação chegou, e Lírio se tornou servidora pública.

Quando iniciei a fase de busca das entrevistadas, pensei logo nesta amiga, agora assistente social da política de assistência social, para conseguir alguns contatos, e para minha sorte, ela mesma era responsável pela parte de pesquisas e redes da secretaria, trabalhando na Gestão do Trabalho e Educação Permanente do SUAS⁷:

Este processo se deu de forma rápida, e após o preenchimento de Formulário de Autorização para Pesquisa⁸ e o envio do projeto de dissertação, pude ter acesso aos contatos: Rosa e Margarida, ambas coordenadoras do CRAS Barreto e Centro respectivamente, e através delas consegui o contato das outras assistentes sociais desses equipamentos.

⁶ Pseudônimo devido ao sigilo profissional.

⁷ Lei n. 12.435 de 6 De Julho De 2011.

⁸ Anexo 3

DIÁRIO DE CAMPO COMO FONTE DE REFLEXÃO

Em razão da pandemia causada pelo vírus COVID-19, a experiência do diário de campo não foi tal qual imaginava quando comecei esta pesquisa. O diário de campo é fundamental para solidificar memórias, que podem ser esquecidas. Viver e presenciar uma entrevista, estar no campo e assistir tudo de perto pode conter muitas informações, e o diário de campo é uma síntese de tudo que vivemos. As assistentes sociais entrevistadas continuaram trabalhando durante a pandemia, isto é, elas estavam em campo, porém, em virtude da quarentena, não foi possível, nem viável uma entrevista presencial, e por isso o diário de campo não foi necessário neste momento.

Por todo o processo ter se dado de forma “virtual”, o papel e a caneta se tornaram dispensáveis, entretanto, meus sentimentos enquanto pesquisadora e implicada, me fizeram repensar o papel da etnografia, da importância dos sentimentos e percepções mesmo estando na frente da tela de um computador. Minha caneta virou o mouse, meu caderno se tornou o notebook, e minhas emoções solitárias ficaram explícitas ao longo do processo de escrita, sendo possível perceber todas as dificuldades, que não são só minhas, mas por aqueles que passam por este período.

Por isso, ressalto a importância da etnografia, pois trata-se de um método que está atento a cultura e ao comportamento dos sujeitos e grupos sociais. Mesmo não trabalhando fisicamente com grupos e sujeitos, para me perceber como implicada, e dar conta de relatar tudo que senti e percebi na leitura do questionário, utilizo a etnografia. Usar o notebook e o mouse não descaracterizaram meu diário de campo, ou o tornaram menos importante, pelo contrário, houve para mim, e para a maioria das pessoas no mundo inteiro, uma atualização da forma como este instrumento pode ser utilizado – processo que, na verdade vem sendo vivenciado ao longo dos anos.

Como ressalta Malinowski (1978), há algumas armadilhas para a etnografia, principalmente quando se está implicado naquilo que pesquisa. No meu caso, além de ser Assistente Social, sou moradora de Niterói e já trabalhei no município (no caso na Proteção Social Especial).

Na etnografia, o autor é, ao mesmo tempo, o seu próprio cronista e historiador; suas fontes de informação são, indubitavelmente, bastante acessíveis mas também extremamente enganosas e complexas. Não estão incorporadas a documentos materiais fixos, mas sim ao comportamento e memória dos seres humanos. (Malinowski, 1978, p. 18/19)

Como retrata Martins (2013), através do diário de campo é uma “espécie de reciclagem”, que recupera memórias e sensações, que não poderiam ser representadas por outros tipos de pesquisa, para usar como fonte de dados futuros, servindo de material para observar a mim mesma, o outro, a profissão e a sociedade em que estou inserida.

Weber (2009) ao expressar que o ofício do etnógrafo está na elaboração de um diário de campo, demonstra como o papel de pesquisadora pode utilizar de forma adequada o instrumento construído diariamente a partir das experiências obtidas: “É uma técnica que tem por base o exercício da observação direta dos comportamentos culturais de um grupo social, método que se caracteriza por uma investigação singular (...)” (WEBER, 2009, p. 157). Foram à estas observações que me dediquei enquanto minha dissertação era, lentamente, construída.

Para finalizarmos a introdução, farei um breve resumo do que está por vir. Dividido em três capítulos, a dissertação intitulada “Por onde andam nossas ideias: Reflexões a partir do olhar das Assistentes Sociais sobre Famílias” pretende construir de forma clara e objetiva o desenho de pesquisa que me propus a seguir – mas nem de longe espero responder todas as questões, ou esgotar todas as discussões sobre o tema.

O Capítulo I, nomeado “Famílias: Problematizando Conceitos, Revelando Contradições”, pretende refletir primeiramente acerca do conceito de famílias. Afinal, existe apenas um? Certamente, as Famílias são um conceito em disputa entre o Estado, as instituições privadas e os estudiosos. E nada mais importante do que identificar os múltiplos arranjos familiares da realidade brasileira para demonstrar as variadas formas e conceitos de famílias (no plural). Ainda neste contexto, identificar os membros das famílias e as assistentes sociais pesquisadas como sujeitos, que possuem suas próprias experiências, suas vontades, e que estão inseridas no sistema, e por vezes, precisam da Política de Assistência Social para sua própria subsistência.

Este capítulo é importante para compreendermos de quais famílias estamos falando, assim como aquelas que são atendidas pela assistência social. Objetiva-se também refletir acerca do gênero e o modo como as relações de gênero impactam nas representações de famílias, e como este processo naturaliza os papéis de homens e mulheres dentro e fora desta instituição. A discussão de interseccionalidade também será abordada, pois não se pode pensar as famílias sem compreender o lugar das mulheres, e o que elas representam quando estão inseridas neste contexto, sobretudo as mulheres negras e pobres. Sob uma perspectiva feminista e marxista, não pude deixar de acrescentar os conceitos de gênero e trabalho ao final deste capítulo, pois é na divisão sexual do trabalho que podemos entender um pouco melhor o lugar das mulheres e

dos homens na sociedade capitalista patriarcal, com isso é possível compreender tais lugares dentro das próprias famílias.

O Capítulo II, intitulado “Assistência Social em Niterói: Conhecendo o Tema”, já explica por si só a sua existência, pois é aqui que iremos nos conectar com o campo pesquisado. Conheceremos primeiramente a relação entre as famílias e a política. A característica contraditória das famílias permite que vez ou outra, as políticas sejam funcionais para o seu estabelecimento dos usuários, mesmo que algumas delas sejam focalizadas ou familistas.

Em seguida, foi significativo conhecer a Proteção Social Básica à nível macro, pois se trata do espaço por onde as famílias perpassam na política social. Para além disso, se fez necessário buscar na Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004) as leis e normativas que possibilitaram a criação dos CRAS, equipamentos aos quais iremos estudar neste texto.

Antes de passar para a Proteção Social Básica de Niterói, achei interessante caracterizar o município de Niterói, em suas variadas formas, as belezas e as contradições, a partir da ótica de uma niteroiense nascida e criada nesta cidade. Agora sim, com tudo explicado, e conhecendo o campo de pesquisa, foi possível abordar a Proteção Social Básica Niteroiense e suas especificidades para finalizar o capítulo.

O Capítulo III, “Na Cidade De Niterói: O Questionário e os Inúmeros Questionamentos”, como o próprio nome já diz, parte de um questionário de nove perguntas, através do qual foi possível responder algumas questões, mas foram criadas várias outras. Aqui foram apresentados os CRAS Centro e Barreto, ainda que de forma breve, através da visão das coordenadoras de cada um dos equipamentos. Cinco assistentes sociais responderam à pesquisa, e neste capítulo analisamos a partir dos aportes metodológicos apresentados e do trabalho etnográfico. Afinal, por onde andam nossas ideias? Compreender onde nós, assistentes sociais, vamos quando pensamos nas famílias, e a partir das respostas identificar as concepções das famílias assistidas no equipamento que trabalham, suas demandas e perfis. Sempre ressaltando as dificuldades e as conquistas deste processo em meio à uma pandemia mundial, e como tudo se desdobrou em minha vida como pesquisadora e na vida das profissionais.

CAPÍTULO I – FAMÍLIAS: PROBLEMATIZANDO CONCEITOS, REVELANDO CONTRADIÇÕES

Proponho para este capítulo a reflexão sobre o pluralismo em torno das famílias, principalmente analisando a forma como o gênero se faz presente no cotidiano dessas famílias, ainda que de forma naturalizada. Ou seja, entender a centralidade das famílias pobres brasileiras como “local onde as mulheres, por conta das relações de gênero, aparecem como as principais protagonistas” (BRAGA, BARROS, FREITAS, 2012, p. 111).

A importância deste capítulo se dá justamente pelo fato de reconhecer a contradição da centralidade da família nas políticas públicas⁹ sob um viés de gênero. Procuo identificar no meu estudo a própria família como um conceito contraditório, e que seus membros, essencialmente as mulheres, necessitam de proteção do Estado, ao mesmo passo que ela é parte fundante da estratégia governamental para garantir direitos e cidadania. A política também trouxe alguns pontos positivos para esta família, como aumento da documentação das mulheres, por exemplo.

Consciente do viés androcêntrico nas ciências – homens brancos, cisgênero, heterossexuais, ocidentais -, até mesmo sobre o corpo da mulher, e sabendo que este conhecimento tende a ser enviesado e não neutro, a discussão neste trabalho é sob uma perspectiva de gênero, fundamentada na epistemologia feminista¹⁰, bem como na minha própria experiência como mulher, além de utilizar autoras feministas.

No primeiro item “Família Ê, Família A ... Família”, utilizo no título a letra da canção de Nando Reis chamada “Família” para mostrar como a família brasileira é complexa e diferente, suas mais variadas configurações e especificidades no cenário atual. Demonstro a importância de se reconhecer os modelos de famílias para além do padrão historicamente construído de família heteronormativa.

No segundo item, “Identidade e Sujeitos” busco compreender como os sujeitos constituem os processos sócio-históricos e culturais e se constituem a si próprios, formando a identidade. A identidade é a experiência coletiva dos sujeitos, e é aí que entram as famílias, tão importantes nos processos de construção de uma sociedade.

⁹ As políticas públicas são intrínsecas ao capitalismo, sua característica é a dinamicidade e contradição. Ela se transforma de acordo com a necessidade social e com o processo histórico, é mais setorizada e possui diversos serviços (PEREIRA, 2010).

¹⁰ Epistemologia feminista: um modo de produzir conhecimento a partir das mulheres, e suas experiências. Rompe com o conhecimento criado pelos homens e para os homens, que nega outros homens, as mulheres e ‘outras’ masculinidades (RAGO, 2019).

Em “Gênero, Feminismos e Interseccionalidades” busco refletir acerca do conceito de gênero como uma das principais características das relações sociais, bem como a desigualdade de gênero historicamente construída na sociedade e a violência de gênero gerada por ela. É analisado brevemente o feminismo no mundo e no Brasil, ao fomentar transformações sociais na modernidade que trouxeram mudanças para as mulheres, as chamadas “ondas do feminismo”, o Feminismo Negro e a importância de um movimento voltado para as especificidades das mulheres negras. A partir desta última reflexão, conceitua-se o termo interseccionalidade, tão importante para se combater o universalismo, bem como o reconhecimento das desigualdades sociais e combate à opressão.

O item “Gênero, Famílias e Trabalho” reflete sobre a divisão sexual do trabalho, e como esta priorizou historicamente os homens nas relações sociais de poder, inferiorizando as mulheres trabalhadoras no mercado de trabalho. Foi analisado o lugar das mulheres nas relações sociais de gênero, bem como a dicotomia entre o público e privado, e como esta contradição impactou e impacta no ambiente familiar, principalmente quando pensamos famílias pobres e negras.

1.1 “FAMÍLIA Ê, FAMÍLIA A ... FAMÍLIA”

O conceito “família” está mudando na Modernidade, buscando abarcar todas as relações sociais existentes. Algumas autoras como Mesquita e Freitas (2013) usam a noção de “famílias” no plural, para dar conta da pluralidade do conceito. Este último será utilizado no presente trabalho:

(...) falamos em “famílias” no plural por se tratar de uma realidade que está em transformação. Trata-se de uma construção sócio-cultural que se transforma e é construída dentro de um contexto histórico específico que lhe dá características culturais especiais, de acordo com os valores, a cultura, a crença e os hábitos predominantes nesses espaços. (MESQUITA e FREITAS, 2013, p.210)

No mundo moderno, essas famílias estão passando por transformações a todo momento:

Tal aconteceu em resultado das transformações sociais acima esboçadas, com saliência para o aumento da taxa de divórcio, dos nascimentos fora do casamento, da monoparentalidade, do viver só e da ausência de filhos. As pessoas estão a libertar-se do guião heterossexual tradicional e dos padrões de hetero-relacionalidade que lhe costumam andar associados. (ROSENEIL, 2006, p. 42)

Ainda que historicamente houvessem muitos modelos de famílias, as narrativas sobre elas tenderam a ser imobilizadas e normatizadas. A ‘família nuclear burguesa’ ainda hoje é a base de nossa sociedade. Porém, essa concepção de família começa a ser posta em cheque com o avanço da sociedade capitalista e as transformações das famílias na atualidade, sobretudo a

partir da organização da luta feminista e da entrada, cada vez maior, das mulheres no mercado de trabalho de forma efetiva e remunerada. Há de se ter cautela aqui, pois é necessário identificar que as mulheres negras e as não negras pobres há muito já pertenciam ao espaço público, trabalhando. Relatamos aqui a entrada regular das mulheres no âmbito profissional e o reconhecimento deste movimento como um marco para a luta feminista.

O movimento feminista e alguns movimentos sociais, como os ligados à sigla LGBTQ+, fomentaram o questionamento do padrão/norma da heterossexualidade – a heteronormatividade¹¹:

A heteronormatividade expressa as expectativas, as demandas e as obrigações sociais que derivam do pressuposto da heterossexualidade como natural e, portanto, fundamento da sociedade. Muito mais do que o aperçu de que a heterossexualidade é compulsória, a heteronormatividade é um conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle, até mesmo aqueles que não se relacionam com pessoas do sexo oposto. Assim, ela não se refere apenas aos sujeitos legítimos e normalizados, mas é uma denominação contemporânea para o dispositivo histórico da sexualidade que evidencia seu objetivo: formar todos para serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e “natural” da heterossexualidade. (MISKOLCI, 2009, p. 156-157)

O patriarcado, como forma de organização das relações de gênero, ainda está muito presente na família, e na sua formação moderna, houve um fortalecimento do poder do homem. Ainda não se pode falar no fim do patriarcado, mas é um processo longo que já deu seus primeiros passos. É nesse sentido que a autoconstrução das mulheres enquanto sujeitos, é um processo que ainda não precisa estar pronto.

Castells (2018) ressalta uma “crise da família patriarcal”, ou seja, o enfraquecimento do modelo de família baseado na dominação e autoridade do homem, como chefe da família, colocando em dúvida os valores¹² tradicionais e culturais, ainda que não se possa falar do fim do patriarcalismo. Não estamos aqui, pregando sobre o fim da família, muito pelo contrário, mas sim a transformação do padrão nuclear de família estruturada da modernidade, bem como a ampliação de políticas públicas voltadas para estes modelos mais abrangentes.

Várias transformações atingiram as famílias. Podemos começar destacando a forma como as intervenções tecnológicas abalaram as concepções de famílias e também o cotidiano das mulheres. Um exemplo, neste sentido, é o controle da fecundação. Ainda que

¹¹Buttler (2003) ressalta que a própria categoria de gênero ainda é engendrada sob os moldes heteronormativos. A matriz heterossexual que a autora ressalta é como os corpos, gêneros e desejos são tradicionalmente naturalizados.

¹²Os “valores da família” “é um discurso anti-gay e antifeminista que ganhou força nos Estados Unidos da América e no Reino Unido durante as duas últimas décadas do século XX.” (ROSENEIL, 2006, p. 34). Discurso esse que retornou no Brasil com força total durante as eleições para presidente da república no ano de 2017.

historicamente, as mulheres sempre tivessem métodos para não engravidar, como ressalta Federici (2017):

Sabemos, entretanto, que as mulheres tentavam controlar sua função reprodutiva, já que são numerosas as referências ao aborto e ao uso feminino de contraceptivos nos penitenciais. De forma significativa — em vista da futura criminalização dessas práticas durante a caça às bruxas —, designavam-se os métodos contraceptivos como “poções para a esterilidade” ou malefícia e se pressupunha que eram as mulheres quem os usava. (FEDERICI, 2017, p.84)

Foi apenas nos anos 1960 que a indústria farmacêutica criou um método legalizado e saudável em relação a outros métodos contraceptivos: a pílula anticoncepcional. A pílula abalou o valor sagrado da mulher mãe, que só via o sexo como meio de reprodução (SARTI, 2003). O estereótipo da Virgem Maria deu passagem para a autonomia da sexualidade feminina.

A tensão no imaginário social produzida por essas mudanças colocou em cheque o caráter “natural” atribuído à família:

As mudanças são particularmente difíceis, uma vez que as experiências vividas e simbolizadas na família têm como referência, a respeito desta, definições cristalizadas que são socialmente instituídas pelos dispositivos jurídicos, médicos, psicológicos, religiosos e pedagógicos, enfim, pelos dispositivos disciplinares existentes em nossa sociedade, os quais têm nos meios de comunicação um veículo fundamental, além de suas instituições específicas. (SARTI, 2003, p. 33)

Quando as famílias se afastavam desta estrutura de modelo idealizada, eram chamadas de “desestruturadas”, e quando este modelo é aceito como regra e “não como um modelo construído historicamente, aceita-se implicitamente seus valores, crenças e padrões emocionais” (SZYMANSKI, 1995, p.24). A “família pensada”, discutida por essa autora, é um mal comum, pois seguindo o modelo da família nuclear, foi formado a partir da teoria de um discurso oficial, na qual a família e seu membros “devem ser...”. Trata-se de uma família idealizada, muito presente no senso comum.

A verdade é que o modelo patriarcal de família foi constituindo ao longo do tempo o modelo nuclear (SZYMANSKI, 1995), mas os “arranjos familiares” atuais (que podem ser relativamente novos no seu reconhecimento, mas não necessariamente na sua existência) não representam este modelo, ou melhor dizendo, o modelo nuclear de família não representa as famílias brasileiras que estamos estudando neste texto, ou representa apenas uma parte delas. A experiência vivida (SZYMANSKI, 1995) por cada família deve ser considerada, e nenhum modelo deve ser visto como “melhor”. A “família vivida” é a família do cotidiano, que não pode ser culpabilizada por não seguir um modelo criado há séculos atrás.

A desigualdade de gênero, racismo e as relações de classe ainda são recorrentes e impedem que os membros das famílias tenham acesso aos direitos (como veremos mais

adiante). Isto porque o conservadorismo ainda está muito presente no imaginário popular e as políticas de proteção social ainda partem do princípio que todas as famílias devem seguir o modelo de família nuclear:

Nesse processo de mudanças, o que ocorre é que temos o modelo tradicional internalizado operando, enquanto temos as novas maneiras de ser família, revelando novos conceitos aos preestabelecidos, ocasionando certas contradições no próprio contexto familiar, balanceando o que há de prós e de contras nas duas formas aqui estudadas. (OLIVEIRA, 2009, p.69)

A Constituição Federal de 1988 e o Código Civil de 2002 foram dois documentos importantíssimos para o reconhecimento legal dos variados arranjos familiares. O primeiro documento afirmou o caráter mutável da família, enquanto o segundo reconheceu a união estável como família, abrindo espaço, portanto, para o reconhecimento das famílias homoparentais.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) revelou que desde 2005, esta família nuclear composta por pai, mãe e filhos não é mais a maioria nas casas brasileiras – o que não quer dizer que tenha perdido seu valor. Enquanto este modelo ocupava 50,1% em 2005, em 2015 (dez anos depois) este percentual caiu para 42,3%. Isto é, 57,7% das famílias brasileiras são compostas por mães solo, casais homoparentais, união estável, famílias multigeracionais¹³, famílias monoparentais e “famílias mosaico¹⁴”, com filhos, sem filhos pessoas morando sós, entre outras, e cada uma deve ser considerada à sua própria especificidade.

Na década de 1990, outra inovação tecnológica trouxe novas mudanças para as famílias, a partir da difusão do exame de DNA, permitindo a identificação da paternidade. O exame é fundamental no que se refere as responsabilidades paternas e no quesito legal, principalmente em relação a proteção dos filhos.

As famílias monoparentais são compostas por pessoas que vivem sem cônjuge, com um ou mais filhos, os chamados mães e pais solos. Sabe-se que a porcentagem de famílias monoparentais onde as mulheres são as responsáveis é bem maior, tendo em vista toda a questão do abandono paterno recorrente no Brasil, bem como os papéis de gênero que sacralizam a

¹³ As famílias multigeracionais são aquelas com membros vivos em três ou quatro gerações, comuns hoje em dia em decorrência das alterações sociais, familiares e demográficas (diminuição da taxa de natalidade e o aumento da longevidade). (VINCENTE E SOUSA, 2007)

¹⁴ Família mosaico é formada, por conjugues que já tiveram filhos de outros relacionamentos, formando um mosaico, “ao unir casais em que pelo menos um dos pares já tem um filho. A presença de um filho anterior à atual união é, portanto, requisito essencial e primordial dessas famílias.” (VALADARES, 2010)

maternidade. O Conselho Nacional da Justiça (CNJ) apontou em 2013, que 5,5 milhões de crianças não possuem o nome do pai na certidão de nascimento (IBDFAM, 2019). Já o IBGE registrou mais de 1 milhão de famílias compostas por mãe solo em 2015.

Outro membro recorrente nesta configuração é a figura dos avós, principalmente as avós maternas, que para auxiliarem suas filhas, passam a ajudar na responsabilidade de criar seus netos: “Quando ocorrem separações conjugais ou as famílias estão na condição de monoparentalidade, é frequente pelo menos um dos avós assumir — temporariamente ou não — parte das responsabilidades atribuídas às figuras parentais” (VITALE, 2003, p. 103). As avós maternas tem papel fundamental também para a economia, e servem como exemplo para entendermos a relação entre trabalho e gênero, afinal, para que algumas mulheres saiam de suas casas para trabalhar (filhas), algumas têm que permanecer em casa (para cuidarem dos netos).

O que quer dizer que as famílias monoparentais podem contar com uma rede, algo comum na realidade brasileira. As famílias, sobretudo no Brasil, devem ser compreendidas como redes, e não como núcleos. Redes de sociabilidade e solidariedade, que funcionam estrategicamente como uma proteção informal, que incluem parentes, vizinhos e amigos próximos e são responsáveis pela sobrevivência dessas famílias. A circulação de crianças é um termo de Fonseca (2002) para caracterizar a transferência entre uma família e outra, por guarda temporária ou adoção, onde as crianças fazem este movimento de circular entre parentes, atuando como mecanismo que por vezes substituem as redes secundárias¹⁵.

Trata-se de um processo de coletivização das responsabilidades pelas crianças e adolescentes dentro da família ou de parentes e conhecidos. “Essa prática popular inscreve-se dentro da lógica de obrigações morais que caracteriza a rede de parentesco entre os pobres.” (SARTI, 2003, p. 42). Esta rede representa a noção de família para os pobres, o que não se limita à árvore genealógica, mas gera sim uma extensão; ou seja, “são da família aqueles com quem se pode contar, quer dizer, aqueles em quem se pode confiar” (SARTI, 2003, p.44).

Ainda assim, devido à desigualdade de gênero, essas mulheres são desacreditadas e questionadas sobre sua capacidade de gerir o sustento da família sozinha e administração da casa. Outra questão são as famílias monoparentais chefiadas por homens (minoritárias), que ao contrário das mulheres, são questionados se conseguem cuidar da família ainda que em menor

¹⁵ Freitas (2013) utiliza Castel (1998) para diferenciar a rede primária e secundária: “Robert Castel (1998) é outro autor que entende a proteção social como um sistema historicamente construído e que nas diversas sociedades, assumiu formas específicas. Para o autor, o sistema de proteção social poderia ser caracterizado em duas dimensões: uma baseada no que o autor intitula de “sociabilidade primária” (exercida pelas pessoas mais próximas) e outra de “sociabilidade secundária” – que representa o momento em que se institucionaliza a proteção social.” (Freitas, 2013, p. 17).

nível de culpabilização (OLIVEIRA, 2009). E também não conseguem se desenvolver muito bem sem uma rede – seja a rede secundária ou a primária com o recurso aos avós.

Outro modelo de família cada vez mais presente na realidade brasileira são os casais homoparentais. Segundo o IBGE, no Censo 2010, a estimativa era de 60 mil casais homossexuais vivendo juntos. Em 2013 o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou uma resolução onde os cartórios são obrigados a celebrar o casamento civil e converter a união estável em casamento dos casais LGBT. Antes desta data, a união não era legalizada pelo Estado e eles não eram reconhecidos como entidade familiar. Entre 2013 e 2016, 19,5 mil casais casaram, o que representa 0,5% do total anual de casamentos no país.

Todos esses arranjos familiares estão cada vez mais presentes e recebendo visibilidade e não se pode mais negá-los: “Apesar de fazer parte do cotidiano das pessoas, não podemos afirmar que são socialmente aceitas, pois o embate entre a realidade e a ideologia existente não permitiu ainda sua superação por toda a população” (OLIVEIRA, 2009, p.70).

Outra ocorrência foram os casais que optaram por não ter filhos (19,9%). Talvez, quanto mais pessoas pararem de buscar o “padrão ideal de família”, mas elas serão felizes, pois agora identificam que está “tudo bem” ter um casamento e filhos, mas também está “tudo bem” não ter este modelo. Tais escolhas possibilitaram impactos positivos na saúde mental dos casais, e a obrigatoriedade de certas dinâmicas familiares e modelos a serem seguidos está menos significativa, ainda que a sociedade continue conservadora em alguns aspectos.

De qualquer forma, é patente a diminuição no número de filhos. Segundo a ONU, um estudo realizado em 2018 pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), identificou que a taxa de fecundidade brasileira até o ano da pesquisa era de 1,7 filho por mulher, enquanto a média mundial é de 2,5 filhos. Isto é, as famílias – e as mulheres, estão optando por ter menos filhos, seja por questões econômicas ou por reconhecerem que existem outras opções.

De acordo com o IBGE, entre os 10 anos correspondentes ao período de 2005 a 2015, a quantidade de pessoas que optaram por morar sozinhas saltou de 10,4% da população para 14,4%. Isto revela que a população brasileira está envelhecendo solteiras, e o número de filhos está diminuindo, visto que os idosos são maioria neste grupo: 44,3% deles têm 60 anos ou mais. Entre os idosos, as mulheres são maioria com 50,3% vivendo sozinhas, enquanto os homens atingem 49,7%.

É importante também destacar o aspecto racial no estudo das famílias, especialmente se pensamos as famílias pobres. As famílias negras brasileiras são sobreviventes de variadas formas de violência física e psicológica, herdadas desde a escravidão, vivem à sombra do

preconceito e racismo, bem como condições de vida e trabalho desfavoráveis (ALMEIDA, 2016):

As famílias negras, portanto, são invisíveis e invisibilizadas pela estrutura de poder da supremacia branca inerente ao Estado colonial, imperial e republicano que lhes atribuirão, historicamente, um estatuto de “famílias desestruturadas”, dotando seus membros de atributos exclusivamente negativos afiançado pelas teorias raciais do século XIX e posteriormente, no discurso científico e na moral conservadora hegemônica na sociabilidade burguês (...). (ALMEIDA, 2016, p.2)

No Brasil, sob uma ótica racista, não foram só as famílias negras que foram inferiorizadas, mas tudo aquilo que representava o negro e sua cultura ancestral: religião, vestimenta, cabelo, modo de se expressar. O eurocentrismo não só impôs sua própria cultura, como renegou e tentou silenciar a cultura africana e, por consequência, seus herdeiros.

E quanto ao Estado brasileiro em relação à essas famílias? Como instituição, o Estado nunca procurou compreender a cultura afro-brasileira e suas tradições, pelo contrário, apenas foi usada violência institucional para “invisibilizar os protagonismos dos diversos arranjos familiares plasmados pela herança africana no Brasil” (ALMEIDA, 2016, p.3),

As famílias negras brasileiras têm em sua maioria a figura da mulher negra como membro central. E estas têm constituído a maior presença no acesso a serviços da assistência social:

Essas mulheres, assim como suas famílias sobreviveram ao abandono absoluto do Estado colonial e imperial e após sua extinção, prosseguiram convivendo com a fome, o adoecimento físico e mental, o não acesso à educação, à moradia, creche e ao trabalho digno. (ALMEIDA, 2016, p. 4)

Outra questão é o enfrentamento do racismo em famílias negras formadas por casais inter-raciais, principalmente em relação aos filhos: “os dados permitem concluir que as estratégias elaboradas não são prioridade da educação formal das famílias, elas são acionadas, geralmente, quando eclodem as situações de conflito” (ALMEIDA, 2016, p9).

Como já foi enfatizado, uma característica das famílias pobres (em sua maioria famílias negras e famílias monoparentais), é sua configuração em rede, ao contrário do mito da família nuclear, o que ao mesmo tempo desfaz o idealismo da união entre a família e a unidade doméstica (casa), visto que a rede são relações que se movem, para construir os recursos afetivos e materiais necessários para cada um de seus membros (SARTI, 2003):

A família pobre, constituindo-se em rede, com ramificações que envolvem o parentesco como um todo, configura uma trama de obrigações morais que enreda seus membros, num duplo sentido, ao dificultar sua individualização e, ao mesmo tempo, viabilizar sua existência como apoio e sustentação básicos. (SARTI, 2003, p. 41/42)

Outra característica de organização das famílias pobres brasileiras é a chamada “circulação de crianças”, ou seja, a coletivização das responsabilidades pelas crianças e

adolescentes dentro da família ou de parentes e conhecidos. “Essa prática popular inscreve-se dentro da lógica de obrigações morais que caracteriza a rede de parentesco entre os pobres.” (SARTI, 2003, p. 42). Esta rede representa a noção de família para os pobres, o que não se limita à árvore genealógica, mas sim uma extensão, “são da família aqueles com quem se pode contar, quer dizer, aqueles em quem se pode confiar” (SARTI, 2003, p.44).

Essas famílias precisam de meios para se sustentarem, então é muito comum que ambos os responsáveis da criança e do adolescente tenha que trabalhar fora. Famílias onde mulheres e homens trabalham também refletem nas relações de gênero, pois segundo Sarti (2003), historicamente o homem foi considerado o “chefe da casa”, e este corporifica a ideia de autoridade e se coloca como mediador da família com o mundo externo (o homem sendo a ponte entre o público e o privado). Quando este homem pobre perde a função de provedor da casa, ou têm que competir com a sua esposa por esta função, este se sente abalado, desmoralizado e incapaz.

As famílias ainda têm papel fundamental na socialização do ser humano, e é parte *sinequa non* da construção do indivíduo enquanto ser social. As assistentes sociais brasileiras podem trabalhar com as famílias, identificando a especificidade de cada caso, para além de procurar compreender as recorrentes mudanças que esta sofre socialmente, pois:

Entendê-la, como espaço de construção da iniciação dos afetos e de todo aprendizado que esses afetos podem trazer a seus componentes, é ímpar na sociedade. Essas construções rebaterão na construção dos sujeitos históricos da sociedade. (OLIVEIRA, 2009, p.83)

Desconstruir representações de gênero presentes na política é resistir enquanto sujeitos, tanto para as famílias quanto para as assistentes sociais que trabalham nestas configurações. Compreender que todas(os) somos sujeitos, e construídos por tudo que está a nossa volta é necessário para entender o papel das mulheres negras e pobres, das assistentes sociais, e de todas(os) nós nesta conjuntura.

1.2 IDENTIDADE E SUJEITOS

Castells (2018) argumenta que a identidade de um povo é fruto da experiência coletiva e uma fonte de significados. Em relação aos atores sociais, a identidade é um processo de construção desses significados baseado em aspectos culturais, ou um conjunto de atributos culturais inter-relacionais, onde prevalecem outras fontes de significados. Por isso, um indivíduo ou ator coletivo, pode ter identidades múltiplas.

Já a cultura, é abordada na teoria de Geertz (1989) como as teias de significados que os indivíduos tecem, e por elas enxergam seu mundo. Esse significado é construído e estabelecido

histórico-socialmente: “(...) assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado.” (GEERTZ, 1989, p.4). Um sistema de entrelaces, marcado por símbolos públicos interpretáveis, isto é, a cultura é um modo de enxergar único, determinado pelo sujeito dependendo de seu processo social. Envolve não apenas o simbólico, mas também coisas práticas como utensílios, instituições, imagens, entre outros.

A cultura não é algo fixo, muito menos as identidades, e como ressalta Hall (2002), a sociedade está em constante desenvolvimento. Para Patriota (2002), a cultura tem variados significados, bem como diferentes concepções de sujeitos que são construídas a partir dos processos sócio-históricos no interior das relações sociais. As identidades culturais, sobretudo, constroem sujeitos sociais e nacionais.

Essa pluralidade de identidade normalmente é cheia de contradições, na auto representação e na ação social, pois, para Castells (2018), é fundamental estabelecer a diferença entre identidade e papéis: “Papéis (por exemplo, ser trabalhador, vizinho, militante socialista, sindicalista, jogador de basquete, frequentador de uma determinada igreja e fumante, ao mesmo tempo) são definidos por normas e estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade.” (CASTELLS, 2018, p.32)

A importância desses papéis em influenciar comportamentos vai depender de acordos e negociações entre as instituições e os sujeitos. Já as identidades são fontes de significados, construídas por um processo de individuação, isto é, identidades são mais importantes como significados do que papéis – que organizam ‘apenas’ função. Castells (2018) identifica três formas e origens da construção das identidades: identidade legitimadora¹⁶; identidade de resistência¹⁷; e identidade de projeto. Para a construção do presente trabalho, a última identidade é mais adequada para o que se pretende analisar, pois é nessa identidade que os sujeitos, através de suas experiências transformam a sociedade.

A identidade de projeto produz sujeitos, que por sua vez não são apenas indivíduos, mas atores sociais coletivos que atingem o significado totalizante de suas experiências. É para o autor, um projeto de vida diferente, expandida com a transformação da sociedade, como um

¹⁶ “A identidade legitimadora dá origem a uma sociedade civil, ou seja, um conjunto de organizações e instituições, bem como uma série de atores sociais estruturados e organizados, que, embora às vezes de modo conflitante, reproduzem a identidade que racionaliza as fontes de dominação estrutural.” (CASTELLS, 2018, p.34)

¹⁷ “É provável que seja esse o tipo mais importante de construção de identidade em nossa sociedade. Ele dá origem a formas de resistência coletiva diante de uma opressão que, do contrário, não seria suportável, em geral com base em identidades que, aparentemente, foram definidas com clareza pela história, geografia ou biologia, facilitando assim a “essencialização” dos limites da resistência.” (CASTELLS, 2018, p.34)

projeto de identidade. Como as identidades são construídas e quais os tipos, são resultados de um processo num contexto social.

O feminismo, por exemplo, pode ser pensado como uma identidade de resistência que vem, pouco a pouco, se tornando uma identidade de projeto – ou de projetos. Todos esses autores apontam a representatividade do movimento feminista na modernidade ao questionar os padrões estabelecidos.

Para Touraine (1992), outro autor que pensa o sujeito, principalmente na modernidade, o sujeito impele o indivíduo e o grupo e vai à procura da sua liberdade, ele se rebela e luta contra a ordem vigente e os determinismos sociais, é a figura central da modernidade. A ideia do sujeito reafirma a virtude privada como superior aos papéis sociais, da consciência moral sobre o juízo público, isto é, o sujeito é condição primária.

Segundo o autor, o sujeito não é um indivíduo fechado em si, para se afirmar, necessita reconhecer o outro como sujeito, nas relações interpessoais, amorosas ou de amizade, afasta os determinismos sociais, vê o outro como sujeito, e não como papel social. É através dessa relação como sujeito que o indivíduo abandona o papel de elemento funcional do sistema social para tornar-se produtor da sociedade (TOURAINÉ, 1992).

E é assim que pretendo enxergar as assistentes sociais entrevistadas, sujeitos suscetíveis a questões externas, principalmente no seu cotidiano de trabalho. Profissionais, em sua maioria mulheres, negras, de camadas pobres, que seguem um código ético-político, mas que ao mesmo tempo são assalariadas e atendem à uma lógica de trabalho e que têm relação direta com as famílias.

1.3 GÊNERO, FEMINISMOS E INTERSECCIONALIDADES

Optar pela perspectiva de gênero é uma decisão de ordem epistemológica, uma escolha teórica e política (LOURO, 1996). Para se pensar as políticas públicas sob uma perspectiva de gênero, faz-se necessário primeiramente, compreender o conceito de gênero utilizado neste trabalho. Como retrata Scott (1990), ao refletir acerca do conceito de gênero, deve-se relativizar a construção social das relações de gênero em determinadas sociedades, e para pensarmos sobre família, este conceito servirá em sua desnaturalização. Em suas palavras:

Eu acho que não podemos fazer isso sem dar certa atenção aos sistemas de significados, isto é, às maneiras como as sociedades representam o gênero, o utilizam para articular regras de relações sociais ou para construir o sentido da experiência. Sem o sentido, não tem experiência; e sem processo de significação, não tem sentido. (SCOTT, 1990, p.15)

Seguindo a linha de Scott (1990), gênero é um princípio característico das relações sociais determinadas histórica-socialmente, que se baseia nas diferenças entre as “ideias construídas de masculino e feminino”.

Por isso, gênero não é um estudo apenas sobre as mulheres, mas precisa ser pensado como um fenômeno social, isto é, uma das expressões da desigualdade social que abarca as relações sociais de uma sociedade – homens, mulheres, pessoas LGBTQs, crianças e idosos. Essa definição, também identifica o gênero como relação de poder, a ideologia do poder dominante torna-se “posição normativa do consenso social sem conflitos”, pois “as mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder” (SCOTT, 1990, p.21).

Aqui, é relevante pensar na dominação masculina (BOURDIEU, 1999) como uma forma de violência simbólica, que permeia todas as relações sociais da sociedade, em diferentes níveis e que pode nos ajudar a pensar o gênero. É preciso identificar esta violência simbólica como algo histórico e compreender como as estruturas de dominação “são produto de um trabalho incessante (e, como tal, histórico) de reprodução, para o qual contribuem agentes específicos (entre os quais os homens, com suas armas como a violência física e a violência simbólica) e instituições, famílias, igreja, escola, Estado” (BOURDIEU, 1999, p. 46).

Judith Butler, em seu livro "Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade" de 1990, questionou a visão do feminismo que analisa gênero por uma perspectiva binária. A autora propôs uma descrição do caráter performativo do gênero, sendo gênero algo não natural, mas performativamente construído (BUTLER, 2003). Cada sujeito tem um gênero atribuído no nascimento, nomeado por pais ou instituições sociais que tem como padrão a heteronormatividade, e à essa atribuição de gênero, são criadas expectativas, como por exemplo: "Meninos não choram."; "Meninas são ótimas donas de casa e cuidam da família."; "Meninas amadurecem mais rápido que meninos."

Noções de masculino e feminino são culturais e históricas, isto é, não são fixas. Butler (2003) ressalta que não são todos que estão bem com os gêneros atribuídos, alguns sujeitos sofrem e têm dificuldades de se "encaixarem" nessas atribuições. Sujeitos que não querem atender às expectativas criadas, e que tem percepção de si mesmos que difere das atribuições socialmente dadas.

Saffioti (2015) vê o sexismo para além de apenas uma ideologia, trata-se de “uma estrutura de poder” que mantém a extrema desigualdade em relação as mulheres, mas também prejudica todos que estão presos em relações sociais sexistas: “As mulheres são “amputadas”,

sobretudo no desenvolvimento e uso da razão e no exercício do poder. Elas são socializadas para desenvolver comportamentos dóceis, cordatos, apaziguadores” (SAFFIOTI, 2015, p.37).

Tal construção (de)limita não só os papéis divididos pelo sexo, mas também determina o ambiente e as relações sociais em contextos sociais diferentes que cada indivíduo irá perpassar. A desigualdade de gênero se reproduz em várias dimensões da vida social, no âmbito público e privado: “São desigualdades de toda ordem: social, econômica, política, cultural, que atingem, de modo diferenciado, homens e mulheres, sendo elas a parcela da população que vivencia essas desigualdades e opressões cotidianamente de forma acentuada” (GASPAROTTO e GROSSI, 2017, p. 209).

A desigualdade de gênero fincada pela divisão sexual do trabalho e relações de poder associadas a divisão dos papéis sociais, legitima o machismo na modernidade (e consequentemente o sistema capitalista), ocasionando a violência de gênero baseada na dominação e suposta inferioridade das mulheres.

E o que teria causado esta desigualdade? Um dos principais motivos foi o patriarcado, que estigmatizou historicamente as mulheres trabalhadoras, naturalizou as diferenças sexuais e sociais, e organizou a sociedade. O patriarcado - ou patriarcalismo para Castells (2018), é uma das estruturas que está baseada a sociedade contemporânea.

Para Saffioti (1992), o patriarcado é um dos esquemas de dominação-exploração da sociedade capitalista, bem como o racismo. É um sistema de opressão que tem sua justificativa nas relações de gênero e na dominação masculina (BOURDIEU, 1999)¹⁸. Sua característica é a autoridade da figura do homem, não apenas sobre a mulher e filhos, mas também sobre outros homens (WELZER-LANG, 2001), não só no âmbito familiar.

Para Saffiotti (1992), o patriarcado-capitalismo-racismo andam juntos em uma simbiose. O racismo também é uma relação de poder que subjuga o dominado pela sua raça/etnia. Para ela, não está na família a base da opressão da mulher, mas na exploração-dominação dentro dela.

Para sobreviver, o patriarcado necessita que sua autoridade esteja em todos os âmbitos da sociedade, da política à cultura. É necessário, principalmente para os estudos de políticas públicas, lembrar do quanto o patriarcado está enraizado na estrutura familiar e na reprodução, no contexto sócio-histórico e cultural. A família é tão importante para a sobrevivência do

¹⁸Dominação Masculina é a construção de corpos através da violência simbólica, que por sua vez, é suave e quase imperceptível às vítimas, se dá pelo simbólico. É uma dominação individual e coletiva dos homens perante às mulheres, no âmbito público e privado, e atribuem aos homens privilégios tanto simbólicos quanto materiais, a partir do habitus incorporado.

patriarcado, que sem ela, este ficaria exposto como dominação ‘nua e crua’, sem o véu que normalmente se esconde e seria aniquilado rapidamente.

Esta violência, por não ser explícita, atravessa esferas distintas e mesmo com a ausência recorrente de agressividade, têm um mecanismo que regula as relações sociais, a cultura, a educação, e como as mulheres podem acessar seus direitos: “Do mesmo modo como as relações patriarcais, as hierárquicas sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas também impregna o Estado.” (SAFFIOTI, 2015, p.57).

Violência doméstica contra mulher, feminicídios, homofobia, transfobia e lesbofobia são violências de gênero¹⁹. Pessoas que não se adequam às expectativas de gênero que lhes são atribuídas, ou que não estão de acordo com os padrões heteronormativos sofrem violência. Butler (2003) ressalta que a liberdade de expressão de gênero só pode ser garantida em uma sociedade que refuta a violência contra a mulher, pessoas LBGT, que combate a discriminação e desigualdade de gênero. Importante aqui localizar a família como parte desse processo, e, portanto, não isenta desses complexos processos de diferenciação e desigualdade.

O feminismo é a resistência a uma tradição conservadora, se opõe ao patriarcado, à família nos moldes patriarcais, à reprodução e à divisão social e hierárquica por sexo, e, ao se transformar, questiona o sistema e propicia a construção de uma sociedade menos desigual.

Houve momentos importantes para a história do feminismo, que são chamados de ondas²⁰ dos movimentos feministas. Essas ondas se deram mundialmente, chegando com mais força em determinadas sociedades do que outras, em épocas diferentes para cada nação. Para Duarte (2019), o feminismo deve ser compreendido em um sentido mais amplo, “como todo gesto ou ação que resulte em protesto contra a opressão e a discriminação da mulher” (p.26), exigindo a ampliação dos direitos civis e políticos, através da iniciativa individual ou coletiva. Assim, será possível valorizar os momentos cruciais da luta das mulheres que criticaram as condutas machistas da sociedade, as “legítimas feministas” (DUARTE, 2019).

A primeira onda do feminismo começou no fim do século XIX e se estendeu até meados do século XX, com um conjunto de movimentações das mulheres – majoritariamente brancas de classe média e alta – em torno da luta por igualdade política, jurídica e pela cidadania, tendo

¹⁹ A violência de gênero é uma prática violenta associada aos papéis sociais construídos sócio-historicamente advinda das relações de poder desiguais (SAFFIOTI, 1994). Tal violência inclui mulheres, homens, LBGT+; e está inserida no trabalho, na família, nas relações sociais como um todo.

²⁰ “Uma “onda” feminista, foi um momento histórico relevante de efervescência militante e/ou acadêmica onde determinadas pautas e questões das mulheres se insurgiram e dominaram o debate” (FRANCHINI, 2017). Como é explícita neste texto, as ondas são divisões para fins didáticos, pois existiram lutas em paralelo, que coexistiram, cada uma com suas especificidades.

como auge a luta das famosas sufragistas pelo voto feminino no mundo inteiro. O que não significa que antes desse período já não houvesse mulheres que já se mobilizassem. Duarte (2019), ressalta por exemplo, um nome muito importante para o movimento feminista brasileiro: Nísia Floresta Brasileira Augusto (1810-1885), umas das primeiras mulheres a romper os limites entre o espaço público e privado, ao publicar textos e livros sobre os direitos das mulheres.

Na segunda onda um marco importante foi a ampliação da luta com a articulação dos movimentos negros – principalmente nos EUA, com o Black Power e Black Panthers, que denunciavam o universalismo dominante. É nesta época que a distinção entre sexo e gênero é iniciada, sendo gênero uma construção social de papéis determinados pelo sexo. A função social das mulheres foi questionada, e a releitura de Simone de Beauvoir (anos 1940/1950) identificou a construção social do sexo, e denunciando a dominação masculina (MESQUITA, 2005). No Brasil, diferentemente dos outros países, as mulheres tiveram que se posicionar contra a ditadura militar e a censura, ao mesmo que debatiam sexualidade, direito ao prazer e aborto (DUARTE, 2019).

A terceira onda rompe com significados fixos, e tanto gênero como sexo passam a ser estudados como construções sociais “fruto de ciências enviesadas pelo olhar masculino” (FRANCHINI, 2017).

Ao participarem dos movimentos feministas, as mulheres ultrapassaram o âmbito privado e se tornaram “novos sujeitos sociais” (MESQUITA, 2005), tornaram-se sujeitos políticos que lutam contra os problemas sociais. O feminismo possibilitou a legitimação da condição feminina, que virou objeto de estudo na produção científica. No Brasil, foi em 1990 que o gênero se tornou categoria de análise.

Sobre os movimentos, pensar na pluralidade – das mulheres e das famílias – significa não universalizar, pois os sujeitos não são únicos e iguais. Discutir gênero atrelado à classe e raça é reconhecer as diversas mulheres brasileiras e suas trajetórias, bem como as sexualidades – que também impactam nas famílias. Por exemplo: Foi com base nas mulheres brancas de classe média que se formaram as reivindicações sobre trabalhar fora sem a autorização do marido, visto que, as mulheres negras e as mulheres pobres, há muito, já trabalhavam fora do âmbito privado. Sobre as sufragistas, Davis (2016) ressalta:

“Mulher” era o critério, mas nem toda mulher parecia estar qualificada. As mulheres negras, claro, eram praticamente invisíveis no interior da longa campanha pelo sufrágio feminino. Quanto às mulheres brancas da classe trabalhadora, as líderes sufragistas provavelmente ficaram impressionadas, no início, com seus esforços de organização e sua militância. (DAVIS, 2016, p. 157)

Segundo Davis (2016), as mulheres negras pagaram um preço alto pela relativa independência que tiveram historicamente, pois elas dificilmente eram “somente” donas de casas, mais do que isso, realizavam tarefas domésticas e o trabalho assalariado. Factualmente trabalharam muito e assumiram a responsabilidade de provedoras da família, por vezes sozinhas ou com a ajuda dos maridos: “As qualidades femininas não ortodoxas da assertividade e da independência – pelas quais as mulheres negras têm sido frequentemente elogiadas, mas mais comumente censuradas – são reflexos de seu trabalho e de suas batalhas fora de casa” (DAVIS, 2016, p. 244).

Cabe aqui lembrar que, enquanto a história das mulheres brancas das camadas médias constituiu o ato de “sair” (PERROT, 1994) do âmbito privado, lutarem por seu lugar no mercado de trabalho e tornarem-se mulheres públicas, podemos dizer que as mulheres negras, buscavam fazer a trajetória inversa, ao tentarem “entrar” na casa, nos espaços privados. Isso porque, desde a escravidão, lhes foram destinadas a senzala, e só entravam nas casas para cuidar dos filhos das mulheres brancas. Passando-se alguns séculos, esta mulher ainda precisa sair de casa todos os dias para sustentar a si próprias e suas famílias.

Mulheres negras feministas existiram desde a primeira onda, e suas análises partiam de suas experiências de vida, por isso, a denúncia do racismo dentro dos movimentos feministas (bem como do sexismo dentro do movimento negro). É necessário destacar o papel dessas mulheres em todos os processos históricos, todavia, lembrando que o protagonismo tradicionalmente não era delas, principalmente nas histórias “oficiais”:

Mas o que geralmente se constata, na leitura dos textos e da prática feminista, são referências formais que denotam uma espécie de esquecimento da questão racial. (...) A resposta, na nossa opinião, está no que alguns cientistas sociais caracterizam como racismo por omissão e cujas raízes, dizemos nós, se encontram em uma visão de mundo eurocêntrica e neo-colonialista da realidade. (GONZALES, 2011, p.13)

O Feminismo Negro ganhou representatividade, por evidenciar a luta contra o racismo, denunciando o ideal universal da Mulher. Por isso, em consonância com a interseccionalidade, é fruto desse movimento. Foi organizado a partir da segunda onda, a favor dos direitos civis e contra o racismo. A libertação social, política e sexual, o rompimento com os papéis associados as mulheres negras, bem como a reformulação das estruturas sociais em uma sociedade pautada pelo racismo e patriarcado era o objetivo do movimento, e grandes teóricas surgiram, como: Angela Davis, Patricia Hill Collins, Audre Lorde, Kimberlé W. Crenshaw e Barbara Smith. Em 1990 (já na terceira onda), o Feminismo Negro se expandiu mundialmente, e uma das categorias analisadas é a interseccionalidade, da qual iremos falar mais a seguir.

No Brasil, o Feminismo Negro como movimento organizado surgiu na década de 1970. Pensar o lugar da mulher negra brasileira é considerar a herança escravocrata e o lugar desta mulher hoje. Teóricas como Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro foram importantíssimas no debate, pois as autoras exploraram e denunciaram o que é ser mulher negra no Brasil.

Neste momento, se faz necessário debatermos o conceito de interseccionalidade, que é um termo utilizado para pensar a interdependência das relações de poder de raça, sexualidade, gênero, geração, região e classe de forma não hierárquica. Tornou-se mais conhecido a partir da formulação de Kimberlé W. Crenshaw. Tornou-se um termo reconhecido em meados dos anos 2000, mas tem referências do movimento Black Feminism de 1970.

Para Crenshaw (2002), interseccionalidade é:

Uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p.177)

Os eixos de poder – raça, gênero e classe, segundo Crenshaw (2002), - são “avenidas” que se cruzam e estruturam as relações sociais, econômicas e políticas, e é através delas que as dinâmicas de desempoderamento se deslocam. Eixos de poder que são distintos e mutuamente excludentes, mas que se cruzam e criam intersecções muito complexas entre dois ou mais eixos.

A interseccionalidade é uma teoria que abarca várias dimensões e busca compreender a complexidade das identidades e desigualdades sociais com um enfoque integrado entre as relações de poder: “Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual.” (BILGE, 2009 apud HIRATA, 2014).

Para Collins (2015), entender a interseccionalidade, é reconhecer aquele “pedaço do opressor que está plantado profundamente em cada um de nós” (2015, p. 14), bem como o privilégio das pessoas brancas, especialmente no movimento feminista. Para a autora seriam necessárias novas visões da opressão através de categorias de análise que incluíssem raça, classe e gênero “como estruturas de opressão distintas, mas imbricadas” (COLLINS, 2015, p. 14).

As comparações e hierarquizações de opressão trazem uma característica de competição que não ajuda em nada nos estudos e na vida, e as diferentes experiências neste caso serviriam como alternativa para o estudo, bem como novas conexões, e visões de como nos relacionamos com os outros (COLLINS, 2015). Assumir as diversidades, o pluralismo de conhecimento, a

sabedoria que o cotidiano apresenta, serviria para a criação de novas visões que negam o naturalismo, o normal, a verdade única. Outra questão seria o julgamento das coisas e pessoas em relação aos seus opostos: branco/preto; homem/mulher; rico/pobre; razão/emoção. Viver em antítese, negando algo ao afirmar outro, sem a perspectiva de coexistência, essencialmente na academia, não é o caminho a ser tomado.

E principalmente no que se refere a interseccionalidade, a classificação de categorias excludentes (ou/ou), apresenta pensamento dicotômico problemático que nos afasta da realidade. Se o sujeito é oprimido ou opressor, torna-se impraticável reconhecer o “ambos/e”, onde este sujeito pode ser ambos: “Eu vivo todos os dias como uma mulher afro-americana – uma experiência específica de raça/gênero. E não estou sozinha. Todas/os têm uma identidade específica de raça/gênero/classe” (COLLINS, p. 17, 2015).

É de extrema importância perceber as imagens simbólicas e reconhecer que as categorias universais – de homem e mulher – só representam uma pequena parcela da sociedade. Essas imagens simbólicas são aplicadas em diferentes grupos de raça, gênero e classe, que por sua vez possibilitam a manutenção dos sistemas de subordinação e dominação (COLLINS, 2015):

Além disso, ver as imagens de masculinidades e feminilidades como simbolismo universal de gênero, ao invés de vê-las como imagens simbólicas que são específicas de raça, classe e gênero, faz com que as experiências de pessoas negras e de mulheres e homens brancos e não privilegiadas sejam invisíveis. (2015, p. 26)

A interseccionalidade é uma das formas de reconhecer a desigualdade social e combater as variadas formas de opressão sofrida pelo mesmo sujeito. Neste caso, a homossexualidade atrelada à raça e classe, por exemplo, tornam-se interdependentes e provocam maior desigualdade, potencializando a vulnerabilidade social, e por este motivo o conceito deve ser pensado como instrumento político de luta, como afirma Collins (2015).

1.4 GÊNERO, FAMÍLIAS E TRABALHO

Para entendermos a questão do gênero também no âmbito familiar, é necessário entender a divisão sexual do trabalho, e como este conceito é importante para entender o lugar das mulheres e dos homens na sociedade capitalista patriarcal, especialmente nas famílias. A divisão sexual do trabalho e as relações sociais de gênero são ambas, expressões indissociáveis, que formam um sistema.

Rubin (1993) ressalta que para haver uma transformação na sociedade rumo a extinção da desigualdade de gênero, é necessário analisar primeiramente as causas da opressão das mulheres. O sistema econômico capitalista não é a explicação para essa dominação, pois

mulheres também foram oprimidas – de formas diferentes – fora do capitalismo, isto é, opressão foi apropriada pelo sistema, mas não criada por ele. As mulheres só se tornaram “criadas”, esposas, escravas, dentro de determinadas relações sociais, pois antes de tudo, são mulheres.

Foi a partir dos anos 1970 que os estudos sobre gênero começaram a analisar a mulher no mercado de trabalho, o que possibilitou identificar a visão homogênea da classe trabalhadora através do homem como modelo único, onde a mulher trabalhadora foi historicamente transformada em sujeito invisível.

A reflexão sobre a divisão sexual do trabalho só foi possível porque o movimento feminista colocou em questão a diversidade das ordens produtivas e reprodutivas, assim como questionou essa invisibilidade no espaço do mercado de trabalho ao refletir as práticas sociais das operárias e o próprio conceito de trabalho, não apenas como uma relação de classe, mas de gênero. Bem como ampliou a concepção do trabalho, não só na esfera da produção, como por exemplo o trabalho doméstico. Para Federici (2017), o trabalho doméstico não remunerado das mulheres foi um dos principais pilares para a produção capitalismo desde a acumulação primitiva, por se tratar de um trabalho que produz força de trabalho.

Autoras como Hirata (1986), Saffioti (1969), Kergoat (1986), Lobo (1986 e 1991) e Sorj (1986), se tornaram essenciais para o debate acadêmico, e indicaram que os fatores econômicos, culturais e demográficos fazem a diferença na realidade das mulheres e sua presença como classe trabalhadora:

No cerne do capitalismo, encontramos não apenas uma relação simbiótica entre o trabalho assalariado contratual e a escravidão, mas também, e junto com ela, a dialética que existe entre acumulação e destruição da força de trabalho, tensão pelas quais as mulheres pagaram o preço mais alto, com seus corpos, seu trabalho e suas vidas.(FEDERICI, 2017, p.37)

Para Saffioti (1992) todas as sociedades têm a existência da dominância masculina, com graus variados. Todavia, não há poder absoluto, mas uma relação de dominação-exploração, que não “esmaga” completamente o dominado-explorado, pelo contrário, os preserva. Ambos os polos possuem poder, mas de formas bastante desiguais.

A divisão sexual do trabalho tem seu formato historicamente construído e adaptado em determinada sociedade, e sua característica é a prioridade destinada aos homens à esfera produtiva e às mulheres à esfera reprodutiva. Aos homens, lhes são oferecidas as funções de prestígio social, ligadas à razão. Como ressalta Kergoat (2009), esta forma de divisão social do trabalho tem dois princípios de organização: separar (mulheres e homens) e hierarquizar (qual trabalho “vale” mais):

Portanto, não mais que as outras formas de divisão do trabalho, a divisão sexual do trabalho não é um dado rígido e imutável. Se seus princípios organizadores

permanecem os mesmos, suas modalidades (concepção de trabalho reprodutivo, lugar das mulheres no trabalho mercantil etc.) variam fortemente no tempo e no espaço. (KERGOAT, 2009, p.68)

Kergoat (1986) usa a analogia do “ponto morto/cego” para identificar o homem como reflexo do retrovisor (aquilo que é visto e reconhecido) e a mulher como não visível, o que o refletor não alcança. As mulheres trabalhadoras – assim como os homens trabalhadores – não podem/devem ser estudadas sem a perspectiva da reprodução e produção.

Mesmo antes do advento do capitalismo, as mulheres trabalhadoras já existiam, mas foi só no século XIX que ganharam relevância publicamente e passaram a ser documentadas (SCOTT, 1994).

Mesquita (2005) destaca que foi na Revolução Industrial que a divisão social do trabalho se concretizou, e o uso da força física não era mais necessário com o advento de novas tecnologias, com isso, o conhecimento e instrução passaram a ser mais exigidos. Assim, as mulheres trabalhadoras ganharam visibilidade no ocidente, mas não como algo positivo, mas um “problema”, pois a partir deste marco, era necessário conciliar as responsabilidades para com a família e o trabalho assalariado, entre a moral e o cotidiano das mulheres trabalhadoras (SCOTT, 1994).

Kergoat²¹ (1986) explica que articular produção e reprodução significa estudar homens e mulheres, principalmente no que diz respeito à gênese da classe operária. Quando se estuda o proletariado, os autores tendem a analisar a classe por apenas um sexo: o homem, e a autora chama atenção disso. As mulheres apareciam apenas como mão-de-obra, raramente como sujeito, ator social. Kergoat (1986) é uma autora francesa que em seu texto buscou identificar o papel das mulheres operárias nesta configuração, mas creio que esta articulação entre produção e reprodução não pode ser dissociada de todas as mulheres – para além das operárias – que vivem em sociedade capitalista, principalmente as brasileiras.

No Brasil, no início do século XX, com a industrialização, a maioria do proletariado era formada por crianças e mulheres, pois eram justamente esses indivíduos que possuíam mão-de-obra mais barata em relação aos homens. No interior das fábricas, a jornada de trabalho era extensa, sem legislação trabalhista, péssimas condições de trabalho, e as tarefas menos remuneradas eram das mulheres enquanto os cargos de chefia eram dos homens:

Para os industriais era um negócio bastante lucrativo, porque deixavam de pagar determinados impostos e ainda exploravam discretamente uma força de trabalho cuja capacidade de resistência era considerada baixa. As trabalhadoras eram percebidas de

²¹Kergoat (1986) não trabalha com o conceito de gênero – que é utilizado neste texto, mas com “relações sociais de sexo”, entretanto, a autora é importante para algumas discussões levantadas.

vários modos: “frágeis”, “infelizes”, “perigosas”, “indesejáveis”, “passivas”, “inconscientes”, “perdidas”, “degeneradas”, etc. (MESQUITA, 2005, p.90)

E as trabalhadoras negras brasileiras? As mulheres negras, após a Abolição da Escravatura, estiveram em trabalhos desqualificados, recebendo salários irrisórios e péssimas condições de trabalho e tratamento. Pouco se mudou depois da criação do mercado de trabalho livre, e além dos trabalhos historicamente fornecidos para as mulheres negras, a grande maioria sustentava suas casas e era responsável por cuidar dos membros de suas famílias: “Os documentos oficiais e as estatísticas fornecidas por médicos e autoridades policiais revelam um grande número de negras e mulatas entre empregadas domésticas, cozinheiras, lavadeiras, doceiras, vendedoras de rua e prostitutas.” (MESQUITA, 2005, p.91).

Segundo Scott (1994), a economia política foi um dos campos que reproduziu o discurso da divisão sexual do trabalho no século XIX. Entre os conceitos, a noção de salário era entendida como remuneração que o homem deveria ter em proporção suficiente para sua própria subsistência e de sua família, assim o salário da mulher era visto apenas como complementar:

O salário do trabalhador tinha nesta teoria um duplo significado: reembolsava-o pelo seu trabalho e ao mesmo tempo dava-lhe o estatuto de criador de valor na família. Uma vez que a medida de valor era o dinheiro e o salário do pai incluía a subsistência da família, apenas o salário do pai interessava. Nem a actividade doméstica bem o trabalho remunerado da mãe eram visíveis ou relevantes. (SCOTT, 1994, p.457)

Isso fez com que se propagasse a ideia de que baixos salários significavam menos produtividades das mulheres, isto é, que não trabalhavam tanto ou que suas tarefas eram consideradas “imperfeitas” (MESQUITA, 2005). Foi a partir do final da Segunda Guerra Mundial que as transformações sociais, políticas e econômicas no mundo alteraram a inserção das mulheres no mercado de trabalho e contribuição para o aumento da cidadania, como por exemplo a criação da ONU – Organização das Nações Unidas, criada para promover os direitos humanos em escala global.

Rubin (1993) reflete que a ideia de homens e mulheres como duas categorias excludentes, não é algo natural, pelo contrário, mas historicamente eliminou justamente as semelhanças entre os sexos. Repreender características construídas como “femininas” ou “masculinas” oprime os sujeitos. Ao não lidar com as similaridades, a divisão sexual do trabalho tornou-se um “tabu”, pois divide o sexo em duas categorias antagônicas, bem como pode ser vista como tabu contra outros arranjos sexuais, que não são heteronormatividade – como veremos adiante.

Segundo o site do IBGE sobre Estatística de Gênero, dados divulgados em 2019 indicam que: as mulheres trabalham em média, 3 (três) horas por semana a mais em comparação aos

homens – neste estudo combinou-se trabalhos remunerados, tarefas domésticas e cuidado com pessoas (tarefas historicamente designadas as mulheres); e têm nível educacional mais alto, mas mesmo assim, elas ganham em média 76,5% do rendimento dos homens (Agência de Notícias IBGE, 2019). Dentre as mulheres, as mulheres negras são ainda as mais prejudicadas, dados de 2019 indicam que elas recebem ainda menos em relação as mulheres e homens brancos: apenas 43% dos salários dos homens brancos (IPEA, 2019).

Para Hirata (2010) o conceito de trabalho, entendido pela perspectiva da divisão sexual do trabalho, é um conceito que foi ampliado, incluindo “o trabalho profissional e doméstico, formal e informal, remunerado e não remunerado” (HIRATA, 2010, p.1).

O trabalho de cuidado com crianças, idosos, deficientes físicos e mentais, foi exercido historicamente por mulheres no espaço doméstico e de forma gratuita, e nele se perpetuam as desigualdades de gênero, classe e raça, visto que por vezes este cuidado é realizado essencialmente por mulheres, negras, pobres, migrantes (internas e externas) (HIRATA, 2014).

O “care” é um conceito, utilizado principalmente por Hirata (2014), que significa o cuidado de crianças, idosos, deficientes físicos e doentes. A autora acredita que a causa da desvalorização do trabalho do care tem duas explicações comumente debatidas: pela teoria feminista de que esta desvalorização é uma continuação da desvalorização do trabalho doméstico e do cuidado no âmbito familiar, que as mulheres executam de forma gratuita; e pela teoria de Paperman (2013):

Em que a vulnerabilidade e a falta de cidadania dos idosos dependentes e dos portadores de deficiências repercutem sobre o status dos cuidadores, que pertencem a uma população considerada de “segunda categoria”. Para Paperman, existe assim um “círculo vicioso” entre a desvalorização do trabalho do care e a desvalorização dos seus destinatários: as pessoas e os grupos ditos “vulneráveis”. (HIRATA, 2014,p.67).

Assim, o trabalho doméstico é o conjunto de tarefas, que estão relacionadas ao cuidado, executadas no âmbito privado, trabalho gratuito realizado sobretudo por mulheres. A invisibilidade do trabalho doméstico se dá, essencialmente pelas diferentes funções e atividades atribuídas historicamente às mulheres (reprodutivo) e aos homens (produtivo) nas relações sociais de poder:

Como o trabalho doméstico, ao contrário da esfera econômica em que as mercadorias são trocadas por outras, se realiza dentro de uma relação entre pessoas: a disponibilidade permanente do tempo das mulheres a serviço da família. Essa relação de serviço, relação social de sexo que caracteriza o processo de trabalho doméstico. (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, p.258, 2009)

O trabalho doméstico (aquele trabalho não remunerado, mas que gera mais-valia) ainda é a principal ocupação das mulheres brasileiras e, entre estas, das mulheres pobres e mulheres

negras. Já o emprego doméstico remunerado – normalmente mulheres que são empregadas domésticas, isto é, saem das suas casas para ocupar o lugar de cuidado do ambiente privado de outra pessoa – é majoritariamente ocupado por mulheres negras e mulheres pobres, dedicadas aos cuidados com as pessoas. As constantes obrigações domésticas das mulheres em geral oferecem a evidência do poder do sexismo

Nesta perspectiva, seguindo agora a linha de Davis (2016), a relação das mulheres negras com o trabalho doméstico tradicionalmente expôs a presença do sexismo:

Devido à intrusão adicional do racismo, um vasto número de mulheres negras teve de cumprir as tarefas de sua própria casa e também os afazeres domésticos de outras mulheres. E com frequência as exigências do emprego na casa de uma mulher branca forçavam a trabalhadora doméstica a negligenciar sua própria casa e até mesmo suas próprias crianças. Enquanto empregadas remuneradas, elas eram convocadas a ser mães e esposas substitutas em milhões de casas de famílias brancas. (DAVIS, 2016, p.250)

Davis (2016) utiliza apenas o conceito de “tarefas domésticas”, que significa “cozinhar, lavar a louça, lavar a roupa, arrumar a cama, varrer o chão, ir às compras etc” (DAVIS, 2016, p.236). Mas adicionamos aqui o trabalho do cuidado, que também evidenciou historicamente a desigualdade em relação às mulheres negras.

Compreendemos que as mulheres são fundamentais para a produção e reprodução na sociedade capitalista, primeiramente porque estão historicamente atreladas ao trabalho adicional que se dá no ambiente privado, o trabalho doméstico não remunerado. Como relatou Rubin (1993), o trabalho doméstico é peça-chave no processo de reprodução do trabalhador (que terá sua mais-valia extraída). A domesticação da mulher é um aparato social sistemático, que as toma como matérias-primas e as molda, transformando-as em mulheres domesticadas.

O movimento feminista, neste aspecto, surgiu para tentar dar visibilidade às questões que afetam as mulheres nas relações sociais de poder, e garantirá direitos importantes nesta perspectiva.

Este item nos faz repensar o Serviço Social enquanto profissão majoritariamente feminina, que está relacionado à área do cuidado, e a vulnerabilidade social, poderia muito bem ser uma profissão de reafirmação das relações desiguais de gênero. Mas como assistentes sociais, nossa profissão é um espaço de resistência e construção de formas alternativas de intervenção. Mulheres como profissionais, que trabalham na sua maioria com outras mulheres, assistentes sociais com vivências, experiências de vida bem próximas as suas usuárias, em relação ao gênero, mas também classe e raça.

CAPÍTULO II – ASSISTÊNCIA SOCIAL EM NITERÓI: CONHECENDO O TEMA

Conhecer o campo, o lugar no qual a pesquisa está inserida é de suma importância, afinal as características locais, a cultura e as relações sociais determinam o espaço físico. Para tanto, antes de nos debruçarmos sobre o campo no qual vamos estudar, é necessário conhecer a política social em nível macro, refletindo acerca da Política de Assistência Social. Não pretendemos, contudo, revisitar a história da política social, nem explicar do que ela trata, para isso existem excelentes textos que podem fazê-los melhor do que este. Aqui, vamos seguir uma linha, talvez não tão retilínea, para que seja possível compreender onde as famílias estavam representadas nesta trama.

No primeiro item, “Centralidade das famílias na Política de Assistência Social”, discuto a centralidade das famílias como forma de estratégia encontrada para garantir a proteção social. No Brasil, nos anos 1990, programas de transferência monetárias para cidadãos e famílias foram pensados como estratégia para enfrentamento da pobreza e crescimento da economia. Com a implementação desses programas, a seletividade e a focalização (SANTOS, 2007) como critérios para os benefícios tenderam a focar em determinadas formas de famílias, deixando outras de fora. Também discutimos neste item como este mecanismo foi abordado na Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004), e o principal eixo estruturante do Sistema Único de Assistência Social – SUAS (2005) que cabe aqui ressaltar: a matricialidade sociofamiliar.

Em “Famílias e Políticas” discuto as famílias como espaço de disputa na proteção social. Caso as famílias não sejam problematizadas, compreendidas como instituições complexas e contraditórias, as políticas podem acabar reforçando as relações de gênero, o racismo e inferiorizando ainda mais as mulheres pobres negras brasileiras dentro deste contexto.

No item 2.3 intitulado “Familismo e Desfamiliarização”, é explicado o conceito de familismo, como o aumento quase total da responsabilidade das famílias para responder às necessidades dos seus membros, e de que modo esse conceito presente de várias formas na proteção social sobrecarrega e culpabiliza os familiares, sobretudo as mulheres pobres. Para terminar, reflito sobre o conceito de desfamiliarização como saída do familismo, onde a distribuição da responsabilidade entre a sociedade e o Estado ofertaria bem-estar para os membros das famílias e principalmente para as mulheres.

“A Proteção Social Básica” é um item informativo, porém relevante para o processo de leitura e entendimento. Afinal, precisamos conhecer o macro para entender o micro, e nada mais justo do que exemplificarmos o que nos interessa em relação a Proteção Social Básica brasileira. É um dos principais espaços que as famílias, enquanto usuárias das políticas públicas

passam primordialmente, sobretudo os CRAS. Para legitimar nossa pesquisa, consultamos a Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004), que possibilitou a criação dos CRAS.

Em “O Município de Niterói, meu lar e campo de pesquisa”, item 2.5, retrato a história da cidade, seu espaço físico, suas belezas e contradições. Sob o olhar implicado de uma pesquisadora que nasceu nas terras de Araribóia, este item mostrará a(ao) leitora(o) como é viver e fazer parte da cidade, inclusive para aquelas(es) que nunca estiveram aqui.

Compreendendo melhor onde se situa esta pesquisa, pode conhecer a “Proteção Social Básica Niteroiense”, suas características e especificidades. Com um mapas e tabelas, o Plano Municipal de Assistência Social vigente nos ajuda a perceber o tamanho da Proteção Social Básica de Niterói, e como o território está sendo assistido como um todo. Bem como foi possível discorrer sobre os programas e benefícios oferecidos na cidade, principalmente em época de pandemia.

2.1 CENTRALIDADE DAS FAMÍLIAS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Constituição Federal de 1988 implementou o princípio universalista da assistência social nas políticas sociais, como foi citado anteriormente, garantido legalmente e tendo como perspectiva a redução da desigualdade social (BOSCHETTI e TEIXEIRA, 2004)

Segundo Boschetti e Teixeira (2004), o princípio da universalidade assume a partir daí, dois sentidos: o primeiro seria a garantia do acesso aos direitos da assistência social àqueles que se encontram nos critérios demarcados pela Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS; o segundo sentido é a articulação da assistência com as outras políticas sociais e econômicas, com o objetivo de incluir os sujeitos nos bens de serviços prestados por estas.

A assistência social e demais políticas sociais instituem, assim, um sistema de proteção social que deve ser contínuo, sistemático, planejado, articulado, com recursos garantidos no orçamento público das três esferas governamentais, com ações complementares entre si, evitando o paralelismo, a fragmentação e a dispersão de recursos. O horizonte da assistência social não pode levar esta política a esgotar-se em si mesma. Enquanto uma política setorial ela não tem (e nem deve ter) a função de dar respostas cabais à pobreza. Seu horizonte deve ser o da sua inserção efetiva num projeto de desenvolvimento econômico e social, tanto local quanto nacional. (BOSCHETTI e TEIXEIRA, 2004, p.3)

Contudo, como sabiamente pontuaram as autoras, não só de concretização vive o direito, pelo contrário, para sua efetividade este não depende unicamente da sua existência na lei. É somente após o reconhecimento legalizado do direito que é possível exigir o cumprimento do mesmo nos órgãos responsáveis. No país, historicamente o reconhecimento do direito por vias legais, infelizmente não significa que este é um direito implementado, pois isto depende da

vontade pública – política e social. Executar, lutar, fiscalizar os órgãos, e compreender o direito, os critérios de acesso e os usuários se torna assim, fundamental para sua implementação:

É essencial conhecer o direito e ter vontade política para construir as condições materiais necessárias para converter um direito legal em um direito legítimo. É necessário, enfim, conceber a política social responsável pela concretização dos direitos correspondentes, de modo a operacionalizar as diretrizes e princípios estabelecidos legalmente. (BOSCHETTI e TEIXEIRA, 2004, p.1)

Com o passar dos anos, e sobretudo com o avanço do neoliberalismo²² nos anos 1990, o princípio da universalidade foi desvalorizado, criando uma certa resistência sobre a amplitude dos direitos constituintes. As incertezas do cenário econômico e político brasileiro, somado as influências externas, enxugaram as atividades e investimentos das políticas sociais, justificados pelo ajuste econômico e a contenção de gastos públicos (expressão usada pela mídia e gestores para explicar o investimento no social).

Agências internacionais como o Banco Mundial (BM) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), construíram propostas de políticas sociais através de medidas neoliberalistas focadas no ajuste estrutural para os países reconhecidos na época como “subdesenvolvidos”. Quanto à área social, as medidas compensatórias destinadas aos pobres e vulneráveis tornaram-se o padrão dos programas sociais, “cujo objetivo é estabelecer uma relação de benesses entre o Estado e as classes populares – usuário, que assume condição de assistido e não de usuário” (SANTOS, 2007, p.79).

Os investimentos sociais se tornaram “gastos”, e as políticas monetárias passaram a ser prioridade. Assim, a política de assistência social, palco da universalidade, cedeu seus holofotes à princípios como a focalização e a seletividade. A política de assistência passou a priorizar as metas, e como alcança-las através de um fluxo de atendimento seletista.

Foi a partir daí que os programas de transferência monetárias para cidadãos e famílias foram pensados como mecanismos da assistência social para o enfrentamento da pobreza e crescimento da economia – ainda que as primeiras discussões tenham se iniciados no país na década de 1970 e no resto do mundo. Para a implementação desses programas existe uma cartela de critérios de elegibilidade criados por lei, para selecionar famílias e indivíduos atendidos, com princípios como a seletividade e a focalização (SANTOS, 2007).

A seletividade significa optar, selecionar o usuário que atende à determinados critérios, e diferentemente do universalismo, não pretende ampliar o acesso, mas sim barreiras

²² O neoliberalismo foi uma reação política e teórica contra o Estado intervencionista e de Bem-Estar Social, criado após a Segunda Guerra Mundial na Europa e na América do Norte, mas que só tomou forças nos anos 1970 após a queda da “idade de ouro” do capitalismo (ANDERSON, 1995).

transfiguradas de regras para excluir o menos elegível. Já a focalização, o próprio nome diz, foca em algo ou alguém, evidencia as características ou ações. A focalização não é o antônimo da universalização, pelo contrário, esses princípios podem andar juntos caso seja usado para focar no que é mais emergencial em determinada situação, esta só é negativa quando se relaciona com a seletividade e faz o papel de redutora de direitos.

Quanto ao nosso tema, de um lado o crescimento de programas de combate à pobreza, voltados às famílias com crianças cresceram; e do outro, programas específicos para pessoas em situação de vulnerabilidade (idosos, crianças, pessoas com deficiência), incluindo a família como público estratégico dominante, no intuito de atender suas demandas e superar a fragmentação no atendimento (TEXEIRA, 2009). As famílias são vistas por estes programas como uma unidade de renda e consumo, aos quais os recursos individuais beneficiam o todo (SANTOS, 2007):

A primazia da atenção às famílias tem por perspectiva fazer avançar o caráter preventivo de proteção social de modo a fortalecer laços e vínculos sociais de pertencimento entre seus membros e indivíduos, para que suas capacidades e qualidade de vida atentem para a concretização de direitos humanos e sociais. (MDS, NOB/SUAS, 2005, p.16)

Foi a partir do ano 2004, com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004), que houve de fato uma reestruturação pública da assistência social legalizada em âmbito macro, ocupando um espaço institucional próprio. A PNAS (2004), foi responsável por caracterizar os eixos estruturantes do Sistema Único de Assistência Social – SUAS (2005): a matricialidade sociofamiliar, a descentralização político-administrativa²³ e a territorialização²⁴. Foram criadas assim, novas estruturas para a relação entre Estado e sociedade civil, sobre o financiamento, controle social, política de recursos humanos, informação, monitoramento e avaliação da política.

A PNAS (2004) apresentou como estratégias operacional a matricialidade sociofamiliar no SUAS (2005), onde a centralidade da proteção se encontra na família. Consta no documento que, as fragilidades e contradições das famílias brasileiras, através da exclusão sociocultural, faz-se importante a centralidade nas ações da política de assistência social. Reforça de forma

²³ A descentralização é um eixo estruturante do SUAS, expressa na Constituição de 1988, que determina a partilha do poder entre as coletividades locais e o Estado, democratizando as decisões, fortalecendo a cidadania e derrubar a centralização da recente Ditadura Militar (PEREZ, 2013). O privilégio de reconhecer os locais e os cidadãos, deram aos municípios a autonomia de executar a política de assistência social para o benefício da sua população, bem como receber financiamento para tal.

²⁴ O princípio da territorialização na assistência social significa o reconhecimento da presença de vários fatores sociais e econômicos, que levam a vulnerabilidade, risco pessoal e social, foi responsável por orientar a proteção social a partir do território (BRASIL, 2004), foi primordial para a sua operacionalização nos municípios.

emblemática que a família tem “espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros, mas que precisa também ser cuidada e protegida” (BRASIL, p. 42, 2004).

A PNAS (2004) declarou, nesta perspectiva, que a centralidade da família é uma estratégia de superação da focalização, a partir da base em indicadores das necessidades dos familiares. Tal estratégia possibilitaria o desenvolvimento de uma política universalista, sobre a metodologia da transferência de renda, criando um mecanismo para que essa família suporte a árdua tarefa cotidiana de cuidado dos seus membros. Cria-se então um subsídio estatal para que a família, agora com quase toda a responsabilidade, consiga garantir direitos, e não ao contrário.

A PNAS (2004) entende a família como “um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e, ou, de solidariedade” (BRASIL, PNAS, p.41, 2004). Já a NOB/SUAS (2005) normatizou como operacionalidade a matricialidade sociofamiliar como diretrizes do modelo protetivo da política de assistência social, para além de uma unidade econômica: “como núcleo afetivo, vinculado por laços consanguíneos, de aliança ou afinidade, que circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração e gênero” (NOB/SUAS, p.90, 2005).

A “matricialidade sociofamiliar”²⁵, é uma estratégia da proteção social inserida neste contexto, que se justifica pelo fato das políticas de proteção à família terem maior competência em intervir no cotidiano da vida das pessoas, e de sua sobrevivência. Tais políticas, ao reconhecerem a importância do papel das mulheres no âmbito familiar, produzem uma contradição ao centralizar suas ações na mesma, pois evidenciam os papéis sociais patriarcais e machistas:

Enxergar as famílias como imprescindíveis para a proteção social sem compreender o peso que isto significa, é reforçar os papéis de provedora do cuidado dos membros, sobretudo as mulheres pobres e negras brasileiras, como já discutimos anteriormente.

As famílias não são meramente fontes de estratégia, pois demandam proteção social e cuidados, elas são contraditórias, conflituosas e desiguais em seu interior “como qualquer outra instituição da vida social” (MESQUITA e FREITAS, 2013, p.210). Por isto, no próximo item, discutiremos o impacto da centralidade da família nos programas e benefícios no interior dessas famílias, sobretudo no que diz respeito às mulheres negras e pobres assistidas.

²⁵ “Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos” (Brasil, 2004, p.33).

2.2 FAMÍLIAS E POLÍTICAS

As famílias, tidas como alicerce, vistas de forma harmônica, fontes apenas de proteção, passaram a serem revistas em suas complexidades e contradições, entendidas como espaço de proteção, mas também de violência:

Sendo assim, a família deverá ser considerada (...) como uma instituição contraditória que, a par de suas características positivas, poderá funcionar como um fator de reprodução de desigualdades e perpetuação de culturas arcaicas. Isso sem falar do equívoco da recuperação de antigos encargos domésticos, incluídos nos planos governamentais sob o nome de solidariedade informal, os quais, por recaírem mais pesadamente sobre as mulheres, incompatibilizam-se com o atual status de cidadã autônoma e de trabalhadora conquistado por esse segmento. (PEREIRA, 2010, p.28)

Não apenas formada por aqueles sujeitos "tradicionais", pai, mãe (homem e mulher) e filhos, mas abrindo para a pluralidade e saindo inclusive dos marcos de sua casa, abrangendo a rede (que é uma característica muito forte na família brasileira). Famílias estas, que além de cuidar, precisam ser cuidadas. A importância de problematizar o conceito de família, é justamente não naturalizá-las, principalmente em relação ao gênero, que constitui papéis, principalmente para as mulheres.

Hoje, o papel da família tem centralidade no desenvolvimento de políticas públicas, mas isto se dá de forma contraditória, pois é ofertada a proteção social e se reconhece variadas experiências da família, ao passo que a responsabilização das necessidades dos membros continua sendo da família, especialmente das mulheres. Reforça a culpabilização da família e sobretudo a desigualdade de gênero em relação às mulheres. É desta maneira, que o modelo nuclear conjugal, ideal de família (CAMPOS e TEIXEIRA, 2010), ainda é a base de orientação de algumas políticas públicas, como veremos a seguir.

Por isto se faz necessário estudar as famílias por uma perspectiva de gênero. Relações de gênero criam algemas para os papéis familiares, e se libertar é muito difícil, pois os moldes familiares e a construção social de gênero são reais e constantes na sociedade. Para Carloto (2006), trabalhar com políticas públicas sob uma perspectiva de gênero:

Implica que levem em conta a realidade das mulheres e sua condição de desigualdade, que modifiquem as desigualdades, de gênero. Implica também, como sugere Soares, integração dos distintos âmbitos da ação municipal e requerem novas metodologias de intervenção, principalmente as que favorecem a participação. (CARLOTO, 2006, p.148)

Historicamente, tanto as políticas do Welfare State, quanto as neoliberais, dependem que essas mulheres estejam no âmbito privado, cuidando de suas famílias. Desde os anos 1900, o Brasil e países da América Latina vem implementando políticas de combate à pobreza que

tem como protagonistas as mulheres pobres e negras, sendo elas as principais “intermediárias” da relação entre o Estado e a família (SORJ e FONTES, 2010):

A opção por priorizar as mulheres como beneficiárias desses programas de combate à pobreza se baseou em evidências trazidas por estudos que indicam que as mulheres preferem investir os recursos da família no bem-estar das crianças, ao passo que os homens tendem a reservar parte importante desses recursos para o bem-estar de si próprios. (SORJ e FONTES, 2010, p.59)

A falta de uma análise crítica sobre as desigualdades sociais e morais que poderiam resvalar nas mulheres resultou em políticas com alto teor de desigualdade social, que preza pelo “altruísmo materno”, pela moral da mulher de provedora do bem-estar alheio.

Ao pesquisarem sobre o Programa Bolsa Família e a política de ampliação da educação infantil, Sorj e Fontes (2010) identificaram que: mesmo reduzindo a pobreza, o PBF não garante, nem favorece a integração da mulher no mercado de trabalho e desestimula a sua autonomia individual. Já a política de ampliação da educação infantil – mesmo que não tenha esse objetivo – de fato favorece que as mulheres participem no mercado de trabalho uma vez que seus filhos estejam na creche: “Assim, podemos sustentar que o acesso à educação infantil tem amplo potencial para promover um trabalho mais bem remunerado das mães e para inseri-las em ocupações de melhor qualidade” (SORJ e FONTES, 2010, p.70).

Assim, segundo Carlotto (2006), a própria condição das mulheres na cidadania já é inferior. Elas se tornaram dependentes através do pertencimento a uma unidade familiar para conseguirem políticas públicas. Não conseguem se desvincular e individualizar-se. Ao contrário dos homens, eles não precisam de uma relação de completude.

O debate feminista tem chamado atenção para a instrumentalização (tornar instrumento) dos papéis das mulheres na política de combate à pobreza (CARLOTO, 2006). O Brasil enquanto Estado investe pouco em proteção social, e com isso, as famílias recorrem ao papel da mulher mãe e de baixa-renda como responsável pela proteção dos membros das famílias – o que possibilita legitimidade à matricialidade sociofamiliar. Elas se tornam as principais beneficiárias dos programas de transferência de renda, pois lhes é reforçado estigma de mais confiáveis do que os homens e mais capazes de administrar o benefício por serem mães, transferindo a responsabilização da subsistência dos membros de suas famílias:

A principal estratégia das políticas focalizadas centradas nas famílias tem sido a entrega direta de bens ou atividades de capacitação que reforçam as habilidades consideradas adequadas às dona-de-casa e mães não-trabalhadoras. (CARLOTO, 2006, p. 145)

Há assim uma certa contradição no fato do aumento dos programas e benefícios destinados às famílias direcionarem cada vez mais as mulheres como principais beneficiárias,

pois esta transferência responsabilização não é prejudicial somente pela culpabilização, mas também não reconhecem as várias versões de mulheres (mulheres trabalhadoras, mães solo, mães solo trabalhadoras, entre outras) e as diferentes formas de famílias que coexistem (como por exemplo, aquelas que não possuem mulheres entre seus membros).

Por diversas vezes, essas mulheres têm a responsabilidade de cuidar dos filhos sem uma rede de proteção, dependendo dos benefícios, não contam com rede de serviço (creches, escolas com período integral, sistema de saúde integrado, moradia em boas condições) e ainda têm que lidar com a violência doméstica. A esfera doméstica é a preocupação central da mulher, e sua principal missão é a responsabilidade, o benefício nunca é só para ela.

Devemos ter atenção - e os estudos de gênero nos ajudam em relação a isto – que, o fato de alguns programas terem o alvo preferencial nas mulheres, isto não quer dizer que são programas que contem uma perspectiva de gênero. E por esta razão, exigir políticas públicas sob o viés do gênero é demandar o enfrentamento da desigualdade de gênero e garantir a emancipação dos sujeitos (principalmente das mulheres). Uma política pública de gênero, seria aquela que não partiria das “certezas” para o funcionamento, nas quais sujeitos – e principalmente as mulheres – não precisassem perder direitos ou serem menos cidadãs, mas sim levar em conta a realidade que essas mulheres vivem, e a condição de desigualdade em que estão implicadas.

Conforme já abordamos até aqui, há uma tentativa de imposição de padrão familiar que perpassa as relações sociais na modernidade, esse padrão tende a aumentar a desigualdade de gênero e vulnerabiliza sobretudo a mulher negra e pobre, ficando esta responsável pelas tarefas domésticas, pelo cuidado e proteção dos membros da sua família. Esse molde de família nuclear heteronormativa está presente em vários âmbitos da sociedade, inclusive nas políticas públicas.

O Estado, segundo Gasparotto e Grossi (2017) não só reforça a desigualdade de gênero nesta interpretação, como necessita do trabalho doméstico não remunerado/ remunerado da mulher para o processo de produção da mais-valia, reprodução e proteção social. Isto é, o próprio Estado que deveria defende-la, naturaliza o fortalecimento da divisão sexual do trabalho.

Por este motivo, estarmos atentos enquanto profissionais é de suma importância. A centralidade da família nos programas e benefícios pode ser vista como uma estratégia eficaz se aplicada de forma crítica, para evitar que estes mesmos mecanismos não se voltem contra a própria família através da transferência máxima de responsabilização, e que não recaia sobre as mulheres, como veremos no próximo item.

2.3 FAMILISMO E DESFAMILIARIZAÇÃO

Mas o que acontece quando a família, que está colocada como centro das estratégias da política de assistência social, assume total responsabilidade pelos seus membros e não consegue alcançar o apoio do Estado?

Ao mesmo tempo que algumas políticas e serviços pretendem socializar os custos sociais com as famílias, ao passo que diminuem a dependência dos seus membros, e particularmente das mulheres, algumas políticas podem reforçar a responsabilização e culpabilização das famílias – de forma intencional ou por descuido, e esta situação, é o que podemos chamar de familismo.

O conceito de Familismo ou Familiarização é o processo que se dá a “oferta de bem-estar social ou de atendimento de necessidades sociais que tem ampla participação das famílias, ao passo que o papel dos Estados é diminuído” (ESPINGANDERSEN, 1991, apud SANTOS, p.389, 2017).

O familismo representa a menor participação do Estado, e segundo Campos e Mioto (2003), esta é a atual configuração das políticas sociais no Brasil. Ao mesmo tempo que algumas políticas e serviços pretendem socializar os custos sociais com as famílias, ao passo que diminuem a dependência dos seus membros, e particularmente das mulheres, algumas políticas podem reforçar a responsabilização e culpabilização das famílias – de forma intencional ou por descuido. No chamado “familismo”, a cobertura social do Estado é pouca ou quase nula.

Está presente em pequenos detalhes nas políticas de proteção social no Brasil. Seu conceito não gira mais em torno da completa ausência do Estado em garantir bem-social ao sujeito, colocando a família a cargo total desta responsabilidade, a partir de um alibi legal – a centralidade da família como estratégia para a proteção social.

O conceito foi se aperfeiçoado ao longo das décadas, e as práticas tradicionais reforçaram o papel da família, sobretudo o da mulher. Atualmente suas formulações são outras: é condição de existência das políticas sociais contemporâneas no capitalismo, presente nos avanços e retrocessos das políticas sociais e da assistência social.

Segundo Santos (2017), o processo de amadurecimento da política de assistência social como direito só foi possível porque a responsabilidade de proteção social foi compartilhada legalmente entre Estado e família, no qual as vulnerabilidades e necessidades são superadas pela atuação destas duas instituições. Isto é, a estratégia que tornou possível a ampliação da política social também pode limitar sua cobertura e objetivo de garantia de direitos caso a

família se torne a única responsável de cuidar do bem-estar dos seus membros, sem o auxílio do Estado quando necessitado. Um exemplo é a PEC nº 287/2016, que pretende reduzir a garantia de acesso do BPC e reduzir o benefício.

Houve uma grande dificuldade da sociedade civil, das classes políticas, gestores em identificar a assistência social como política pública e responsabilidade do Estado, visto que, por séculos, a assistência social foi limitada ao âmbito caritativo, o que provocou um amplo debate para sua ampliação da carta constituinte.

Santos (2017) rememora que não há no debate da Constituinte, uma subcomissão específica para a discussão da assistência social, pode indicar uma característica singular do Brasil: a responsabilidade de proteção social é historicamente compartilhada entre o Estado e as famílias, ainda que não legalmente. As tradições conservadoras, de práticas de caridade e filantropia, também dificultaram o Estado a reconhecer a assistência social como política social.

Sem contar com as especificidades, o caso brasileiro não é o único, nos países europeus e latino-americanos a proteção social também está diretamente relacionada com este compartilhamento de responsabilidade, onde o Estado só interfere na vida privada quando a família não conseguiu garantir por si só os direitos. Ou seja, “suas funções de proteção, apoio, tutela, assistência e cuidados dos indivíduos” (SANTOS, p. 392, 2017).

As crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência, têm estreita relação com a instituição familiar, isto é, o Estado historicamente destinou as famílias a responsabilidade primária de proteção social aos indivíduos. As discussões sobre os direitos das crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência sofreram influência da temática de família, legalizadas nos artigos 227 e 229 da CF de 1988 (no qual carimba de maneira enfática a soberania da família sobre a sociedade e o Estado em relação a proteção).

Quando um membro da família demanda cuidados e atenção, como no caso de pessoas com deficiência, pacientes psiquiátricos, idosos e crianças, não encontram representatividade e espaço na agenda política, a família conseqüentemente passa a ter total incumbência da responsabilidade de proteger o indivíduo.

Ações voltadas para a proteção social da família/núcleo familiar, não significam o mesmo que familismo: “Não são todas as práticas que protegem as demandas familiares e que livram os indivíduos das privações materiais e sociais, por meio de proteções amplas às famílias que resultarão em familismo na proteção social” (SANTOS, p. 394, 2017).

Obviamente, existe um papel da família no cuidado dos indivíduos; mas o foco está em assimilar que as políticas sociais não podem reforçar a desigualdade social. Como analisado

anteriormente, a proteção social continua sendo fundamental para o recuo da desigualdade, isto é, a responsabilidade do Estado ainda de suma importância para a manutenção do bem-estar social, sobretudo das famílias.

Ressalta-se aqui a importância de modelos de políticas públicas e a construção de novas estratégias que visem o enfrentamento do familismo: a desfamiliarização. Conceito de coletivização das necessidades das famílias, com responsabilidade maior da sociedade sobre o bem-estar e a satisfação das necessidades dos membros. Bem como, investimento maior em serviços domiciliares, cobertura de creches e de ajuda aos idosos. “Minimizam a dependência do indivíduo, em particular da mulher, em relação à família e ao mercado” (TEIXEIRA, p.67, 2010).

Isto é, a culpabilização e peso que as famílias carregam, principalmente mulheres pobres e negras, da responsabilidade quase que integral de garantir o bem-estar para os seus membros deve ser reconhecida e combatida. A família é parte integrante e fundamental para a sociedade, para o Estado e para as relações sociais e garantia de cidadania, deve ser tratada com a devida importância e atenção.

Longe de colocar um ponto final na discussão, pensemos a perspectiva de uma política familiar. Usando dos ensinamentos de Teixeira (2010), entende-se:

(...) como um conjunto de serviços e benefícios monetários e de apoio às famílias, que secundarize as suas funções de reprodução social, que implique maior responsabilidade estatal, em subsídios, benefícios individuais e serviços universalizados de suporte às famílias. (TEIXEIRA, p. 72, 2010).

Não deve ser uma política mercantilizada e familista, mas que garanta a vida familiar, de forma material, através de renda complementar, e também com serviços que permitam que a família – e principalmente a mulher – seja provedora e trabalhadora ao mesmo, oferecendo serviços de cuidado de forma integrada (TEIXEIRA, 2010), o que indica também que deve ser uma política de gênero. Por exemplo, construção de creches municipais de qualidade, com vagas para que as crianças fiquem durante o dia para que os responsáveis possam trabalhar ou cuidar de si mesmos.

Não se trata apenas de uma política setorial, fragmentada, mas de serviços e programas conjuntos que garantam a convivência coletiva e familiar, que responda as necessidades das famílias - e das mulheres - como um todo. No Brasil temos alguns exemplos de políticas públicas que afetam as famílias, mas não de forma totalmente integrada: Previdência Social, salário-família, o Programa Bolsa Família, a política de educação, o PAIF – Programa de Atenção Integral à Família, e o Benefício de Prestação Continuada – BPC.

Impulsionada pelo compartilhamento de responsabilidade entre os três setores (sociedade civil, mercado e Estado), a família (com as mulheres vistas naturalmente como representantes) acabou se tornando protagonista para a garantia de necessidades dos indivíduos e proteção social. Refletir sobre família e políticas sociais, é potencializar a participação da população na criação das mesmas e contribuir para a construção de um pensamento político crítico brasileiro que perceba os diferentes processos e sujeitos na sociedade de forma ampla, que participam da construção de ações políticas governamentais e não-governamentais.

A centralidade da família nos programas de transferência de renda foi criada com o intuito estratégico para assegurar as necessidades de um determinado grupo. Entretanto, quando o grupo familiar não recebe suporte dos outros setores, e cabe a este criar sozinho os caminhos para se retirar da vulnerabilidade e da exclusão social, tal centralidade na família torna-se automaticamente uma confirmação da desigualdade social.

2.4 A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Já vimos neste capítulo como a centralidade da família surgiu como estratégia para a política de assistência social na década de 1990. Bem como a falta de cuidado do Estado, dos órgãos públicos e dos sujeitos que os mantêm, podendo dificultar a vida dos membros desta família. A partir de agora, iremos identificar alguns espaços onde as famílias perpassam na política social, e principalmente o equipamento no qual nos debruçaremos nesta pesquisa.

O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS²⁶, juntamente com a Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS, apresentou no ano de 2004 a Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004), sendo discutida em todo território brasileiro através de encontros, palestras, conferências e seminários. Com a Resolução nº 27, no ano de 2005, o Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS aprovou a Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS, consagrando “os eixos estruturantes para a realização do pacto a ser efetivado entre os três entes federados e as instâncias de articulação, pactuação e deliberação (...)” (MDS, 2005, p.8).

A PNAS (2004) destaca que a política de assistência social funciona de maneira integrada com as políticas setoriais, com o objetivo de amenizar as desigualdades sociais e promover serviços, projetos e programas da proteção social básica e especial, ampliar o acesso aos bens socioassistenciais com ações voltadas para a centralidade da família:

²⁶ Extinto em 18 de junho de 2019, com a edição da Lei Nº 13.844 (Portal Brasileiro de Dados Abertos, 2019).

A Assistência Social configura-se como possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários e como espaço de ampliação de seu protagonismo, assim deve priorizar a família e seus membros, a partir do seu território de vivência. Aponta neste sentido seu caráter de proteção social. (FONSECA, 2017, p.37).

O Sistema Único de Assistência Social – SUAS, representa “uma nova forma de organizar e gerir a Assistência Social brasileira. Planejado e executado pelos governos federal, estaduais, do Distrito Federal (DF) e municipais, em estreita parceria com a sociedade civil (...)” (MDS, 2009, p. 8). Portanto, a PNAS (2004) é o fortalecimento de anos de lutas sociais, assim como o SUAS, pois estabelece a reorganização dos serviços de proteção, o papel do estado no acompanhamento das famílias, o processo de territorialização na proteção social básica e especial, principalmente para as famílias beneficiárias (MDS, 2009). O que queremos dizer aqui, é que todas estas normas, políticas e o próprio sistema único de assistência social contribuíram para consolidar o que foi posto na Constituição de 1988:

Constituir a assistência social como política pública que estende a proteção social não contributiva na condição de direito foi, antes de tudo, uma proposta de grande mudança no padrão civilizatório da proteção social pública no país. (MDS, 2005, p. 9).

Com a ampliação na política de assistência social, a PNAS (2004) destinou as ações em dois tipos, conforme definido no Art. 6º- A da Lei Nº 8.742/1993, com alterações introduzidas pela Lei Nº 12.435/2011: a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial.

A Proteção Social Básica é implementada nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, equipamentos públicos responsáveis por oferecer atendimento em território delimitado, que tem como objetivo prevenir situações de risco, através do fortalecimento de vínculos familiares, se destina a população em situação de vulnerabilidade, pobreza, falta de renda e acesso precário aos serviços públicos (BRASIL, PNAS, 2004).

Os CRASs, como equipamentos da PNAS/SUAS que oferecem proteção social básica, são orientados pelos princípios da territorialização e da centralidade da família (matricialidade sociofamiliar) para o desenvolvimento de serviços nas condições. A matricialidade sociofamiliar neste âmbito, é cultivada como estratégia para alterar o sistema de intervenção, possibilitando a aproximação os núcleos familiares (COUTO, B.R; Yazbek, M. C.; et al. 2012).

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009) destaca os CRASs como equipamentos ações responsáveis pela efetividade da proteção social básica, como instituições municipais que oferecem serviços de atenção social básica para a população de cada cidade. O CRAS se diferencia enquanto unidade da rede socioassistencial, pois executa funções exclusivas de oferta ao público, principalmente em relação às famílias do Serviço de Proteção

e Atendimento Integral à Família – PAIF, e em relação à gestão territorial, articulação com redes socioassistenciais e acompanhamento dos usuários:

A oferta dos serviços no CRAS deve ser planejada e depende de um bom conhecimento do território e das famílias que nele vivem, suas necessidades, potencialidades, bem como do mapeamento da ocorrência das situações de risco e de vulnerabilidade social e das ofertas já existentes. (MDS, 2009, p.9)

A quantidade de equipamentos implantados nos municípios é determinada pelo porte desta cidade, seguindo os princípios da NOB/SUAS e a Guia de Orientação Técnica – SUAS nº. 1/ 2005.25 (MDS, 2009), que se baseiam “nas especificidades territoriais, socioeconômicas e de vulnerabilidades das famílias e o formato, número de funcionários e recursos são definidos pelo número de cidadãos que deverão ser contemplados”. (FONSECA, 2017, p. 69). Já a definição do número de famílias referenciadas nos CRASs é determinada pelo porte do município.

Como unidade pública do Estado, em geral os CRASs estão situados em áreas consideradas de maior vulnerabilidade e risco social dos municípios, organizando a rede local para serviços de proteção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais - Resolução nº 109/09 (MDS, 2013), os serviços de proteção social básica estão organizados em:

1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);
2. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
3. Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas. (MDS, 2013, p.10)

Quanto ao espaço físico disponível para o CRAS enquanto equipamento, o MDS (2009) ressalta que é imprescindível que a infraestrutura do equipamento responda aos requisitos mínimos para ofertar os serviços da proteção social básica. É necessário um ambiente que tenha espaço para: Recepção; sala de atendimento; sala de uso coletivo; sala administrativa; copa; e banheiros.

A equipe de referência do CRAS formada por profissionais interdisciplinares, que são responsáveis pela oferta e organização dos serviços do PAIF, de acordo com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS e com o número de famílias referenciadas. Outra determinação do NOB-RH/SUAS é que a equipe seja composta por servidores públicos efetivos, a baixa rotatividade de profissionais é essencial para a continuidade das ações. Entretanto, os municípios que possuem vínculos de trabalhos mais precários (contrato por tempo determinado, terceirização, entre outros), recomenda-se que a contratação profissional seja realizada por processo seletivo aos moldes do NOB/RH e da Constituição de 1988. A equipe ainda pode contar com estagiários, prevista no SUAS,

devidamente regulado com a política de assistência social e a instituição de ensino superior (MDS, 2009).

Já havíamos falado nos itens anteriores, o que é família para a PNAS (2004), e como ela aborda o princípio da matricialidade sociofamiliar em seus programas, e agora iremos ver como este princípio se efetiva nos CRAS.

Segundo as Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS (2009), a centralidade da família precisa ser reconhecida pela política de assistência social, e a responsabilidade do Estado à essa família deve ser compreendida como “núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social” e “espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias” (MDS, 2009. p. 12). O documento ainda reconhece que a família é um espaço de contradição, que perpassa questões de gênero, identidades culturais, demandas específicas, desigualdades:

O atendimento à família ainda deve ser planejado a partir do conhecimento das necessidades e expectativas diferenciadas dos seus membros, em especial, de acordo com a forma como esse grupo se organiza: se a família é monoparental, extensa, entre outros. (MDS, 2009, p. 12)

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009), os usuários do CRAS são famílias em situação de vulnerabilidade social em decorrência do escasso ou nenhum acesso aos serviços públicos, da pobreza, e da fragilidade dos vínculos, principalmente:

- Famílias beneficiárias de programas de transferência de renda e benefícios assistenciais;
- Famílias que atendem os critérios de elegibilidade a tais programas ou benefícios, mas que ainda não foram contempladas;
- Famílias em situação de vulnerabilidade em decorrência de dificuldades vivenciadas por algum de seus membros;
- Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social. (MDS, 2013, p.13)

Como mencionado, o CRAS obrigatoriamente oferta alguns serviços e programas com o objetivo de eliminar a desigualdade e reforçar vínculos familiares. O Programa de Atenção Integral à Família – PAIF é exclusivamente e obrigatoriamente oferecido neste espaço, independentemente de sua fonte financiadora (seja municipal, federal e/ou estadual). Este programa é o principal serviço de Proteção Social Básica, e todos os outros devem se articular a ele, pois “confere a primazia da ação do poder público na garantia do direito à convivência familiar e assegura a matricialidade sociofamiliar no atendimento socioassistencial, um dos eixos estruturantes do SUAS” (MDS, 2009, p. 31).

A política de assistência social também inclui programas e benefícios de caráter não contributivos (independentemente de contribuição à seguridade social) ofertados, acessíveis à população em situação de vulnerabilidade, garantindo uma rede de serviços socioassistenciais. Exemplos destes programas são: o Programa Bolsa Família – PBF e o Benefício de Prestação Continuada – BPC²⁷. Tais iniciativas são consideradas pilares da política de assistência social no sistema de proteção brasileiro. Em 2016 só o PBF beneficiou 13,8 milhões famílias em todo o território nacional, já o BPC auxiliou 4,4 milhões de beneficiários (MDS, 2017).

Ambos os programas possuem aspectos conflitantes no interior de suas ações. A centralidade das famílias como estratégia para o alcance do benefício traz em si um reconhecimento das vulnerabilidades que se sobrepõem histórica e socialmente. Em contrapartida pode “indicar que uma progressiva focalização vem interpelando o processo de consolidação da assistência social como campo específico de ofertas e garantias vinculadas doutrinariamente à universalidade e à equidade” (JACCOUD, p. 43,2017).

O Programa Bolsa Família, programa de transferência direta de renda criado em 2003, com condicionalidades que se dirigem a famílias pobres, é o principal programa da proteção social básica oferecido nos CRASs. Tem o objetivo de garantir o direito básico à alimentação, educação e saúde dos membros da família, desenvolvido para auxiliar os adultos do grupo familiar que possuem baixa renda.

Sua estratégia é proteger a família e seus membros a enfrentar a miséria e vulnerabilidade social, entretanto, também possibilita a ampliação da responsabilidade da família, em principalmente as mulheres, pois o repasse monetário é deferido prioritariamente às mulheres:

Todavia, o Estado realiza essa ação controladora, através de medidas protetivas. O benefício é destinado à família, mas condicionado às obrigações desta com os filhos no tocante à escola e à saúde, e deve ser entregue, preferencialmente, às mulheres, ficando explícita a preocupação governamental em minorar a pobreza, mas também de reforçar as responsabilidades familiares, particularmente das mulheres. (TEIXEIRA, p. 77, 2010)

A Proteção Social Especial²⁸, por sua vez, destina-se a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos já tenham sido violados ou ameaçados (BRASIL, PNAS, 2004). Dentre as violações de direitos, incluem-se violência física, psicológica, abuso ou exploração sexual, abandono, rompimento ou fragilização de vínculos ou afastamento do

²⁷ O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um benefício de responsabilidade da assistência social, mais precisamente da LOAS (1993), que garante um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso a partir dos 65 anos de idade.

²⁸ Não podemos deixar mencionar a Proteção Social Especial, ainda que não seja o nosso enfoque neste texto, esta instituição faz parte da política de assistência social tão quanto a Proteção Social Básica.

convívio familiar. A proteção social especial é executada nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (MDS, 2005), que não serão estudados aqui:

São serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade:

- a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI);
- b) Serviço Especializado em Abordagem Social;
- c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);
- d) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;
- e) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

E os serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade:

- a) Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades: - abrigo institucional; - Casa-Lar; - Casa de Passagem; - Residência Inclusiva.
- b) Serviço de Acolhimento em República;
- c) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;
- d) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

Sobre o compromisso dos CRAS e CREAS perante as relações social e a realidade dos indivíduos, COUTO e Yazbek, et al. (2012) comentam que esses equipamentos tem a possibilidade de captar a realidade social, promover articulação em rede de benefícios e serviços, bem como articulam acessos e funcionam como uma “força indutora da expressão de demandas.” (COUTO, B.R; Yazbek, M. C.; et al. 2012). A seguir, quebraremos um pouco o ritmo para elucidarmos o município de Niterói, antes de nos depararmos com a Proteção Social Básica da cidade.

2.5 O MUNICÍPIO DE NITERÓI, MEU LAR E CAMPO DE PESQUISA

Criada em 10 de maio de 1819, a cidade de Niterói faz parte da Região Metropolitana do Estado do Rio, com área territorial de 133,757 km², e densidade demográfica de 3.640,80 hab/km², considerado município de grande médio. Com 487.562 habitantes, segundo o Censo 2010, estima-se que no ano de 2020 seriam 515.317 habitantes de acordo com a projeção do IBGE, sendo o 5º maior município do Estado neste quesito.

Em relação à infraestrutura urbana, Niterói apresenta 91.1% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, e 78% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 58.8% de “domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio)” (IBGE, 2020).

A população niteroiense é predominantemente masculina, segundo o Censo 2010, a estrutura etária predominante no município é de pessoas entre os 15 aos 64 anos (67%), o que podemos concluir que a população está envelhecendo e espera-se que o próximo Censo demonstre isso. Quanto a mortalidade infantil²⁹ (crianças com menos de um ano de idade), em 2010 eram 12,9 óbitos por mil nascidos vivos.

A educação em Niterói é algo relevante³⁰, a proporção de crianças e adolescentes em idade escolar que frequentavam ou completaram suas determinadas etapas de ensino até 2010 era relativamente elevada, tendo 97 % da taxa de escolarização de crianças e adolescentes entre 6 a 14 anos de idade. Segundo o Anuário Multicidades de 2020, a Prefeitura de Niterói está em 29ª posição no ranking total de investimento na educação por destinar R\$ 500 milhões à essa área.

No Censo de 2010 Niterói se destacou como o sétimo maior Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do país, e a primeira no ranking estadual, como já citamos na introdução. Segundo a própria prefeitura de Niterói, à princípio a cidade decaiu duas posições desde 2010.

O IDH elevado da cidade, entretanto, não condiz com as questões econômicas e trabalhistas. O salário médio mensal dos trabalhadores formais em Niterói é de 3,2 salários mínimos, de acordo com dados do IBGE em 2018. Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), no ano de 2018, Niterói esteve na penúltima posição no ranking de geração de empregos do Estado do Rio de Janeiro.

E com a pandemia do vírus da Covid-19, este panorama se tornou ainda pior, pois o desemprego avançou com 3.265 vagas de emprego perdidas só em abril de 2020, o que significa 2,26% de encolhimento no mercado niteroiense (CAGED, 2020). Em relação ao país, a taxa oficial de desemprego subiu para 13,3% no trimestre finalizado em junho de 2020, o que atingiu 12,8 milhões de brasileiros, fechando 8,9 milhões de postos de trabalho em consonância com os impactos do Covid-19 (IBGE, 2020).

O índice de trabalhadores informais no município é ainda maior, pois de acordo com Junior e Silva (2005), a venda de produtos por ambulantes possibilita a migração de profissionais desempregados ou com baixa remuneração para a informalidade, seja pela

²⁹ “A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)” (IBGE, 2020).

³⁰ A última atualização sobre a taxa de analfabetismo (apenas 3.6%) em Niterói é do INEP em 2003, no qual foi ressaltado que a população possuía o maior número médio de séries concluídas em ranking nacional. Não foi possível encontrar dados mais atualizados sobre este item. Ver em: <http://inep.gov.br>

facilidade da transação, ou pelo custo-benefício. Em Niterói e São Gonçalo (município vizinho) o comércio informal se tornou essencial para a população, à ponto da “atuação do mesmo interfere diretamente no cotidiano das mesmas, cria uma intensa dinâmica ocupando o espaço urbano” (JUNIOR E SILVA, 2005, p.11061).

Todos estes dados colocados neste item servem como um pequeno panorama sobre a cidade, cheia de contradições, Niterói investe em alguns setores que, aparentemente demonstram para o país e aos moradores – da zona sul e arredores – que ela ainda é a “Cidade Sorriso”, ótima para se morar, criar os filhos e envelhecer – para trabalhar é melhor no Rio. Entretanto, quando pensamos na periferia da cidade – que não é pequena – percebemos os problemas sociais e estruturais, as lacunas e a falta de investimento. Em 2020, por exemplo, a “nova Avenida Marquês de Paraná” foi entregue aos moradores, após anos de obras, muitos milhões investidos e prédios desapropriados. Caro leitor, se você não mora em Niterói ou não sabe do que estamos falando, entenda que esta avenida liga a zona sul ao centro (grande zona comercial, onde estão situados o acesso à ponte, ao terminal rodoviário e as barcas, isto é, ao Rio de Janeiro).

Niterói se encontra no Estado do Rio, apenas 13 km a separa da cidade do Rio de Janeiro, e existem desigualdades sociais e especificidades que a destaca em relação aos outros municípios. As contradições da cidade só são enxergadas por quem mora aqui: território grande, mas não enorme; violenta, mas não tanto quanto a “Cidade Maravilhosa”; praias belíssimas, mas o turismo deixa a desejar; favelas enormes, porém invisíveis quando misturadas a paisagem, você até pode viver a vida toda aqui sem precisar passar pelas partes mais pobres – se você for rico. Um ditado carioca diz que: “O melhor de Niterói é a vista para o Rio (cidade)”.

Acho que nós niteroienses nos acostumamos com esta brincadeira, passamos tanto tempo olhando para nosso vizinho, e nos comparando, que às vezes esquecemos de perceber nossos próprios problemas e nossas belezas. E como todo município que possui suas questões sociais, a Política de Assistência Social se faz valer aqui também, e é o que veremos a seguir.

2.6 A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NITEROIENSE

A Equipe Técnica da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos – SASDH de Niterói elaborou no ano de 2017 o Plano Municipal de Assistência Social³¹ que compete os anos de 2018 até 2021, em consonância com a Lei Municipal n.º 3.263/2017 (Lei do SUAS-Niterói). A SASDH é o órgão gestor desta política, e cabe a ela:

Coordenar, executar, manter e aprimorar o sistema de gestão da política e dos serviços de Assistência Social, respeitando os princípios e diretrizes de participação, descentralização e controle das ações, com o envolvimento e articulação do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS; cabe a SASDH viabilizar as condições para que esse processo de aprimoramento se efetive, de modo a cumprir sua função institucional e, assim, atender à população usuária com a dignidade e respeito que compõem o escopo e consecução do direito. (SASDH, 2017, p.14)

Segundo a Lei do SUAS-Niterói, e seguindo as diretrizes da NOB/SUAS, a Assistência Social do município deve estar integrada às políticas de Saúde, Previdência Social, Habitação, Educação, Segurança Alimentar e Nutricional, Direitos Humanos, Cultura, Esporte, Lazer, Trabalho e Geração de Renda. Esta integração visa trabalho em rede, intersetorialidade e efetivação da seguridade social. Bem como, também ressalta: “considerará as especificidades das dimensões étnico racial, de gênero, de diversidade sexual, religiosa e cultural para a implementação e aplicação de sua política” (SASDH, 2017, p. 17).

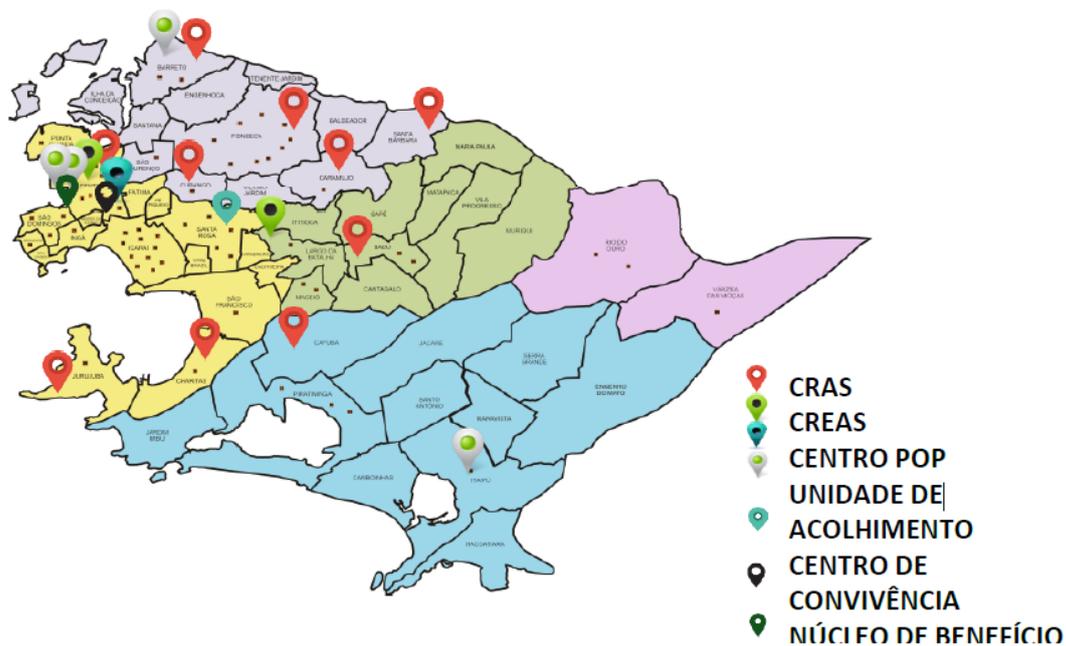
Como já citamos, Niterói é um município de grande porte, e por isso sua rede socioassistencial é complexa e deve alcançar toda sua configuração, dispondo de serviços necessários para o atendimento dos usuários da Política de Assistência Social. A Proteção Social Básica de Niterói promove ações destinadas “à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, ausência de renda, privações, acesso precário ou nulo aos serviços e fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento” (SASDH, 2017, p.37).

Todas as ações dos equipamentos da proteção social básica de Niterói são executadas por intermédio dos CRAS. Fazem parte da proteção social básica do município o total de 12 (doze) equipamentos governamentais (SASDH, 2017):

- 10 (dez) CRAS;
- 01 (um) Centro de Convivência;
- 01 (um) Núcleo de Benefício e Renda;
- 29 (vinte e nove) Centros de Convivência não governamentais.

³¹ “O Plano Municipal de Assistência Social é o instrumento estratégico que orienta a execução da Política Pública no âmbito municipal. Sua elaboração deve se dar a partir do diagnóstico socioterritorial para a tomada de decisões políticas, técnicas e administrativas. O diagnóstico tem por base o reconhecimento da realidade a partir da leitura dos territórios, microterritórios ou outros recortes socioterritoriais que possibilitem identificar as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais que caracterizam, reconhecendo as suas demandas e potencialidades.” (SASDH, 2017, p.13)

FIGURA 1: MAPA DA REDE PÚBLICA SOCIOASSISTENCIAL



Fonte: Plano Municipal de Assistência Social.

Para o intuito da nossa pesquisa e objetividade do texto, daremos ênfase aos equipamentos dos CRAS. Segundo a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos da cidade, em 2017 a tabela a seguir representava o número de famílias atendidas nos CRAS de cada região, o quantitativo de pessoas que participaram dos grupos de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) ofertados no território e por fim o número de funcionários por unidade. Infelizmente, não temos como saber exatamente se estes números estão corretos, se aumentaram ou diminuíram, pois este documento é o mais recente sobre o assunto. Para além disso, o ano de 2020 foi um divisor de águas na assistência social devido ao Covid-19, sujeitos que nunca antes precisaram da proteção social, neste momento de pandemia, se tornaram usuários dos serviços e ações públicas destinados aos mais vulneráveis.

TABELA I: CRAS POR REGIÃO EM NITERÓI

Cras Que Compõe A Rede Da Psb De Niterói	Regiões Atendidas	Número De Famílias Atendidas	Pessoas Que Participaram Dos Grupos De Scfv Ofertados No Território	Número De Funcionários Por Unidade
CRAS BADU	PENDOTIBA	666	403	10
CRAS CENTRO	PRAIAS DA BAIA	1.024	641	12
CRAS CUBANGO	NORTE	135	243	11
CRAS CAFUBÁ	OCEÂNICA E LESTE	487	1.228	8
CRAS MORRO DO CÉU	PARTE DA REGIÃO NORTE	113	985	9
CRAS BARRETO	PARTE DA REGIÃO NORTE	843	157	9
CRAS JURUJUBA	PARTE DA REGIÃO PRAIAS DA BAIA	154	157	6
CRAS PREVENTÓRIO	PARTE DA REGIÃO PRAIAS DA BAIA	228	641	6
CRAS VILA IPIRANGA	PARTE DA REGIÃO NORTE	266	403	9
SANTA BÁRBARA	PARTE DA REGIÃO NORTE	174	2.062	6

Fonte: MDS/ RMA 2016/ CADSUAS 2017

A Proteção Social Básica niteroiense oferta serviços como Benefício de Prestação Continuada – BPC, Programa Bolsa Família – PBF e Benefícios Eventuais – BE (previsto na Lei Ordinária Municipal n.º 3.263/2017, de 16 de janeiro de 2017 e regulamentados os procedimentos por meio da Resolução CMAS /2017).

Até agosto do ano de 2017 o total de famílias niteroienses inscritas no Cadastro Único era de 29.081, sendo elas (SASDH, 2017, p.45/46):

- 15.150 com renda per capita familiar de até R\$ 85,00;
- 4.237 com renda per capita familiar entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00;
- 5.852 com renda per capita familiar entre R\$ 170,01 e meio salário mínimo;
- 3.842 com renda per capita acima de meio salário mínimo.

Como já explicado, o Programa Bolsa Família – PBF, é um programa de transferência de renda para famílias em vulnerabilidade, inscritas no Cadastro Único. E Niterói, o PBF

beneficiou cerca de 13.867 famílias só no mês de setembro de 2017, o que caracteriza 89,8% da estimativa de famílias pobres no município (SASDH, 2017):

Em relação às condicionalidades, o acompanhamento da frequência escolar, com base no bimestre de maio de 2017, atingiu o percentual de 81,0%, para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, o que equivale a 10.861 alunos acompanhados em relação ao público no perfil equivalente a 13.408. Para os jovens entre 16 e 17 anos, o percentual atingido foi de 82,9%, resultando em 2.306 jovens acompanhados de um total de 2.783. (SASDH, 2017, p. 46)

Já o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC, o benefício não contributivo da seguridade social para idosos e deficientes, Niterói tinha até 2017 13.674 (treze mil e seiscentos e setenta e quatro) beneficiários, em sua maioria idosos.

O programa BPC na Escola também é uma das ações do município, segundo o documento da SASDH de 2017, este envolve os ministérios da Educação, da Saúde, do Desenvolvimento do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e a Secretaria Especial de Direitos Humanos, mas desde de 18 de Junho de 2019, o Ministério de Desenvolvimento do Desenvolvimento Social e Combate à Fome foi extinto com a edição da Lei Nº 13.844, e suas funções foram atribuídas ao Ministério da Cidadania (Portal Brasileiro de Dados Abertos, 2019). Em colaboração com os Estados e Distrito Federal, tal programa acompanha e monitora o acesso e permanência nas escolas de pessoas com deficiências – beneficiárias do BPC até os 18 anos – por meio da articulação entre as políticas (Ministério da Educação, 2018).

Os Benefícios Eventuais são ofertados pela Política de Assistência Social, com caráter suplementar e provisório, oferecido aos cidadãos e famílias por motivos de morte, nascimento, situação de vulnerabilidade temporário ou calamidade pública. O valor e concessão deste benefício é definido pelos Municípios, Estados e Distrito Federal, de acordo com os critérios estabelecidos na política de assistência. Em Niterói:

Segundo o artigo 35 da Lei n.º 3.263/2017, que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social do município de Niterói – SUAS-Niterói, o público alvo para acesso aos benefícios eventuais é identificado pelo Município a partir de estudos da realidade social e do diagnóstico elaborado com informações disponibilizadas pela Vigilância Socioassistencial. A proteção social básica é operacionalizada por intermédio, entre outros, dos benefícios eventuais, onde o profissional de serviço social recebe, identifica, encaminha, orienta e acompanha os beneficiários como requisitos da Gestão Plena da PNAS. (SASDH, 2017, p. 49)

Ressaltamos aqui a importância da Política de Assistência Social durante a pandemia do Covid-19, principalmente nos equipamentos destinados a oferecer ações e programas para os cidadãos e famílias que se viram em vulnerabilidade, sobretudo o papel dos CRAS e CREAS (Prefeitura de Niterói, 2020).

Em Maio de 2020, a Prefeitura de Niterói desempenhou papel fundamental, e forneceu cestas básicas para famílias em situação de vulnerabilidade social que não conseguiram receber auxílio de programas e ações geradas pelo Governo Federal:

Daremos preferência para famílias chefiadas por mulheres; famílias com presença de crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência ou pessoas com doença crônica; renda familiar de até 3 salários mínimos e/ou renda familiar de até meio salário por pessoa”, informou a secretária. (O Fluminense, 2020)

A coordenação do benefício emergencial ficou à cargo da SASDH, que também arrendou hotéis para funcionarem como centro de acolhimento para comportar o aumento massivo de população de rua. Bem como criou em conjunto com a Secretaria de Saúde o Centro de Referência de Quarentena Assistida no combate ao Sars-CoV-2, que tinha o objetivo de receber pacientes positivados com o vírus e oferecer acolhimento durante o tempo de quarentena (duas semanas), com seu público-alvo sendo membros de famílias que não conseguiriam ficar reclusos em suas próprias casas, e também população em situação de rua positivados.

Sabemos agora quais as ações e benefícios que a Proteção Social Básica de Niterói oferece, e no próximo capítulo, abordaremos o espaço do CRAS enquanto pesquisa, e sobretudo o papel das famílias neste espaço sob o olhar das assistentes sociais.

CAPÍTULO III – NA CIDADE DE NITERÓI: O QUESTIONÁRIO E OS INÚMEROS QUESTIONAMENTOS

Chegamos ao último capítulo, e se até aqui escolhemos um caminho mais explicativo e informativo, a partir de agora teremos alguns questionamentos. Passamos por leis, normativas, planos e programas, entendendo na íntegra o que o Estado prevê para as famílias assistidas nos CRAS. Também nos conectamos à realidade de outras pesquisas e dados oficiais, para compreender essas famílias, e se estas condizem com o que é apontado, bem como recorreremos às autoras e autores que nos ajudaram a compreender criticamente a conjuntura brasileira.

Em seguida, nossa conexão será com as profissionais que trabalham nos CRAS com essas famílias, que nós, do Serviço Social chamamos de “trabalhadoras da ponta”, pois são mulheres (em sua maioria), que lidam diretamente com os usuários. A importância de trazermos as falas dessas mulheres, se dá pelo fato de necessitarmos compreender através delas quem são essas famílias que estão chegando na Proteção Social Básica da cidade que nos propomos a pesquisar.

No primeiro momento, o item 3.1 intitulado “Pequenas Explicações, Grandes Contextos”, exemplificamos o momento atual que estamos vivendo, e porque ele foi tão decisivo para a trajetória metodológica que escolhemos. Assim como a autora que escreve esta dissertação, as profissionais também são mulheres que lutam todos os dias para atender usuárias(os), viver suas vidas e passar pela pandemia da melhor maneira possível, em meio à grandes contextos.

Em “Vamos ao que Interessa?” (item 3.2), apresentamos o campo, no nosso caso, os CRAS Centro e Barreto, o espaço físico e a quantidade de profissionais que trabalham em cada um deles. Por conta da pandemia, isto foi possível através do relato das coordenadoras de cada equipamento. É também neste item que exemplificamos o questionário com as nove perguntas (Anexo 1), bem como apresentamos as protagonistas deste capítulo, as assistentes sociais que fizeram parte deste estudo e responderam os questionamentos.

Último item do capítulo, “Por Onde Andam Nossas Ideias?”, fizemos a análise crítica das respostas dos questionários, e pontuamos pergunta por pergunta as contribuições de cada profissional. Em conjunto com textos, leis, dados e outras pesquisas, consideramos todas as “falas” (escritas) de acordo com o que já foi exposto nos outros capítulos. Longe de finalizar qualquer pesquisa, ou ter respostas absolutas, este item nos mostra que, assim como qualquer profissional, nossas protagonistas são questionadoras, estão na luta e possuem suas próprias demandas.

3.1 PEQUENAS EXPLICAÇÕES, GRANDES CONTEXTOS

Ora, mas se até a qualificação eu possuía uma perspectiva como pesquisadora, durante os meses que se passaram até a elaboração desta fase, algumas situações ocorreram para que eu me tornasse ainda mais implicada no processo. Como já foi relatado, pude trabalhar pela primeira vez como assistente social durante os meses da quarentena em decorrência do vírus da Covid-19. Neste meio tempo, trabalhei para a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos de Niterói - SASDH, e embora não tenha sido no CRAS – nosso campo de pesquisa – consegui compreender algumas das situações que uma profissional de Serviço Social pode ter passado durante este período histórico.

Vejamos, todas as entrevistadas eram mulheres, assistentes sociais que trabalham na Política de Assistência Social durante a pandemia. Ainda que não tenha vivido exatamente a mesma experiência profissional que essas mulheres, estive em contato com a mesma política, as mesmas diretrizes, o mesmo público, e muito provavelmente até os mesmos usuários – a maioria já havia sido atendida por algum CRAS. Por isso, compartilho da mesma questão que Dos Reis (2019), quando a mesma ressalta ser importante produzir um certo estranhamento para minimamente conseguir organizar algumas reflexões:

O universo que congrega os elementos deste trabalho é o mesmo onde me insiro enquanto profissional. Neste trabalho propus o estudo de um objeto que se relaciona diretamente com a minha vivência enquanto trabalhadora e que acabou constituindo um desafio na medida em que foi necessário produzir o estranhamento para que conseguisse sistematizar as reflexões e apresentá-las de forma organizada e já como informações e considerações teórico e técnicas. (DOS REIS, 2019, p. 146)

Por este motivo, assumo para você, leitora(o), que nesta pesquisa, para além da percepção das assistentes sociais participantes, minhas observações enquanto mulher implicada, assistente social, e pesquisadora do campo contribuíram para os caminhos tomados e as conclusões sobre o tema.

Quando ressalto que não poderia pedir para as entrevistadas mais do que elas poderiam me oferecer, significa que responder nove perguntas já era mais que o suficiente, e compreendo a razão pela qual algumas passaram do prazo ou não conseguiram responder tudo de forma tão elaborada todas as questões. É justamente porque me coloco no lugar delas. Ser trabalhadora assalariada em determinadas situações não é fácil, mas numa pandemia global, isto piora. O “novo normal”, disseminado nas redes sociais e jornais (“não saia de casa, apenas se for essencial, e quando o fizer, vá de máscara, não esqueça do álcool em gel”) seria fácil de ser cumprido, mas não necessariamente é. Mas como podemos normalizar, o normal é para quem?

Entrar em ônibus lotado, usar EPIs sufocantes, conversar com usuário sem que ele consiga olhar nosso rosto, retornar do trabalho e iniciar um processo de desinfecção de roupa e objetos pessoais antes de entrar em casa. Recordo-me de um dia no trabalho quando o usuário agradeceu a Equipe Técnica pelos serviços prestados, mas ressaltou que talvez nunca nos reconheça sem máscara quando passarmos na rua ao seu lado.

Quero dizer que, para que eu e você possamos entender como a vida destas mulheres mudaram nos últimos meses, assim como esta dissertação, precisamos nos dar conta de como tudo foi alterada devido ao curso que a história mundial tomou nos últimos tempos. Segundo uma das participantes:

Trabalhar na Assistência Social desde o mês de março deste ano está sendo um desafio sem precedentes. A mudança foi percebida logo que foram anunciados os Benefícios Emergenciais ou temporários. (...) Percebemos também que pessoas que nunca tinham sido atendidas na Assistência Social e sequer sabiam da existência dos CRAS passaram a buscar atendimentos. (MARGARIDA)

Por isso, concordamos com Mills (1975), quando o mesmo ressalta que nós humanos não entendemos – e talvez não estejamos preparados para tal – que nossas vidas estão ligadas a história da humanidade como um todo, e o que decidimos fazer com ela, é a grande questão. Ainda que o autor esteja falando sobre as transformações do sistema feudal para o sistema capitalista, deixo aqui suas palavras para repensarmos:

E apesar disso, os homens não definem, habitualmente, suas ansiedades em termos (sic) de transformação histórica e contradição institucional. O bem-estar que desfrutam, não o atribuem habitualmente aos grandes altos e baixos das sociedades em que vivem. Raramente têm consciência da complexa ligação entre suas vidas e o curso da história mundial; por isso, os homens comuns não sabem, quase sempre, o que essa ligação significa para os tipos de ser em que se estão transformando e para o tipo de evolução histórica de que podem participar. (MILLS, 1975, p.10)

Segundo Mills (1975), os mais admiráveis pensadores escolhem não separar o trabalho das suas vidas, e usam cada uma dessas experiências para o enriquecimento intelectual, onde o passado influencia o presente, e possibilita a experiência futura. “Nesse sentido, o artesanato é o centro de si mesmo, e o estudante está pessoalmente envolvido em todo o produto intelectual de que ‘se ocupe’” (MILLS, 1975, p. 212).

O pensamento de que o pesquisador necessita ser imparcial, escapando do envolvimento para com o tema e seu campo de estudo para que suas conclusões sejam as mais científicas possíveis, já deixou de ser uma imposição na grande maioria da comunidade acadêmica: "A noção de que existe um envolvimento inevitável com o objeto de estudo e de que isso não constitui um defeito ou imperfeição já foi clara e precisamente enunciada." (VELHO, 1981, p. 123).

Isto é, seja implicada ou não, e por mais familiar ou exótico que a pesquisa/pesquisada seja, o texto sempre será uma interpretação da pesquisadora, traçado pela sua subjetividade e ponto de vista:

Isso mostra não a feliz coincidência ou a mágica do encontro entre pesquisador e a dimensão de subjetividade envolvidos nesse tipo de trabalho. A “realidade” (familiar ou exótica) sempre é filtrada por determinado ponto de vista do observador, ela é percebida de maneira diferenciada.” (VELHO, p. 129, 1981)

Entretanto, estar familiarizada com a pesquisa não significa que podemos nos dar direito de se descuidar, pelo contrário, a vigília deve ser bem maior, para não haver precipitações ou reflexões rasas. A percepção da pesquisadora neste caso, está constantemente em teste, estranhar o familiar e se confrontar intelectualmente devem ser realizados o tempo todo em respeito aos fatos e a pesquisa (VELHO, 1981). É obrigatoriamente um processo auto-analítico (MERHY, 2004).

A Epistemologia Feminista ou o projeto feminista de ciência é uma crítica ao modo dominante de produção do conhecimento científica, pois trata-se de uma produção mais detalhista, que conta diferentes histórias por se tratarem de experiências alternativas – diferentes em relação as masculinas. A crítica feminista a produção dominante refere-se também a um conhecimento científico excludente, racista, machista, homofóbico, particularista e ideológico que é centrado no homem branco heterossexual ocidental do Primeiro Mundo, o que evidencia a relação de poder dos saberes (e do próprio conhecimento) (RAGO, 2019).

Segundo Rago (2019), é a partir da luta política das mulheres que nasce a linguagem feminista: “É na luta pela visibilidade da “questão feminina”, pela conquista e ampliação dos seus direitos específicos, pelo fortalecimento da identidade da mulher, que nasce o contradiscurso feminista e que se constitui um campo feminista do conhecimento” (RAGO, 2019, p. 377).

Por esta razão, escolhi para este texto – e para a minha vida – o caminho da Epistemologia Feminista, pois esta revela uma nova relação entre a teoria e a prática, onde a agente epistemológica/pesquisadora, não é isolada do mundo (neutra), nem distante da ciência que estuda. Aqui há a possibilidade de construção do conhecimento através da interação, do diálogo e das experiências alheias, sem a pretensão de verdade absoluta e inquestionável (RAGO, 2019). As experiências constroem teorias e vice-versa, não é um conhecimento atravancado, pelo contrário, as práticas dos sujeitos sociais são priorizadas, assim como os trabalhos das assistentes sociais pesquisadas neste texto.

Por isso, a escolha de ouvir mulheres, e principalmente de ouvir mulheres que trabalham com mulheres. Suas próprias experiências possibilitam compreender a experiência das usuárias

atendidas, gerando conhecimento através da vivência, do próprio saber. Compreender por onde andam nossas ideias (como mulheres e assistentes sociais), e refletir a partir do olhar das profissionais em questão.

3.2 VAMOS AO QUE INTERESSA?

A pandemia mudou o curso de da humanidade, em pleno século XXI, mas isso já foi debatido anteriormente neste texto durante a metodologia. Não me alongarei aqui quanto aos efeitos da pandemia, da quarentena tardia e das consequências do vírus, mas espero que durante a leitura deste próximo item, fique claro que todas as escolhas metodológicas foram difíceis.

Mas e o campo? Após ler as respostas das assistentes sociais participantes para elaborar este capítulo, percebi que estava faltando alguma coisa. No ímpeto de ter respostas para os meus questionamentos, não me dei conta de que esqueci de perguntar algo importante para qualquer pesquisa de campo: o espaço físico. Provavelmente, meu esquecimento se deu pelo fato de não poder estar no equipamento e ver com meus próprios olhos, sentir a energia do local, estar em contato com as pessoas.

Então decidi perguntar as próprias coordenadoras de cada equipamento, alguns dados, afinal, se minha análise foi baseada na visão delas sobre o tema pesquisado, porque não usar isso em relação ao espaço também? Entrei em contato com elas, pedindo novas informações, e tanto Rosa quanto Margarida foram muito solícitas, e responderam de forma muito carinhosa.

Foram quatro perguntas, para além dos questionários, que responderiam sobre a quantidade de profissionais, e quais eram; o espaço físico; o número de famílias assistidas, e quais os benefícios e programas presentes nos equipamentos:

O CRAS Centro, situado na Rua Evaristo da Veiga, no bairro do Centro, consta com 01 (uma) coordenadora que é assistente social (a Margarida); 07 (sete) Assistentes sociais; 02 (duas) Psicólogas; 02 (dois) Auxiliar Administrativo; 01 (uma) Recepcionista; 01 (um) Auxiliar de Serviços Gerais; e 05 (cinco) Digitadoras. Margarida destacou que dentre este total, 02 (duas) digitadoras; 01 (um) Auxiliar Administrativo; 01(uma) psicóloga estão afastadas por serem do grupo de risco³² em relação a Covid-19.

Interessante mencionar que as profissões de Psicologia e digitadora foram escritas no feminino, fora as três assistentes sociais participantes, significa que, a grande maioria das pessoas que trabalham lá são mulheres.

³² Grupo de risco são grupos de pessoas mais propensas a desenvolver as formas mais graves da doença Covid-19. (Avelar, et al, 2020)

Em relação ao espaço físico, as descrições da coordenadora foram: 03 salas atendimento individual; 01 (uma) recepção/ salão; 01 (uma) sala para administrativo/digitadora; 01 (uma) sala para atividades; 01 (uma) banheiro para funcionários; 02 (dois) banheiros para usuários; 01 (uma) copa/cozinha; 01 (uma) lavanderia/dispensa. Percebe-se que, para a quantidade de profissionais (18 no total), alguns ambientes podem não comportar, como por exemplo o único banheiro para funcionários, a sala que funciona como administrativo/digitador, e as sala que funcionam para atendimento, ainda que as(os) profissionais trabalhem em escala.

A coordenadora relatou que o CRAS Barreto tem capacidade para referenciar até 500 (quinhentas) famílias, e o atendimento mensal varia, mas seriam 600 (seiscentas) ao mês aproximadamente. De acordo com a SASDH (2017), a quantidade de famílias assistidas seria de aproximadamente 1.024 (mil e vinte e quatro), isto é, na atualidade, há um número bem menor de usuários referenciados, mesmo com a pandemia.

Em relação aos programas, a mesma completou que são os mesmos disponíveis através do Cadastro Único, sendo eles o Programa Bolsa Família, o ID Jovem³³, Carteira do Idoso³⁴; Programa Minha Casa, Minha Vida; Aluguel Social; e BPC. Além do Cartões Pré-Pagos da Renda Básica Temporária³⁵ e do Programa de Segurança Alimentar (distribuição de cestas básicas), oferecidos pelo município de Niterói.

O CRAS Barreto, situado na Rua Luiz Palmier, no bairro do Barreto, conta com o total de 21 (vinte e um) profissionais, e de acordo com a coordenadora, alguns foram desligados durante o ano de 2020, outras 04 (quatro) se encontram afastados por serem do grupo de risco ou foram transferidos. Percebe-se aqui um grande desfalque em decorrência não só da pandemia, mas também das realocações e desligamentos. A diminuição de profissionais no momento atual dificultou o trabalho em equipe, pois como veremos, o número de usuários aumentou significativamente durante a pandemia.

A equipe técnica é composta por 06 (seis) assistentes sociais, psicólogos, 01 (uma) digitadora, 1 educadora social, 01 (uma) profissional de serviços gerais e oficinairos: “*alguns com nível médio e outros com nível superior em diversas profissões como educação física,*

³³ “A Identidade Jovem, ou simplesmente ID Jovem, é o documento que possibilita acesso aos benefícios de meia-entrada em eventos artístico-culturais e esportivos e também a vagas gratuitas ou com desconto no sistema de transporte coletivo interestadual, conforme disposto no Decreto 8.537/2015.” (ID Jovem, site do Governo Federal)

³⁴ A carteira do Idoso é um documento de comprovação de idosos a partir de 60 anos, que permite gratuidade e descontos, garantida pelo Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03), para aqueles que não podem comprovar renda e recebem até dois salários mínimos.

³⁵ Benefício criado em decorrência da pandemia, resguarda cerca de 35 mil famílias com o pagamento de R\$ 500 por mês, e tem como objetivo auxiliar as famílias niteroienses incluídas no Único de Programas Sociais (Pacto Niterói Contra Violência, 2020).

artes...” (ROSA). Rosa ainda ressaltou que das assistentes sociais presentes, quatro delas são da equipe técnica de referência, entretanto, as outras duas são contratadas temporariamente em virtude do contrato emergencial realizado em decorrência da pandemia, isto é, elas elaboram um trabalho específico para a ação de distribuição de cestas básicas e podem ser desligadas a qualquer momento, assim que o benefício deixar de ser entregue à população – até a finalização deste texto, a prefeitura de Niterói prorrogou os benefícios até março de 2021 (Prefeitura de Niterói, 2021).

Quanto ao espaço físico, a coordenadora relatou: 01 (uma) recepção; 03 (três) salas para atendimento (sendo uma utilizada para grupos, por comportar até 20 (vinte) pessoas); 03(três) banheiros (01 (um) adaptado para pessoa com deficiência); 01 (uma) cozinha; 01 (um) almoxarifado.

A quantidade de famílias cadastradas no CRAS Barreto, segundo Rosa, é de aproximadamente 5.700 (cinco mil e setecentas). Caso contrário do que aconteceu no CRAS Centro, este número difere em muito dos dados apresentados pela SASDH no ano de 2017 – 843 famílias assistidas – pois mesmo criado há 3 anos, o documento apresenta um número significativamente menor que a realidade (ainda que saibamos que durante o ano de 2020 houve um aumento de usuários).

No CRAS Barreto, o principal benefício social oferecido é o Cadastro Único, que possibilita o acesso aos programas, benefícios e serviços do Governo Federal assim como no CRAS Centro, como bem lembrado por Rosa: *“Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada, Programa minha Casa Minha Vida, Carreira do Idoso. Além dos Programas Municipais criados no contexto da pandemia: Renda Básica Temporária, Benefício Emergencial de Cesta Básica.”*

E os questionários? Ressaltamos aqui que a pesquisa empírica estava estruturada através da análise dos discursos das assistentes sociais que trabalham no CRAS através de entrevistas que provavelmente seriam realizadas no ambiente de trabalho das participantes.

O questionário é sem dúvidas um método mais objetivo, mas isto não quer dizer que seja mais rápido ou fácil – tanto para o pesquisador quanto para o participante. Isso porque, todas as formas de comunicação são complexas de se analisar:

Desde mensagens linguísticas em forma de ícones, até <<comunicações>> em três dimensões, quanto mais o código se torna complexo, ou instável, ou mal explorado, maior terá de ser o esforço do analista, no sentido de uma inovação com vista à elaboração de técnicas novas. (BARDIN, 2001, p.32)

Por se tratar de um questionário estruturado, trabalharemos neste texto com a análise de conteúdo, como um conjunto de técnicas para analisar as comunicações, utilizando

procedimentos sistemáticos e objetivos para descrever o conteúdo das mensagens (neste caso, as escritas/digitadas) (BARDIN, 2001).

Como já foi narrado na introdução, minha conexão com as profissionais só foi possível através da Lírio, que organizou meu acesso à SASDH através do formulário. Foi através dela também que consegui o contato com duas coordenadores de cada equipamento, e as demais assistentes sociais, entre elas duas do CRAS Barreto, e três do CRAS Centro, somando o total de cinco assistentes sociais.

Inicialmente o contato foi realizado via aplicativo de mensagens WhatsApp, onde eu me colocava enquanto mestranda e pesquisadora e perguntava se elas aceitariam participar da pesquisa. Neste primeiro momento, foi possível conhece-las um pouco mais, ainda que brevemente, e todas foram muito carinhosas e aceitaram rapidamente. Ressalto que havia conseguido o contato telefônico de uma sexta assistente sociais, mas creio que o número estava errado, pois a mesma nunca respondeu.

Após este contato, enviei um e-mail onde constavam meus dados, os objetivos da pesquisa para que elas entendessem do que se tratava, em anexo o questionário com 9 perguntas, e o termo de consentimento que deveria ser assinado e enviado ao final junto com as respostas.

As assistentes sociais aqui não serão chamadas pelos nomes, para resguardar o sigilo sobre a identidade das participantes. Poderíamos aqui optar por usar nomes fictícios ou letras, mas isso seria muito impessoal, já que todo o processo de enviar e receber as questões por e-mail se deu de maneira tão virtual. Por isso, as identificaremos com nomes de flores como seus pseudônimos, assim, num ano de conversas online e encontros virtuais, as flores representam apreço ao contato humano. Para as profissionais do CRAS Centro, serão nomeadas: Margarida (coordenadora), Girassol e Camélia; e para as assistentes sociais do CRAS Barreto: Rosa (coordenadora) e Orquídea. Para compreendermos quem são essas profissionais, apresentamos cada uma brevemente:

Margarida tem 50 anos, parda, gênero feminino, heterossexual. Assistente Social e coordenadora do CRAS Centro há 4 anos, formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ há 15 anos, e possui pós-graduação em Mediação de Conflitos com Ênfase em Família, pela Universidade Cândido Mendes.

Girassol, tem 32 anos, negra, gênero feminino e heterossexual. Assistente social do CRAS Centro há 8 meses, formada pela Anhanguera desde 2012, não possui outra formação.

Camélia, 25 anos, branca, gênero feminino e heterossexual. Assistente social do CRAS Centro há 1 ano, se formou na Pontifícia Universidade Católica – PUC Rio em 2017, e não possui outra formação acadêmica.

Rosa, coordenadora do CRAS Barreto, 38 anos, negra, gênero feminino, heterossexual. Assistente Social do equipamento há 3 anos, formada pela Universidade Plínio Leite há 9 anos, possui Pós-Graduação em Gestão do Sistema Único de Assistência Social pela FAVENI desde 2019.

Orquídea, 35 anos, branca, gênero feminino, heterossexual. Assistente Social do CRAS Barreto há 1 ano, formada pela Universidade Federal Fluminense – UFF há 8 anos, e possui Especialização em Promoção da Saúde e Desenvolvimento Social pela Fiocruz.

3.3 POR ONDE ANDAM NOSSAS IDEIAS?

Mas afinal, o que é família para nossas participantes? Esta pergunta que esteve presente durante toda essa pesquisa, seria sanada com as questões enviadas? Todas as participantes expressaram um certo direcionamento sobre as famílias, principalmente no que se refere aos laços consanguíneos e afetivos. A maioria ressalta que família é necessariamente grupos de indivíduos que residem juntos, o que pode tecer uma analogia aos benefícios sociais, onde a família deve morar na mesma casa para receber o auxílio. Entretanto ressaltou aqui duas falas que me despertaram a atenção:

Para Girassol, a família tem se transformado ao longo do tempo e “*acompanhando as mudanças religiosas, econômicas e socioculturais do contexto em que se encontram inseridas*”, e que esta é uma unidade que cria valores e caráter, demonstrando que sem esta, indivíduos não conseguiriam construir sua própria moralidade:

É com a família que a gente aprende valores fundamentais como sobre muitas vezes caráter, educação, moral, cultura etc. Portanto, é a família que vai solidificando essas questões interna na gente. (GIRASSOL)

Já Rosa, apresentou uma definição mais desenvolvida sobre o assunto, que corrobora com o que vimos durante o texto. A profissional refere-se à família como uma instituição primária da sociabilização dos indivíduos, que (assim como ressaltou Girassol) é dinâmica, se transforma com o processo histórico “*e que vai cumprir uma função social em cada período histórico*”.

Como vimos com Pereira (2010), a família é uma instituição contraditória que carrega características positivas e negativas, podendo ser um ambiente que reproduz a desigualdade social e as variadas formas de violência: *(a família) “Pode ser um espaço de afeto, cuidado,*

intimidade, solidariedade, mas também pode ser um espaço permeado por contradições, violações e violência” (ROSA).

Utilizando do conceito de Miotto, a assistente social entrevistada ressaltou mais algumas características da família, para dar validade ao seu discurso, o que talvez não acontecesse em uma entrevista, mas também demonstra leitura e interesse sobre o assunto:

E também partilho da ideia de família que MIOTTO traz em seu artigo A Centralidade da Família na Política de Assistência Social: “independente das formas ou modelos que assume, ainda é o espaço privilegiado na História da Humanidade onde aprendemos a ser e a conviver. É mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade, mediando continuamente os deslocamentos dos limites entre o público e o privado, e geradora de formas comunitárias de vida. Tudo isso, sem desconsiderar-se que ela se caracteriza como um espaço contraditório, cuja dinâmica cotidiana de convivência é marcada por conflitos e geralmente também por desigualdades, além de que nas sociedades capitalistas a família é fundamental no âmbito da proteção social. (ROSA)

Para compreender o que é família, partimos do pressuposto que “somente” trabalhar com elas constantemente talvez não seja o suficiente. As famílias são uma instituição dinâmica, como acabamos de citar, e por consequência estudos e pesquisas também se atualizam, sentimos a necessidade de perguntar para as assistentes sociais se elas realizam leituras sobre o tema.

Das cinco respostas, três participantes afirmaram que não têm lido sobre o assunto com muita frequência, mas quase todas indicaram excelentes autoras e leituras, também utilizadas nesta pesquisa, são elas: Regina Célia Tamasso Miotto, Potyara Amazoneida Pereira, Maria do Carmo Brant de Carvalho, e Mione Apolinário Sales, bem como os livros “Família Direitos e Cidadania Contradições da Política Social”; “Política social, família e Juventude”; “História social da criança e da família”; e “A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”. Rosa também ressaltou o estudo de “*documentos norteadores do trabalho na política de Assistência Social que tem como foco prioritário a atenção às famílias*”; e Margarida adicionou que realizou uma pós-graduação em Mediação de Conflitos com Ênfase em Família, demonstrando interesse sobre o assunto.

Entendo agora o que as assistentes sociais que trabalham no CRAS compreendem sobre família, e quais as referências bibliográficas elas têm sobre o assunto, perguntamos sobre aspectos que envolvem prática profissional: Afinal, quais os perfis de famílias são atendidas cotidianamente no equipamento em que trabalham?

Para Orquídea, o perfil das famílias atendidas é formado por múltiplos arranjos familiares, “*vista como tradicionais sendo formada por casais sem filhos, ou pai, mãe e filhos, porém em sua maioria as famílias são monoparentais sendo chefiadas por mulheres, mães e seus filhos*”. Também estão presentes famílias “reconstruídas” após separação ou divórcio

(neste caso acreditamos se tratar de famílias mosaico). Bem como “famílias formadas por avós, com filhas e netos (que ficam responsáveis pelos cuidados das crianças para que as mães possam sair para mercado de trabalho).

Para a coordenadora do CRAS Barreto, a maioria dos usuários buscaram o equipamento de forma espontânea, sem a necessidade de encaminhamento da rede socioassistencial. Para Rosa, o perfil das famílias referenciadas, segundo ela, são:

(...) monoparentais chefiadas por mulheres pobres, negras ou pardas, com nível fundamental incompleto de escolaridade, com precária ou nula inserção no mercado de trabalho e beneficiárias dos programas de transferência de renda (bolsa família ou benefício de prestação continuada). (ROSA)

Já no CRAS Centro não é muito diferente, segundo os relatos da equipe. A maioria das famílias também são monoparentais com a presença massiva de mulheres como principais responsáveis economicamente e socialmente pelos membros da família:

População em situação de vulnerabilidade social de corrente pobreza, privação ou ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos, com vínculos familiares, comunitários e de pertencimento fragilizados e vivenciam situações de discriminação etária, de gênero ou por deficiências, entre outros. (GIRASSOL)

Camélia, assistente social do CRAS Centro, também acrescentou a presença de idosos que residem sozinhos como usuários cotidianamente referenciados na proteção social básica de Niterói naquela região. Falamos anteriormente que o Benefício de Prestação Continuada é um dos programas sociais oferecidos pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, para idosos a partir de 65 anos e pessoa com deficiência, que comprovem não terem meios de prover a própria manutenção, ou serem providos pela própria família, sendo a renda média por pessoa do grupo familiar menor do que um quarto do salário mínimo vigente. Neste caso, a renda é destinada para o idosos que mora sozinho, sem a presença de familiares.

Segundo dados da Prefeitura de Niterói (2020), são 96 mil (noventa e seis mil) idosos na cidade, que correspondem a 18,8% da população niteroiense, sendo 8.248 (oito mil e duzentos e quarenta e oito) beneficiados pelo BPC até 2017 (SASDH, 2017). O comparativo de população idosa por município do Censo 2010 demonstrou que Centro (bairro) era o quarto bairro mais populoso de Niterói com 4.193 (quatro mil cento e noventa e três) idosos, perdendo apenas para Icaraí (20.151), Fonseca (8.863), Santa Rosa (5.445) e Ingá (3.782).

A quarta pergunta refere-se a política social, e se, na opinião das assistentes sociais, quais demandas ela consegue responder em relação às famílias em situação de vulnerabilidades, famílias essas que são o público central do CRAS: “A que demandas a política social busca responder, no que se refere às famílias em situação de vulnerabilidade?”.

Percebi ao longo da leitura das respostas, que as assistentes sociais não conseguiram descrever de forma concreta as demandas dessas famílias, e se a política social consegue responde-las. Provavelmente, em uma entrevista, conseguiríamos extrair estas respostas, indagando com mais precisão e destacando elementos da própria pergunta. Possivelmente, enquanto pesquisadora, creio que a pergunta possa não ter ficado muito clara, pois como veremos à seguir, todas elas optaram por responder o que se encontra na legislação, entretanto, só pude perceber a falta de comunicação ao observar a falta de argumentação nas respostas.

Rosa pontuou o Art. 6º da Constituição de 1988, em relação aos direitos sociais garantidos por lei, e completou ressaltando que as famílias são as mais prejudicadas: “*As famílias em situação de vulnerabilidade são as que mais têm os seus direitos sociais violados e existe uma série de eventos que acontecem, nos diferentes ciclos da vida, que levam as pessoas a necessitarem da proteção do Estado*”. As políticas sociais, neste sentido, são respostas às múltiplas expressões da questão social, principalmente no sistema capitalismo, e que as famílias necessitam delas, sobretudo as políticas setoriais para melhorarem suas condições de vida. Ela termina sua resposta, recuperando a PNAS de 2004, citando as três seguranças da proteção social:

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social, a proteção social deve garantir três seguranças. A segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia) que seria uma garantia de que todos tenham uma forma monetária de garantir sua sobrevivência, independentemente de suas limitações para o trabalho ou do desemprego. A segurança de acolhida que opera com a provisão de necessidades humanas que começa com os direitos à alimentação, ao vestuário e ao abrigo, próprios à vida humana em sociedade. A necessidade de separação da família ou da parentela por múltiplas situações, como violência familiar ou social, drogadição, alcoolismo, desemprego prolongado e criminalidade, situações de desastre ou acidentes naturais, além da profunda destituição e abandono também podem demandar a segurança de acolhida. E a segurança de convívio ou vivência familiar que supõe a não aceitação de situações de reclusão, de situações de perda das relações. (ROSA)

Para Orquídea, o CRAS, enquanto equipamento da Proteção Social Básica, recebe demandas cotidianas que envolvem vulnerabilidade “*financeira*” das famílias, e “*exclusão ou não acesso a outras políticas públicas como saúde e educação*”, além da violência, principalmente contra idosos e crianças. Acreditamos que a vulnerabilidade vai para além da econômica, ela também é social, como já ressaltamos, principalmente em relação as mulheres pobres, negras e suas famílias, ainda que a maioria dos programas e benefícios só consigam responder a esse critério financeiro – e por vezes, nem ele.

Margarida direciona a resposta para a Política de Assistência Social, de onde ela trabalha, e relembra nossa discussão durante o Capítulo II, na qual a centralidade da família como estratégia procura responder demandas criadas pela vulnerabilidade social, que

difícilmente conseguem, pois segundo a mesma, existem várias questões que “*impedem ou dificultam a sua efetivação, uma vez que a ineficiência das outras Políticas não permitem que esta Política alcancem o seu objetivo, que é a proteção e promoção das famílias e seus integrantes*”.

Em relação ao trabalho concreto, apenas Camélia apresentou uma resposta sobre a demanda de trabalho presente em seu cotidiano, ressaltando que a maioria das suas demandas dos usuários “*são em relação a falta de documentação civil, programas de habitação, e de transferência de renda para famílias em situação de vulnerabilidade*”. Mas não conseguimos identificar em sua resposta se a política social consegue abarcar tais questões. Outra participante de também ressaltou como no trabalho realizado com as famílias a partir da política social se encaixa, foi Girassol:

Promovendo oportunidades de capacitação e serviços; garantir a informação e orientação às famílias sobre a rede socioassistencial; valorizar as particularidades e diversidades de culturas do grupo familiar, considerando os diversos arranjos existentes.

A quinta pergunta pode parecer um pouco óbvia a princípio, porque, a não ser a existência de alguns benefícios municipais, todos os CRAS devem oferecer os mesmos benefícios e programas, por exigência da LOAS, como vimos no Capítulo II. Todavia, ler o que as assistentes sociais entendem sobre tais benefícios, e seus objetivos é de suma importância para identificar se as famílias referenciadas nos equipamentos aos quais elas trabalham, se enquadram na compreensão de programas que elas oferecem.

Rosa, enquanto coordenadora, para além de enumerar todos os programas presentes no CRAS Barreto, também explicou cada um deles em seu texto, demonstrando um enorme conhecimento sobre o assunto. Ela respondeu que, é a partir da inclusão no sistema do Cadastro Único que as famílias se inserem nos programas sociais oferecidos na proteção social básica.

Também ressaltou que cada família é referenciada por determinado programa de acordo com os critérios de seleção de cada um, e que a orientação é de que o “*responsável familiar (RF)*” do cadastro único seja preferencialmente uma mulher, como já discutimos no Capítulo I. Essa responsabilidade acaba afetando essas mulheres, que por vezes prioriza o bem estar da família, sobretudo das crianças, enquanto suas vontades e necessidades são cada vez mais deixadas de lado. Este fardo é pesado e perigoso, pois, ao não conseguir suprir as necessidades das famílias e não responderem às exigências do programa, podem perder o auxílio, causar perdas emocionais e físicas irreparáveis, como bem reconhece Rosa.

A família acaba sendo penalizada quando não consegue dar conta das condicionalidades exigidas pelo programa e geralmente é a mulher, chefe de

família, que é chamada a responsabilidade para dar conta da frequência escolar e acompanhamento na saúde de crianças e adolescentes. (ROSA)

Quanto ao programa de mais procura no CRAS Barreto, Rosa confirma ser o Programa Bolsa Família, muito conhecido entre os brasileiros que apresentam vulnerabilidade social e econômica. A participante faz uma reflexão sobre o valor do benefício, e como ele não é suficiente para transformar a realidade das famílias assistidas:

(O PBF) Atende a famílias em situação de pobreza e pobreza extrema, com renda per capita de R\$ 170,00, ou seja, as famílias mais vulneráveis. (...) O valor transferido através do programa também não é um valor capaz de suprir todas as necessidades materiais que muitas famílias apresentam, o que nos leva a considerar que só a transferência de renda não é suficiente para mudar a realidade das famílias atendidas. (...) Na maioria das situações atendidas, a renda do BPC é a única renda família, responsável pelo sustento de todos os seus membros. (ROSA)

Outro programa que foi possível identificar é o BPC e sua grande presença, e o aumento da demanda do público (especialmente idosos e pessoas com deficiência), desde o Decreto nº 8.805, de 7 de julho de 2016, que tornou obrigatório que o beneficiário e sua família sejam inscritos no Cadastro Único com dados atualizados. Segundo Rosa, outras demandas são identificadas, pois, as questões sociais de sujeitos com essas especificidades vão pra além da questão econômica. Outra situação é, o usuário que atende aos critérios do BPC, passa a ser beneficiado após a escuta ativa da profissional:

Idosos e pessoas com deficiência beneficiárias do BPC buscam o equipamento para inserir os dados de sua família no cadastro único e durante o atendimento é possível identificar outras possíveis demandas. Da mesma forma, quando identificado no usuário o perfil para requerimento do benefício, a equipe técnica realiza as devidas orientações e encaminhamentos para requerimento do BPC e acompanha o usuário até que o benefício seja concedido ou não a família. (ROSA)

O CRAS Barreto, assim como todos as outras unidades, também oferta o serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Outro programa oferecido, a partir da inserção do Cadastro Único, é o Programa Minha Casa Minha Vida – MCMV, que facilita o financiamento da compra da casa própria, para famílias com renda mensal de até R\$ 1.800,00.

Após avaliar os usuários e cadastrá-los, a inscrição deste programa é realizado na Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária do Município de Niterói. Entretanto, Rosa ressaltou em sua fala a falta de procura dos usuários em seu equipamento: “(...) apesar do grande número de famílias com suas residências interditadas pela Defesa Civil, atendidas pelo CRAS Barreto, o número de famílias selecionadas para os empreendimentos desde 2017 até o presente momento foi muito baixo”.

Dividido em três faixas de limite de renda, o que delimita a taxa de juros ao ano, o valor máximo do imóvel e valor do subsídio, as famílias mais pobres (Faixa 1 – renda a partir de R\$ 1.800,00) foram o foco principal do programa durante seus primeiros cinco anos de existência, onde os usuários recebiam o subsídio integral, no total de 1,5 milhões de moradias. Os cinco anos seguintes (a partir de 2013), o investimento ficou na faixa 2, nos quais os usuários recebem um auxílio menor do governo e maior do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, neste período, foram destinados 1,6 milhão de unidades para a faixa 2 e só 387 mil para a faixa 1 (ANTUNES, 2019). Em 2019 nenhuma contratação foi realizada para a faixa 1.

Vamos lembrar que os questionários foram enviados e respondidos ao longo do primeiro semestre de 2020, mas em 25 de agosto do mesmo ano, o Governo Federal anunciou, por meio de uma medida provisória, a criação da Casa Verde e Amarela, que substitui o Programa Minha Casa Minha Vida – MCMV. Algumas mudanças foram acrescentadas, como a diminuição do valor da taxa mensal e o critério de R\$ 2.000,00 (o que exclui a população mais pobre), e a taxa de juros paga pelo usuário. A medida provisória segue em tramitação até o encerramento do presente texto.

Outra possível relação com a falta de demanda para o programa pode estar ligada à violência presente nos espaços que o conglomerado de prédios está localizado, e até mesmo dentro dos apartamentos, o que é uma infeliz realidade no Estado do Rio de Janeiro. Notícias recentes comprovam que traficantes e milicianos ocupam frequentemente os empreendimentos para chefiar e comandar os locais mais vulneráveis. Em Niterói, em 2019, o Residencial Bella Vista, condomínio do programa federal “Minha Casa, Minha Vida” no bairro do Fonseca, foi tomado por criminosos ainda em construção (SOARES, 2019). Na cidade do Rio, a milícia controlava condomínios construídos pelo programa em Belford Roxo, onde cerca de 500 mil moradores eram obrigados a pagar taxas ilegais e caríssimas, com possibilidade de expulsão caso se negassem a colaborar (REGUEIRA, 2020).

Para além de todos esses programas, Orquídea nos apresentou um serviço recentemente implementado no CRAS Barreto, para pessoas com deficiência e idosos, no combate ao isolamento social e estímulo das capacidades. O que, na opinião desta pesquisadora, será muito importante em relação ao isolamento social determinado pelo COVID-19 acabar, para que esses sujeitos possam retornar às suas atividades em sociedade com o acompanhamento de profissionais competentes:

No nosso CRAS temos um serviço voltado aos idosos e estamos iniciando um para pessoas com deficiência em parceria com uma escola. Envolvendo oficinas esportivas, dança, música e artesanato. Visando maior interação e convívio entre os usuários, construção e reconstrução das suas histórias, vivências e valorizando a vida

em coletivo em sociedade. Para os idosos e pessoas com deficiência diminuindo o isolamento social, desenvolvendo seus direitos e capacidades. (ORQUÍDEA)

No CRAS Centro, seguindo a mesma linha, segundo Margarida, dentro do Programa de Atenção Integral à Família – PAIF, a Equipe Técnica formulou o “Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos”, *“com oficinas e atividades que em alguns casos, fornecem subsídios para que as famílias obtenham alguma renda através do aprendizado ou desenvolvimento de habilidades”*. A resposta de Camélia pontua os objetivos do PBF no CRAS Centro, e o “Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos”:

Acredito que o Programa Bolsa Família busque atingir não apenas a questão financeira das famílias beneficiárias, mas também garantir o acesso a saúde e educação das crianças e adolescentes que pertencem àquela família, no intuito de romper determinado ciclo de exclusão social. Já o serviço de convivência e fortalecimento de Vínculos busca criar ou fortalecer vínculos das pessoas tanto com sua família quanto com a comunidade. (CAMÉLIA)

E na vida das mulheres, como esta violência e a necessidade de vínculos e convivência são abordados? Para além da violência doméstica já relatada, como vimos, a violência urbana também acomete as famílias assistidas pela proteção social, e com ela, a exclusão social, e perda de vínculos familiares e injustiça social veem como consequências.

As políticas sociais são uma forma de combater tal violência, sem a necessidade de um Estado repressor, pois reconhecem a vulnerabilidade social, e a partir da equidade, buscam assistir os usuários e combater a violência. Mas tais ações devem ser realizadas de forma crítica, respeitando os sujeitos, identificando suas demandas e reconhecendo as injustiças sociais, pois como já foi relatado, caso as políticas sejam criadas de forma focalizada, seletiva e acríicas, o cerne dos problemas não é solucionado, pelo contrário, pode ser agravado, e os mais vulneráveis economicamente e socialmente são os mais prejudicados – neste caso, a tendência é piorar a vidas das mulheres pobres e negras.

O Estado brasileiro enquanto instituição capitalista, sempre inclinou suas ações e intervenções para o interesse do mercado, e as políticas sociais se encontram no meio de uma disputa dinâmica de relações de poder entre “grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil” (BONETI, 2009). Por isso, a cada momento da história brasileira, os programas e benefícios destinam seus recursos e favorecem de forma mais ou menos relevante os seguimentos sociais mais vulneráveis, dependendo desta correlação de forças e do investimento destinados, mas nunca deixando de visar os interesses do mercado.

Pensando de forma crítica, por este viés, a questão da violência (doméstica, urbana, policial) impacta diretamente na vida dessas famílias, e é visível a insuficiência dos programas

e da própria proteção social do Estado, em específico à desproteção as mulheres e homens negros e pobres:

A violência contra os negros continua se manifestando de diversas maneiras na atualidade. No Brasil, sete em cada dez pessoas assassinadas são negras, segundo o Atlas da Violência 2017. E, na faixa etária de 15 a 29 anos, cinco pessoas negras são vítimas de violência a cada duas horas. Outro dado alarmante, este divulgado pelo IBGE, aponta que pretos e pardos recebem salários menores e são os mais afetados pelo desemprego, o trabalho infantil e o analfabetismo. (ALVES, 2018)

Para as assistentes sociais, a questão da violência foi colocada de certa forma como uma consequência da vulnerabilidade social e econômica que as famílias se encontram, e que a discussão de gênero e questões raciais (CAMÉLIA) são importantíssimas para a construção de políticas públicas. Podemos aqui refletir sobre o silêncio das profissionais sobre o assunto, pois acreditamos que, a não percepção da violência como situação constante na vida das famílias não pode ser normalizada. Isto é, a vulnerabilidade social não possibilita um maior número de violência, pelo contrário: é a própria violência que gera vulnerabilidade, discriminação e morte.

As mulheres negras são as mais prejudicadas pelo racismo. Ao recair sobre elas o papel de cuidadoras, responsáveis pelo lar, mães e principais beneficiadas dos programas, são as que mais sofrem com a solidão, exclusão social, violência – de todas as formas, sendo contra elas ou aos que amam:

Neste contexto, as meninas e mulheres negras acabam sendo as mais vulneráveis a diferentes formas de violência. Segundo dados do Mapa da Violência, em 10 anos, os homicídios de mulheres negras aumentaram 54%, passando de 1.864, em 2003, para 2.875, em 2013. Em contrapartida, o número de homicídios de mulheres brancas caiu 9,8%, indo de 1.747 em 2003 para 1.576 em 2013. (ALVES, 2018)

Não estamos dizendo, que até agora as perguntas eram fáceis ou neutras, mas é nesta sexta resposta que veremos opiniões formuladas das assistentes sociais, vivência e senso crítico. Afinal: “Podemos dizer que existe uma política social voltada para as famílias?”. As respostas foram divididas, o “sim” ganhou com três respostas, mas as justificativas são diferentes e veremos isso a seguir.

Há indícios, de que existam políticas pensadas para as famílias, e todas de certa forma conseguiram elencar características delas, sobretudo no que se diz respeito ao reajuste de programas que já existem. Isto é, a insatisfação daquelas que trabalham na ponta em relação as políticas já existentes talvez demonstrem que sim, existe uma política social voltada para as famílias, mas que não é suficiente para a plena garantia de direito e bem-estar dos sujeitos assistidos.

Freitas (2020), em seu relatório final para o Projeto de Pesquisa para o Pós-doutorado intitulado “Política Social, Serviço Social e Famílias: um estudo de caso sobre a realidade

portuguesa”³⁶ analisou, a partir das falas das assistentes sociais de Portugal, as políticas voltadas para as famílias portuguesas, e chegou a mesma conclusão que esta pesquisa. Uma política voltada para a família, no entendimento das assistentes sociais portuguesas, precisa respeitar e ouvir (escuta ativa, qualificada e crítica) as famílias assistidas, deve ser intersetorial, interdisciplinar e interinstitucional. Construída pelas famílias e profissionais que atuam com esta temática, voltada para as famílias, através de experiências e conhecimentos legítimos:

Deve ser, ainda, uma política capaz de potencializar a mediação entre os espaços da casa e do trabalho, evitando a sobrecarga, especialmente para as mulheres. Deve proporcionar serviços que efetivamente substituam eficazmente as famílias, como creche, auxílios parentalidades, cursos, etc. (...) A instituição (a política) deve servir e não servir-se ao seu bel prazer do dia-a-dia dos utentes/usuários. (FREITAS, 2020, p.27)

Camélia, Margarida e Rosa – as últimas duas, concidentemente coordenadoras de seus respectivos CRAS, afirmaram que existe uma política social voltada para a família, e ela seria a Política de Assistência Social, que através do LOAS e outras legislações tem como objetivo “a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente: a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice” (LOAS, 1993).

As duas concordam em relação as melhorias e reajustes, e a dificuldade de executar medidas, políticas e programas que não funcionam, e que por sua vez distorcem os caminhos dos encaminhamentos que “*não chegam ao seu destino final*” por falta de integração (MARGARIDA).

Concordamos com Rosa quando a mesma retrata que é preciso avançar, principalmente em relação ao contexto neoliberal onde são criadas as políticas sociais focalizadas, ao ponto de a presença do Estado ser retraída, e a falta de financiamento se torna praxe.

A Assistente Social Rosa aponta também para a frequente judicialização das questões familiares, “*e mesmo com o reconhecimento da importância da família na vida social, é nítida a retração do Estado e a desproteção social a que muitas famílias vêm sendo expostas*” (ROSA). Na opinião dela, os desafios dessa situação são encontrados na ação profissional, e caberá a ela/ele optar por uma atuação sob a perspectiva familista ou protetiva. Utilizando do apontamento de Mioto (2010), ela descreve duas tendências discutidas nas políticas sociais referentes à família: a perspectiva familista e a perspectiva protetiva.

³⁶ Este estudo também faz parte do projeto “Serviço Social e Famílias: concepções de Assistentes Sociais no Brasil e em Portugal”

A perspectiva familista já foi abordada nesta pesquisa no Capítulo II, mas iremos recapitular. O familismo, como também pode ser chamado, é uma vertente das políticas sociais que enxergam as famílias como centro de sua atenção, e como bem lembrado, Rosa ressalta que esta família só se torna centralidade quando ela “falha”, e por isso passa a necessitar da interferência pública. Retornando à Miotto (2010), existem dois “canais” para a satisfação das necessidades dos sujeitos, nesta perspectiva: a família e o mercado. E quando estes canais não se conectam de forma esperada, a intervenção acontece de maneira transitória, trazendo a ideia de família desajustada.

Já a perspectiva protetiva (que podemos aproximar da desfamiliarização) já é auto explicativa, e para que se garanta a proteção social da família, devem ser construídas condições para tal “*através de políticas sociais de responsabilidade pública*” (ROSA). E como nós, assistentes sociais ficamos? Segundo ela, estamos eternamente neste embate, onde:

A reestruturação do Estado vai apontar para a primeira perspectiva, mas o projeto ético político profissional deve apontar para a perspectiva protetiva já que as demandas apresentadas pelas famílias são expressões das desigualdades sociais, de base estrutural do modelo de sociedade no qual estamos inseridos. (ROSA)

E as outras assistentes sociais? Para Girassol e Orquídea não existe uma política social destinada à família. Girassol foi bem enfática e afirmou que o motivo é a transversalidade, mas não refletiu nada mais acerca do tema. Já Orquídea ressalta que atualmente só existem programas destinados a família, como o Programa Bolsa Família, onde a mesma lembrou seus atendimentos, e as falhas do programa, como o valor do auxílio, a penalização das famílias e a falta de articulação com outros serviços (como profissionalizantes e inserção no mercado de trabalho):

(...) as famílias na questão financeira, ainda sendo ínfimo o valor do repasse para essas famílias, ao mesmo tempo e de extrema importância para essas famílias. Visto que trabalhamos com famílias que se encontram na extrema pobreza, porém um programa com diversos problemas, envolvendo as condicionalidades na saúde e educação que muitas vezes penaliza as famílias e não realiza um verdadeiro acompanhamento. (ORQUÍDEA)

De fato, os objetivos das PNAS incluem a família, mas será que, se conseguirmos observar atentamente, não perceberíamos que, a família é um dos objetivos, e não o principal? Neste caso, a família é objeto ou sujeito? Não seria a família apenas uma fração do público alvo, o que nos mostra que, ainda com sua centralidade, ela é apenas uma estratégia, e nunca o ator principal? Talvez, a perspectiva protetiva de Miotto (2010) seja uma opção, mas enquanto for apenas uma alternativa de alguns profissionais, e não uma posição ético-política de todos enquanto Nação, a família continuará no meio fio das políticas sociais.

Por isso, é importante que as(os) profissionais, o Estado, os usuários e a sociedade civil como um todo lute por políticas efetivas com capacidade de desfamiliarização. No Brasil, há um alto grau de políticas familistas, principalmente pelo fato da centralidade da família ser um marco regulatório das políticas, o que se soma ao fato das famílias serem uma das mais antigas provedoras informais do bem-estar de seus membros, em conjunto com a rede primária: “A família é composta por aspectos de potencialidades, mas também de fragilidades” (ANDRADE, 2009, p.66). Outra questão, como já vimos, é a variedade de famílias (no plural) existentes e suas especificidades, o que torna o reconhecimento dessas variações algo importantíssimo para políticas desfamiliarizadas, especialmente o lugar das mulheres negras e pobres, mas também podemos acrescentar aqui as famílias homoafetivas, como outro exemplo a precisar de reconhecimento efetivo.

Durante todo o processo de pesquisa, me propus a entender as questões raciais e de gênero como questões relacionadas às famílias e presentes em seus cotidianos. Acredito que essa relação íntima entre vulnerabilidade social e financeira esteja relacionada às questões de gênero, raciais e sexuais. Por este motivo, não poderia deixar de questionar as assistentes sociais sobre tal tema, para compreender se as mesmas enxergam na rotina de trabalho, e na política social na qual estão inseridas, a presença dessas relações. A sexta pergunta representa tudo isso: “E sobre as relações de gênero - acha um tema importante para a formulação de políticas sociais, principalmente aquelas relacionadas à família? Porquê?”.

Camélia corrobora com este pensamento ao indicar que, para além do gênero, deveriam ser discutidas questões raciais, pois são importantes na construção de políticas públicas: “*Durante nossa atuação podemos perceber que existe um certo perfil de famílias em vulnerabilidade social que buscam atendimento ou até mesmo são alvo de busca ativa, que são em sua maior parte mulheres negras e chefes de família.*”

Para Orquídea, as relações de gênero estão presentes na PNAS, mas não de uma forma muito eficaz, visto que, atualmente a organização de programas e benefícios sociais oriundo desta política social transfere um fardo sobre as mulheres em relação aos membros da família, ao reconhecerem como as principais beneficiárias, reforçando a divisão sexual do trabalho e conseqüentemente a desigualdade de gênero, culpabilização e invisibilidade:

Impondo para as mulheres os serviços que envolvem cuidado das crianças, acompanhamento junto a educação e saúde e culpabilização se esse acompanhamento não é realizado. Esse trabalho das mulheres fica num lugar invisível e sem valor, sendo o trabalho das tarefas domésticas, cuidado das crianças, ida aos serviços como educação, assistência social e saúde, o que exige dessas mulheres tempo, dinheiro e habilidades. (ORQUÍDEA)

Rosa afirma que o público que busca os serviços no CRAS é majoritariamente feminino, e ressalta o Decreto nº 6.135/2007, que dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências, onde a responsável pelo Cadastro Único deve ser preferencialmente uma mulher, sem uma justificativa plausível para tal. É a mulher que, sozinha, sofre represálias e sanções caso haja descumprimento de exigências. E segundo o próprio relato da assistente social: *“A maioria das mulheres atendidas no CRAS, que são chefes de família, relatam não receberem ajuda financeira ou alimentícia dos pais de seus filhos”*.

Como se trata de algo cultural, e a própria política social não parece querer mudar essas relações – que são naturalizadas –, como previsto, algumas situações acabam aparecendo no atendimento dessas profissionais:

“Recentemente atendi um rapaz que foi ao CRAS para fazer a inclusão de sua família no cadastro único. Ao final do atendimento ele perguntou se em outro momento ele poderia mudar o responsável do cadastro e colocar sua esposa alegando que geralmente “essas coisas” são a mulheres que veem, como se ela tivesse mais tempo livre para estar nesse espaço. É um pensamento que precisa ser desconstruído, mas que ainda é pouco debatido no âmbito das políticas sociais.” (ROSA)

Girassol infelizmente não respondeu a esta pergunta, a própria ressaltou que se encontrava trabalhando e estudando muito, e que não conseguiu responder todas as perguntas. Mas podemos nos perguntar: Por quê esta especificamente? Não tem segurança para falar do assunto? Não considera um tema relevante? Essas infelizmente são questões que temporariamente vão ficar sem respostas.

Já Margarida relatou que, se as políticas sociais fossem efetivas, não haveria necessidade de políticas exclusivamente para mulheres. Aqui podemos ter uma noção de uma representação comum no universo profissional de desqualificação da discussão de gênero, raça ou sexualidade por conta de um olhar mais centrado em análises macros, com destaque para a categoria classe social.

A oitava pergunta é uma continuação da anterior, e se as participantes achavam ou não importante as relações de gênero na formulação das políticas sociais, aqui identificaremos se, na opinião delas, existe uma política perpassada pelo gênero, e se está relacionada com as famílias.

Camélia pondera que, com o engajamento do movimento feminista brasileiro, principalmente a partir dos anos 1970, as questões de gênero já estariam sendo mais discutidas, sobretudo a questão da igualdade, inclusive nas políticas sociais, e por isso:

Acredito que essas questões influenciem a criação de qualquer política social, no entanto ainda temos desafios a superar, como por exemplo: o fato de alguns programas sociais enxergarem a mulher exclusivamente como cuidadora, protetora, responsável pelo lar, pela criação dos filhos, etc.

As demais participantes não acreditam que há uma política social pensada e construída considerando as questões de gênero, pois, ao reconhecerem o papel social atribuído a mulher, as políticas acabam por reforçar a desigualdade de gênero e o papel da mulher neste ciclo, bem como demarca o papel masculino de poder e autoridade (ROSA):

Há necessidade de pensar as políticas públicas considerando as mudanças nos arranjos familiares e sua pluralidade. Pois o crescimento do número de mulheres responsáveis por suas famílias, mas do que mudança no sustento e sua autonomia, tudo isso passa por um fator perverso porque além de ter essa responsabilidade de provedoras são também chamadas a serem mães, donas de casa. Já avançamos muito em conquistas de direitos para as mulheres, mas ainda temos um longo caminho nessa direção de igualdade de gênero na elaboração de políticas públicas com foco na família. (ROSA)

Políticas sociais com centralidade na família exigem formulações mais complexas, considerando a realidade das famílias, em especial as mulheres, e que elas não sejam responsabilizadas pela vulnerabilidade e “buscar estratégias de superação por meio da sua rede de sociabilidade e de solidariedade, reforçando a desigualdade de gênero, à medida que aumenta a sobrecarga feminina e reforça os papéis “historicamente” construídos de “cuidadora”.” (CASTILHO e CARLOTO, 2010, p.14).

Acreditamos que sim, as questões de gênero vêm se ampliando e sendo debatidas, principalmente no âmbito acadêmico, mas isto não significa um avanço e reconhecimento deste tema nas políticas sociais, sobretudo no que se diz respeito à equidade. Ao contrário, o que se percebe é a naturalização desses papéis na hora da formulação das políticas.

E para terminar as questões, mas a anos luz de finalizar nossa reflexão – ao escrever este capítulo senti a necessidade de realizar novos questionários e tentar sanar algumas pontas soltas. Todavia, creio que o papel da(o) pesquisadora(o) é este, sempre curiosa(o), buscando mais respostas. A nona pergunta se trata do momento atual (ano de 2020), onde tudo e todos mudaram, o trabalho das assistentes sociais não seria diferente. E como tudo se transformou, inclusive esta dissertação, era obrigação minha, enquanto assistente social e pesquisadora perguntar: “Como está sendo trabalhar com as famílias durante a pandemia do Covid-19? O que mudou no seu ambiente de trabalho? E na sua vida como um todo?”.

Margarida relatou que desde março de 2020, trabalhar na Assistência Social tem sido um “*desafio sem precedentes*”, pois a mudança na rotina foi rapidamente percebida com o anúncio dos Benefícios Emergenciais ou temporários. A grande mudança foi o público alvo do equipamento, que antes recebia usuários com certas especificidades, passaram a atender um grande número de pessoas que não eram normalmente o público da Assistência Social, ou sequer sabiam da existência dos CRAS. Ademais, a falta de esclarecimento – já presentes nos

atendimentos, ficaram mais perceptíveis com a Pandemia, e a Equipe Técnica se deparou com uma carga horária maior. Questões que antes pareciam ter sido profissionalmente dominadas, agora causam complicações (por exemplo o benefício emergencial liberado pelo Governo Federal):

Pra mim e toda a equipe foi, e ainda está sendo um período muito complicado. Nossa demanda diária triplicou. O trabalho se complexificou porque passamos a conviver com o medo do contágio e a urgência dos usuários em busca de respostas, que nem sempre podemos dar. (MARGARIDA)

No CRAS Centro, Girassol ressaltou que os acompanhamentos agendados previamente tiveram que ser desmarcados em decorrência da Pandemia. E assim como Margarida, relatou atendimentos sobrecarregados, e que a escala de trabalho ficou um pouco descompensada pelo fato de algumas profissionais da equipe terem sido afastadas por se enquadrarem no grupo de risco da doença. Os Cartões Pré-Pagos da Renda Básica Temporária oferecidos pela Prefeitura de Niterói para:

“famílias com renda per capita de meio salário mínimo ou renda familiar de até três salários mínimos mensais e inscritas no CadÚnico, além dos MEIs, taxistas, motoristas de vans escolares e auxiliares, artesãos, vendedores ambulantes, catadores de recicláveis e trabalhadores da Economia Solidária, o CRAS virou “referência” para estas famílias causando assim, certa “movimentação” no equipamento.”

Camélia adiciona que trabalhar na Pandemia está sendo difícil para todos os profissionais, devido a redução da equipe de funcionários, mudança no transporte público tornando o trajeto desgastante, a criação de novos benefícios, a falta de informações sobre o funcionamento desses, e a aglomeração demasiada de usuários que estão diariamente no CRAS formando filas, o que tem causado estresse. Ela também percebeu um “aumento do número de famílias que buscam programas de transferência de renda devido ao impacto da Covid-19 no mercado de trabalho”.

Rosa relata que a equipe teve que se adequar ao novo contexto, e novas escalas de técnicos foram administradas para evitar aglomeração, seguindo as recomendações sanitárias. Os atendimentos em grupo foram suspensos, e os individuais foram organizados em níveis de urgência (bloqueios, suspensões ou cancelamentos de benefícios). E assim como Margarida do CRAS Barreto, Rosa também assistiu à procura dos serviços aumentar:

“No entanto, a divulgação do auxílio emergencial do Governo Federal e, no caso de Niterói, o anúncio de programas de transferência de renda como a Renda Básica Temporária e a inscrição para recebimento do auxílio emergencial de cesta básica, causaram uma corrida dos usuários aos CRAS em busca de informações e orientações. Vimos o volume de atendimentos triplicarem e o que costumávamos atender em 3 dias, estávamos atendendo em apenas 1 dia de trabalho.”

Com o acúmulo de trabalho, a escala normal voltou, pois, a Gestão sentiu a necessidade de terem mais técnicos no equipamento, para darem conta do grande volume de usuários. Entretanto, Rosa reforça que a equipe não se sentiu confortável com esta postura, devido ao risco de contaminação dos profissionais, suas famílias e dos próprios usuários e as famílias deles também. Estratégias foram criadas pela equipe e sugeridas pelos coordenadores dos CRAS, como “*atendimento remoto via telefone, e-mail, WhatsApp*”, mas nenhuma proposta foi considerada pela Gestão, mesmo com o isolamento social sendo essencial e estratégias sendo realizadas em todos os ambientes de trabalho:

“A equipe do CRAS que trabalho concorda que essa postura da Gestão, expõe ao risco de contaminação, tanto os trabalhadores quanto os usuários uma vez que a rotina de higienização do espaço de trabalho precisa ser mais rigorosa, no entanto não dispomos de auxiliar de serviços gerais diariamente nos equipamentos; pessoas diagnosticadas com COVID 19, mesmo com a orientação do isolamento social, acabam procurando o equipamento para solicitar os benefícios municipais; as máscaras que a equipe recebeu foram de pano e julgamos que esta não seria a mais adequada para o tipo de atendimento que realizamos; quem depende de transporte público acaba se expondo ainda mais devido a redução da frota de ônibus, o que acaba causando aglomeração nos transportes nos horários de pico, entre outras questões.”

Orquídea, por sua vez, ressalta que todo o atendimento com as famílias mudou durante a pandemia, e as demandas se concentraram nos auxílios emergenciais federais e municipais. Em sua percepção, as inscrições do Cadastro Único se voltaram para o requerimento do BPC. Os acompanhamentos das famílias pelo PAIF foram paralisados, por se tratarem de trabalho em rede de educação e outras. Outro serviço suspenso foi o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, no intuito de evitar aglomerações segundo as exigências da OMS. Profissionalmente, Camélia acha que o acolhimento com as famílias foi prejudicado, pois o distanciamento social e o uso dos EPIs dificulta a comunicação, e a sobrecarga de trabalho diminui o tempo de atendimento com os usuários.

Percebemos que apenas duas das participantes responderam sobre como está a vida durante a Pandemia, fora o âmbito profissional. Isso pode está diretamente ligado com o fato do questionário ser de certa forma um método mais impessoal de pesquisa, quando se tem perguntas tão pessoais e sensíveis. Outro fator diz respeito ao momento histórico que estamos passando, e a sobrecarga do trabalho das assistentes sociais no CRAS demande tanto, que esta foi a pergunta que elas mais destacaram.

Girassol respondeu que está se adaptando ao “novo normal”, e usando máscara e álcool em gel com mais frequência. Já Orquídea relatou que profissionalmente e pessoalmente, muitas coisas mudaram, a sobrecarga de trabalho, cuidados para não se contaminar, estudos e pesquisas sobre as novas legislações e decretos. Ela ressalta que, enquanto mulher, está sobrecarregada

no trabalho, e suas tarefas domésticas aumentaram. Felizmente, este texto abarcou esta questão de suma importância, as mulheres, profissionais que têm famílias e estão inseridas neste ciclo de responsabilidades: “ *senti o peso do trabalho doméstico junto com o trabalho remunerado.*”

O Serviço Social enquanto profissão emergiu na sociedade capitalista, e identificar que suas profissionais são trabalhadoras assalariadas que vendem sua força de trabalho, mas que ao mesmo tempo são sujeitos com suas próprias demandas e inquietações é relevante para analisarmos criticamente o que significa a descrição acima.

Para Cisne (2004), existe na profissão uma especificidade que ela define como “feminização”³⁷ da profissão, o que implica no enfrentamento da subalternidade e desprestígio social das mulheres historicamente associados à profissão. Isto por si só já é seria motivo de análise crítica entre a própria categoria e as feministas, mas soma-se ao fato de as trabalhadoras serem mulheres. Como Orquídea descreveu, as atividades domésticas, que tendem a permanecer sob responsabilidade direta ou indireta das mulheres (CISNE, 2004), através da dupla jornada de trabalho, deve ser conciliado com o trabalho remunerado como assistentes sociais.

Por fim, a reflexão de Orquídea segue sendo o questionamento de todas e todos que trabalharam ou estão trabalhando em serviços essenciais nesta Pandemia, pois estamos preocupadas(os) com as nossas famílias e as dos usuários, sentimos a falta de políticas públicas de assistência social e saúde, e em meio a isso, nem sabemos se vamos sobreviver ao vírus:

Me pergunto quem será o primeiro a tirar a vida de trabalhadores e trabalhadoras, o vírus, a fome, o tráfico, a milícia ou a polícia. E como nos assistentes sociais vamos responder as expressões da questão social nesse período de pandemia do COVID-19 e aprofundamento de crise do capitalismo.

Podemos identificar claramente, que tanto as profissionais quanto as(os) usuárias(os) procuram sobreviver a esta pandemia da melhor forma possível. Cada um com suas demandas, as profissionais precisam vender sua força de trabalho, atenderem de forma ética e proativa o grande quantitativo de usuários em busca de garantia de direitos, enquanto lidam com uma pandemia global e não deixam de ser responsáveis por suas vidas privadas e deveres domésticos. Já as(os) usuárias(os), especificamente as famílias, procuram meios de viver minimamente com dignidades, em meio a fome, violência, deficiência de habitação e saúde apropriadas, o que já é difícil em condições normais.

³⁷“Parte-se, então, da premissa que a “feminização” de determinados papéis, atividades e profissões faz parte de estratégias de produção e reprodução do capital voltadas para a desqualificação da força de trabalho, neste caso específico, da mulher.” (CISNE, 2004, p.11)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cara(o) leitora(o), longe de concluir, iremos apenas considerar alguns pontos para finalizarmos este texto. Espero que este trabalho, realizado com carinho, tenha lhe ajudado. Escrever para que todas e todos me compreendam, e que minhas palavras quebrem os muros da academia sempre foi meu intuito, de forma clara espero que meus pensamentos possam ser úteis para aquelas e aqueles que os leem.

Aceitar que a família é um conceito em constante disputa, é entender que o papel que a mesma desempenhará dentro das políticas será proporcional ao conceito que está sendo validado naquela situação. Por se tratar de uma instituição contraditória, as famílias nem sempre são prejudicadas por estarem no foco da disputa, muito pelo contrário, elas serão mais ou menos beneficiadas de acordo com vários aspectos do momento que se segue. Dependerá do Governo em vigor, do investimento da máquina pública, principalmente no social, da situação econômica, social e mundial, ou seja, vários fatores influenciam na disputa de poder e na proteção social à essas famílias.

A importância das famílias no contexto social revela um modo próprio de vida, principalmente das camadas mais pobres, o que nos faz atentar para possibilidade de resistência a opressão e violência que elas podem possuir. Segundo Reis (2004), a família exerce uma função ideológica, pois além da reprodução biológica, promove sua própria reprodução social, participando e sendo participativa, ao mesmo tempo, a um projeto global a qual está inserida em determinado momento histórico. Por isso esta instituição se torna tão contraditória, e representa um palco de disputas, pois trata-se de um espaço transformador e único.

Como vimos, uma política voltada para as famílias precisa levar em consideração suas múltiplas formas e demandas, precisa reconhecer as especificidades de seus membros, principalmente daquelas que tendem ser mais responsáveis por eles – as mulheres negras e pobres. Ouvir, dialogar e respeitá-las é condição necessária para uma política voltada para essas famílias. Através da maioria das falas das assistentes sociais, foi possível observar que existe políticas sociais voltadas para a família no Brasil, mas todas ressaltam que é necessária uma mudança estrutural em como elas são formuladas e passadas para a população: “*Há necessidade de pensar as políticas públicas considerando as mudanças nos arranjos familiares e sua pluralidade*” (Rosa).

Esta política também deve ser construída com as(os) profissionais que nelas atuam, pois é através da experiência e do cotidiano que é possível elaborar estratégias condizentes com a realidade das(os) usuárias(os): “*o projeto ético-político profissional deve apontar para a*

perspectiva protetiva já que as demandas apresentadas pelas famílias são expressões das desigualdades sociais, de base estrutural do modelo de sociedade no qual estamos inseridos” (Rosa).

É visível reconhecer nos questionários o quanto essas profissionais conhecem suas(seus) assistidas(os) e identificam as melhores possibilidades para o bem-estar da população e para realização do trabalho com qualidade, como por exemplo na fala da Margarida sobre a dificuldade de se executar políticas sociais voltadas para as famílias: *“Falta integração entre as demais políticas e o seu pleno funcionamento”* – o que aponta para a importância da intersetorialidade.

Quatro das cinco participantes não acreditam que haja uma política pensada e construída considerando o gênero, pelo contrário, há uma falta reflexão crítica sobre o papel da mulher nas famílias e como principais beneficiadas dos programas, o que acaba agravando as desigualdades de gênero e atribuindo as mulheres um lugar de subalternidade. Por isto, políticas voltadas para as famílias deveriam ser capazes de desenvolver o intermédio entre os espaços privados e públicos, evitando a responsabilização elevada e culpabilização, bem como promover serviços e ações que auxiliem no cotidiano desses membros como creches em horário integral, auxílios, oportunidades de emprego, entre outros.

Acreditamos que a Política de Assistência Social como um todo necessita de melhorias e mais investimento por parte do Estado, e ainda que, em Niterói, especificamente, a prefeitura esteja cumprindo seu dever melhor em relações aos outros municípios, principalmente com a chegada da pandemia de Covid-19, mas entendemos que muitas coisas precisam melhorar. O reconhecimento das demandas das(os) assistidas (os), as condições de trabalho das(os) profissionais e investimento nas políticas públicas são necessários.

Para este momento de conclusão, destacamos a contribuição das assistentes sociais que participaram desta pesquisa, pois através do cotidiano de trabalho delas pudemos conceituar todo o estudo que fizemos até aqui. O Serviço Social é uma profissão que tem como particularidade o trabalho coletivo, é criado no cotidiano, entre equipe técnica, usuárias/usuários e o Estado. Usar dessas experiências e apreender com elas significa passar adiante este conhecimento, para que a próximas gerações possam evoluir como profissionais e desenvolver políticas de qualidade para estas famílias.

Reservo este espaço para parabenizar todas e todos profissionais que estão trabalhando na pandemia da COVID-19, e assim como as assistentes sociais participantes, mudaram suas vidas e correm riscos todos os dias para atenderem a população com serviços essenciais:

“Trabalhar na Assistência Social desde o mês de março deste ano está sendo um desafio sem precedentes” (MARGARIDA).

Por fim, ressalto aqui a importância de estudarmos gênero, família, feminismo, racismo, trabalho doméstico e violência no atual momento. Conceitos que permanecem em disputa, onde um lado da corda procura silenciar aqueles que buscam dar voz, pesquisadoras(os), profissionais e usuárias(os) são desrespeitadas(os) e desprestigiadas(os) por exporem suas experiências e estudos. Pesquisas estão sendo desqualificadas e os investimentos na educação estão sendo congelados ou cancelados, acabando com os sonhos e conquistas de milhares de sujeitos.

E o mais importante, em um ano (2020) onde tudo mudou, poder finalizar esta pesquisa, e estar bem de saúde com os que amo, é algo que devo agradecer. Espero que você leitora(o) esteja bem, com saúde, que não desista dos seus sonhos, pesquise, se forme e informe, trabalhe, lute e vença!

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ALMEIDA, Magali. FAMÍLIA NEGRA: ‘filha de estranho’ na sociedade brasileira. *Paper* apresentado na **Mesa Redonda Trabalho e Famílias**: configurações e tensões em contexto de desigualdades – XV ENPESS, Ribeirão Preto, 2016.

ALVES, Isabela. **A solidão tem cor: o sofrimento das mulheres negras no Brasil**. Observatório 3º Setor, 2018. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/carrossel/a-solidao-tem-cor-o-sofrimento-das-mulheres-negras-no-brasil/> Acesso em 18 de Novembro de 2020.

ANDERSON, Perry. **Balanco do Neoliberalismo**. In SADER Emir & GENTILLI, Pablo (org). Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ANDRADE, Fabrício Fontes. **Desfamiliarização das Políticas Sociais na América Latina: Uma breve análise dos sistemas de proteção social na região**. Barbarói. Santa Cruz do Sul, n.31, ago./dez. 2009.

ANTUNES, Leda. Minha Casa perto do fim? In: **Economia Uol**. 24 de novembro de 2019. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/reportagens-especiais/minha-casa-minha-vida-dez-anos/#cover> Acesso em 17 de setembro de 2020.

AVELAR, Larissa M. S.; SHIOMATSU, Gabriella Y.; NINOMIYA, Vitor Y.; CARVALHO, Ricardo T.de. **5 Perguntas e Respostas Sobre Grupos De Risco Da Covid-19**. Coronavírus: Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, 2020. Disponível em: <https://coronavirus.saude.mg.gov.br/blog/84-grupos-de-risco-para-covid-19> Acesso em 17 de Novembro de 2020.

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70; 1977.

BARIFAUSE, Rafael. Por que o H1N1 não parou economias como a pandemia de coronavírus? **BBC News Brasil**, São Paulo, 2020, disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52078906> Acesso em 17 de Agosto de 2020.

BAUER, Martin W. e GASKELL, George. **Entrevistas individuais e grupais**. In: Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático, Petrópolis: ed. Vozes, p.64-89, 2003.

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas Públicas e Violência no Brasil**. Ministério Público do Paraná, 2009.

BRAGA, Cenira Duarte; BARROS, Nívia Valença; FREITAS, Rita de Cássia Santos. Política social, famílias e gênero – temas em discussão. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 4, n.2, 2012. p.111-123.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Distrito Federal: Senado Federal. 1988.

BRASIL. **Lei nº 10.406**, DE 10 DE JANEIRO DE 2002. Institui o Código Civil. Brasília, Presidência da República, Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. 2002.

BRASIL. **Lei nº 8.742**, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social. Diário Oficial da União. Brasília, 8 dez. 1993.

BRASIL. **Lei nº 12.435**, de 6 de julho de 2011. Altera a Lei nº 8.742, que dispõe sobre a Organização da Assistência Social. Diário Oficial da União, Brasília, 7 jul. 2011.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Gestão Do Trabalho No Âmbito Do Suas: Uma Contribuição Necessária. Brasília, DF: MDS ; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Política Nacional de Assistência Social. Brasília: MDS, 2004.

BOSCHETTI, Ivanete Salete; TEIXEIRA, Sandra Oliveira. Seletividade e focalização na política de assistência social no Brasil. In: XVIII Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social, 2004, San José. XVIII Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social - La cuestión social y la formación profesional en Trabajo Social en el contexto de las nuevas relaciones de poder y la diversidad latinoamericana. **Anais [...]**. San José: ALAETS, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **Compreender**. In: A miséria do mundo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, p. 693- 732.

BUTTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003.

Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/novo-caged> Acesso em 03 de Setembro de 2020.

CAMPOS, Marta; MIOTO, Regina. Política de assistência social e a posição da família na política social brasileira. In: **Ser Social**, revista do Programa de Pós-graduação em Política Social do departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, nº 12, p.165-190. Jan/jul. 2003.

CAMPOS, Marta Silva; TEIXEIRA, Solange Maria. Gênero, família e proteção social: as desigualdades fomentadas pela política social. In: **Revista Katál**, Florianópolis, v.13, nº 1, 2010. p.20-28.

CARLOTO, Cássia Maria. Gênero, políticas públicas e centralidade na família. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 86, São Paulo: Cortez, 2006.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Recurso eletrônico. 1.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

CASTILHO, Cleide de Fátima Viana; CARLOTO, Cássia Maria. O familismo na política de Assistência Social: um reforço à desigualdade de gênero? **Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas**, ISSN 2177-8248: Universidade Estadual de Londrina, 24 e 25 de junho de 2010.

CELLARD, A. Análise documental. In: **Poupart, J et al.** A pesquisa qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

CISNE, Mirla. **Serviço Social: uma profissão de mulheres para mulheres?: uma análise crítica da categoria gênero na histórica “feminização” da profissão.** Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Ciências Aplicadas. 2004.

COLLINS, Patrícia Hill. **Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão,** In: MORENO, Renata (org.). Reflexões e práticas de transformação feminista. São Paulo: SOF, 2015.

COUTO, B.R; Yazbek, M. C.; Silva, M. O. S. e; Raichelis, R. (Orgs.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento.** São Paulo: Cortez, 2012.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: **Revista Estudos Feministas**, ano 10, p.171-188, 1º semestre, 2002.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

DOS REIS, Josélia Ferreira. **Acesso à Justiça e Serviço Social: Uma Análise do Campos de Disputas Pela Garantia de Direitos.** Josélia Ferreira dos Reis; Nívia Valença Barros, orientador; Vânia Morales Sierra, coorientador. Tese (doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

DUARTE, Constância Lima. **Feminismo: uma história a ser contada.** In: ARRUDA, Angela. [et al]; organização: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. “Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto”. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 25-48.

ERBAS; Denise da Silva. **Uma análise da intersectorialidade no cumprimento das condicionalidades da saúde do Programa Bolsa Família a partir das interfaces com o Programa Médico de Família de Niterói.** Dissertação de Mestrado do Programa De Estudos Pós-Graduados Em Política Social. Universidade Federal Fluminense – UFF. Niterói, outubro de 2010.

FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva.** São Paulo: Elefante, 2017.

FLICK, U. **Posturas teóricas subjacentes à pesquisa qualitativa.** In: Introdução à pesquisa qualitativa. Flick, U. Porto Alegre: Artmed Bookman 2009.

FONSECA, Cláudia. Mãe é uma só? Reflexões em torno de alguns casos brasileiros. In: **Revista Psicologia USP**, nº. 2, vol. 13, São Paulo: USP-IP, 2002.

FONSECA, Karina Santos da. **Serviços e benefícios da política de assistência social: um diagnóstico dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) do município de Bom Jardim – RJ**. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal Fluminense, Escola de Serviço Social, 2017.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. **Trabalho Doméstico**. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; Le Doaré, Hélène (orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora Unesp, p.256-262, 2009.

FRANCHINI, B. S. O que são as ondas do feminismo? In: **Revista QG Feminista**. 2017. Disponível em: <https://medium.com/qg-feminista/o-que-s%C3%A3o-as-ondas-do-feminismoeed092dae3a>. Acesso em 24 de Agosto de 20219.

FREITAS, Rita de Cássia Santos. Em nome dos filhos, a formação de redes de solidariedade – algumas reflexões a partir do caso Acari. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 71, São Paulo: Cortez, 2002.

FREITAS, Rita. Famílias, violência contra as mulheres, gênero e proteção social – desenhando uma proposta de estudos. IN: **Indagatio Didactica**. Aveiro: vol. 5, 2013

GARCIA JUNIOR, E. F.; MEDEIROS, S.; AUGUSTA, C. **Análise documental: uma metodologia da pesquisa para a Ciência da Informação**. Temática: Ano XIII, n. 07. P.138-151, Julho/2017.

GASPAROTTO, Geovana P. e GROSSI, Patrícia K. A perspectiva de gênero na política de assistência social: um debate necessário. In: **O Social em Questão** - Ano XX - nº 38 - p. 207 – 226, Mai a Ago/2017.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; 1989.

GONZALES, Lélia. **Por um feminismo Afro-latino-Americano**. IN: Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino, nº 1, Batalha de Ideias. Brasil, p.12-20, 2011.

GONZALES, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Record ed., 2004.

GUNTHER, Hartmut. **Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta É a Questão?** Psicologia: Teoria e Pesquisa Mai-Ago 2006, Vol. 22 n. 2, pp. 201-210.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A ed., 2002.

HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais**. Tempo Social, São Paulo, v. 26, nº 1, p.61-73, jun. 2014.

HIRATA, H. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. In: **Revista Tecnologia e Sociedade**, 2. ed., Curitiba, p. 1-7, 2010.

HIRATA, H. E KERGOAT, D. **Os paradigmas sociológicos à luz das categorias de sexo: qual a renovação da epistemologia do trabalho?**. In: S. Baçal (org) Trabalho, educação, empregabilidade e gênero, Manaus, EDUA (Editora da Universidade Federal do Amazonas), 2009, p. 173-189.

IBDFAM – Instituto Brasileiro de Direito de Família. **Paternidade responsável: mais de 5,5 milhões de crianças brasileiras não têm o nome do pai na certidão de nascimento**, disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/noticias/7024/Paternidade+respons%C3%A1vel%3A+mais+de+5%2C5+mil%C3%B5es+de+crian%C3%A7as+brasileiras+n%C3%A3o+t%C3%AAm+o+nome+do+pai+na+certid%C3%A3o+de+nascimento> Acesso em 24 de Agosto de 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Agência de Notícias. **Mulher estuda mais, trabalha mais e ganha menos do que o homem**, disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20234-mulher-estuda-mais-trabalha-mais-e-ganha-menos-do-que-o-homem> Acesso 24 de Agosto de 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**, disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/habitacao/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e> Acesso em 24 de Janeiro de 2019.

ID Jovem Juventude, disponível em: <https://idjovem.juventude.gov.br/> Acesso em 17 de Novembro de 2020.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Estudo detalha situação do analfabetismo no País**, disponível em: <http://inep.gov.br> Acesso em 02 de setembro de 2020.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça**, disponível em: http://www.ipea.gov.br/retrato/edicoes_anteriores.html Acesso em 24 de Agosto de 2019.

JACCOUD, Luciana; BICHIR, Renata; MESQUITA, Ana Cleusa. **O SUAS na Proteção Social Brasileira: Transformações recentes e perspectivas**. Novos estudos CEBRAP: SÃO PAULO. V36.02. 2017.

JUNIOR, Nelson Côrtes Pacheco; SILVA, Tamara de Oliveira. A informalidade e a sua atuação na região metropolitana do rio de janeiro: em busca da compreensão do trabalho ambulante no leste metropolitano. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. Universidade de São Paulo. Março de 2005.

KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**. IN: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; Le Doaré, Hélène (orgs.). Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

KERGOAT, Danièle. **Em defesa de uma sociologia das relações sociais**. Da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, Andréel alii (orgs). O sexo do trabalho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

LOURO, Guacira Lopes. **Nas redes do conceito de gênero**. Gênero & Saúde (org.: Marta Júlio M Lopes et all), Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Tema, método e objetivo desta pesquisa**. São Paulo, Abril Cultural, 1978.

MARTINS, José de Souza. O artesanato intelectual na sociologia. In: **Revista Brasileira de Sociologia**, vol. 1, n, 2, 2013.

MATTOS, R. A. **Ciência, Metodologia e Trabalho Científico (ou Tentando escapar dos horrores metodológicos)**. In: MATTOS, R. A.; BAPTISTA, T. W. F. (Orgs.) Caminhos para análise das políticas de saúde, p.20-51,2011.

MERHY, E.E. **O conhecer militante do sujeito implicado: o desafio de reconhecê-lo como saber válido**. In: FRANCO, Túlio Batista; PERES, Marco Aurélio de Anselmo. (Org.). Acolher Chapecó. Uma experiência de mudança do modelo assistencial, com base no processo de trabalho. 1 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2004, v. 1, p. 21-45.

MESQUITA, Adriana de Andrade. **“Com licença, eu vou a luta!”: o desafio de inserção das mulheres da periferia carioca no mercado de trabalho**, Dissertação de Mestrado da Universidade Federal Fluminense, 2005.

MESQUITA, Adriana de Andrade e FREITAS, Rita de Cássia Santos. Programas de transferência de renda e centralização nas famílias: prioridades do sistema de proteção social não contributivo brasileiro em questão. In: **O Social em Questão** - Ano XVII - nº 30, p. 193 – 220, 2013.

MILLS, C. W. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MILSKOLCI, Richard. **A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização**. Sociologias. Porto Alegre, Dossiê, ano 11, nº 21, p. 150-182, jan./jun. 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **O Desafio da Pesquisa Social. IN: Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

Ministério da Educação. **BPC na Escola**, disponível em: <http://portal.mec.gov.br/politica-de-educacao-inclusiva/262-programas-e-acoes-1921564125/programa-de-acompanhamento-e-monitoramento-do-acesso-dos-beneficiarios-1866580789/12291-programa-de-acompanhamento-e-monitoramento-do-acesso-dos-beneficiarios-do-beneficio-de-prestacao-continuada-da-assistencia-social-bpc-na-escola> Acesso em 06 de Setembro de 2020.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS** – 1. ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Secretaria Nacional De Assistência Social. Sistema Único De Assistência Social – SUAS. Norma Operacional Básica NOB/SUAS: Construindo As Bases Para A Implantação Do Sistema Único De Assistência Social. Brasília, 2005.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Relatórios de Informações Sociais. Disponível em: aplicacoes.mds.gov.br Acesso em 07 de agosto de 2020.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS Brasília – DF, 2013.

MIOTO, R. C. **Família, trabalho com famílias e Serviço Social**. Palestra proferida na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Londrina: Serviço Social em Revista, v. 12, nº 2, 2010.

Multi Cidades. **Finanças dos Municípios do Brasil**. Publicação da Frente Nacional de Prefeitos. V15 (2020). Vitória, ES: Aequus Consultoria, 2020.

O FLUMINENSE. Prefeitura de Niterói cadastra famílias para receber cestas básicas, disponível em: <https://www.ofluminense.com.br/cidades/34-niteroi/3270-prefeitura-de-niteroi-cadastra-familias-para-receber-cestas-basicas> Acesso em 07 de Setembro de 2020.

OLIVEIRA, NHD. **Recomeçar: família, filhos e desafios** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 236 p.64-107.

Pacto Niterói Contra Violência, disponível em: <http://pactocontraaviolencia.niteroi.rj.gov.br/> Acesso em 17 de Novembro de 2020.

PAES, Mateus Henry de Souza; PORTUGAL, Rodrigo. **Niterói/RJ e o Petróleo: receitas públicas municipais**. Boletim Petróleo, Royalties e Região - Campos dos Goytacazes/RJ - Ano XVI, nº 63 mai-ago/2019.

PATRIOTA, Lúcia Maria. **Cultura, identidade cultural e globalização**. João Pessoa - Número Quatro, agosto de 2002.

PEREIRA-PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar**. In: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina (Orgs.). Política social, família e juventude: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2010. p. 25-42.

PEREZ, Adriana Medalha. **O controle social, a intersetorialidade e as condições operacionais da proteção social básica no município de Montes Claros-MG**. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal Fluminense, Escola de Serviço Social, 2013.

PEREZ, Suyane Campos. **Programa Bolsa Família e mercado de trabalho para mulheres - um estudo exploratório no município de Alegrete/RS** / Suyane Campos Perez. – 2017.

PERROT, Michéle. **Sair**. In: PERROT, Michéle; DUBY, Georges; FRAISSE, Geneviève. História das mulheres: o século XIX. Edições Afrontamento, Ebradil, São Paulo, 1994. p. 503-539.

Portal Brasileiro de Dados Abertos, disponível em: [http://dados.gov.br/organization/about/ministerio-do-desenvolvimento-social-mds#:~:text=%C3%93rg%C3%A3o%20extinto%20com%20a%20edi%C3%A7%C3%A3o,18%20de%20Junho%20de%202019.&text=O%20MDS%20tamb%C3%A9m%20era%20resposns%C3%A1vel,Erradica%C3%A7%C3%A3o%20da%20Pobreza%20\(FNCP\)](http://dados.gov.br/organization/about/ministerio-do-desenvolvimento-social-mds#:~:text=%C3%93rg%C3%A3o%20extinto%20com%20a%20edi%C3%A7%C3%A3o,18%20de%20Junho%20de%202019.&text=O%20MDS%20tamb%C3%A9m%20era%20resposns%C3%A1vel,Erradica%C3%A7%C3%A3o%20da%20Pobreza%20(FNCP)) Acesso em 06 de Setembro de 2020.

Prefeitura de Niterói. Prefeitura de Niterói cadastra famílias em vulnerabilidade social para receber cestas básicas, disponível em:

http://www.niteroi.rj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6628:2020-05-14-15-58-19 Acesso em 07 de Setembro de 2020.

Prefeitura de Niterói, Secretaria do Idoso de Niterói cria serviço de atendimento para a terceira idade durante isolamento social, disponível em:

http://www.niteroi.rj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6624:2020-05-11-17-50-11 Acesso em 15 de Setembro de 2020.

Prefeitura de Niterói. Serviço ao Cidadão - Coronavírus, disponível em:

<https://coronavirus.niteroi.rj.gov.br/#/main/dyview> Acesso em 05 de Janeiro de 2021.

RAGO, Margareth, **Epistemologia Feminista, gênero e história.** In: ARRUDA, Angela. [et al]; organização: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. “Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto”. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 371-387.

REIS, José Roberto Tozoni. **O Indivíduo e as Instituições.** In: LANE, Wanderley Codo. Orgs. “Psicologia Social: o homem em movimento”. Brasiliense, 2004.

REGUEIRA, Chico. Milicianos de Belford Roxo leiloam apartamentos do programa 'Minha Casa, Minha Vida' tomados por eles. In: **G1.** 03 de julho de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/07/03/milicianos-de-belford-roxo-fazem-leiloes-de-apartamentos-do-programa-minha-casa-minha-vida-tomados-por-eles.ghtml> Acesso em 17 de Setembro de 2020.

RODRIGUES, Letícia. Conheça as 5 maiores pandemias da história. In: **Revista Galileu,** 2020, disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Saude/noticia/2020/03/conheca-5-maiores-pandemias-da-historia.html> Acesso em 17 de Agosto de 2020.

ROSENEIL, Sasha. Viver e amar para lá da heteronorma: Uma análise queer das relações pessoais no século XXI. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais,** 76, p. 33-51, Dezembro 2006.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres.** In: Políticas do Sexo. São Paulo: UBU Editora, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Rearticulando gênero e classe social.** Uma questão de gênero (org.: Albertina de Costa e Cristina Bruschini), Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/ São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1992.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero Patriarcado Violência.** São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2º edição. 2015.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Violência de gênero no Brasil atual. In: **Revista Estudos Feministas.** Ano 2, 2º semestre de 1994.

SANTOS, Ana Cristina. Entre a academia e o ativismo: Sociologia, estudos queer e movimento LGBT em Portugal. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais,** 76, p. 91-108, 2006.

SANTOS, Rúbia dos. **Rumos da Política Social Brasileira no Século XXI: Focalização e seletividade.** In: Sociedade em Debate, Pelotas, 66 13(2): 65-83, jul.-dez./2007.

SANTOS, Wanderley G. **Décadas de espanto e uma apologia democrática**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

SANTOS, Wenderson. R. dos. **O circuito familista na Política de Assistência Social**. Porto Alegre: Textos & Contextos, v. 16, n. 2, p. 388 - 402, ago./dez. 2017.

SARTI, Cynthia. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**, 2ª ed., São Paulo: Cortez, 2003.

SARTI, Cynthia A. **Famílias enredadas**. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amalia. Família, redes, laços e políticas públicas. 4º ed. São Paulo: Cortez/Instituto de Estudos Especiais/PUC-SP, 2003, p.21-36.

SCOTT, Joan W. **A Mulher Trabalhadora**, In: FRAISSE, G.; PERROT, M. A história das mulheres no Ocidente. O século XIX. Porto: Afrontamento; São Paulo: EBRADIL, p. 443-475, 1994.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. In: Cadernos SOS Mulher. Recife. p. 1-35, 1990.

Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos de Niterói – SASDH. **Plano Municipal de Assistência Social – Exercício: 2018-2021**. Niterói, RJ, 2017.

SOARES, Rafael. Polícia identifica traficantes que invadiram condomínio do 'Minha Casa, Minha Vida' em Niterói. In: **Jornal Extra**. 27 de agosto de 2019. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/policia-identifica-trafficantes-que-invadiram-condominio-do-minha-casa-minha-vida-em-niteroi-23906708.html> Acesso em 17 de setembro de 2020.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana. **Políticas públicas e a articulação entre trabalho e família: comparações inter-regionais**. In: FARIA, N. (org); MORENO, R. (org). Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres. Coleção Cadernos Sempreviva. Série Economia e Feminismo, 2, São Paulo: SOF, p.57-74, 2010.

SZYMANSKI, Heloisa. **Teorias e “teorias” de famílias**. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (org). A família contemporânea em debate. Cortez Editora, 1995, p.23-27.

TAVARES, Fabielle Guimarães. **A família na concepção dos profissionais de saúde que atuam no Programa Médico de Família de Niterói-RJ** / Fabielle Guimarães Tavares. – 110 f., 2010.

TEIXEIRA, Lucas Borges. **Lockdown: como funciona, o que é, significado e locais em que vale a medida**, disponível em: <https://noticias.uol.com.br/faq/lockdown-como-funciona-o-que-e-significado-e-regras-em-sp-e-mais-cidades.htm> Acesso em 07 de Setembro de 2020.

TEIXEIRA. Solange. M. Políticas públicas para a família: o desafio da superação do desenvolvimento em serviços de apoio à família. In: **SER Social**: Brasília. v. 12, n. 27. 2010.

TEIXEIRA. Solange. M. Família na Política de Assistência Social: avanços e retrocessos com a matricialidade sociofamiliar. **Rev. Pol. Públ.** São Luís, v. 13, n. 2. 2009.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da Modernidade**. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.

VALADARES, Maria Goreth Macedo. IBDFAM – Instituto Brasileiro de Direito de Família. **Os meus, os seus e os nossos: As famílias mosaico e seus efeitos jurídicos.** Disponível em: <https://www.ibdfam.org.br/artigos/597/Os+meus%2C+os+seus+e+os+nossos%3A+As+fam%C3%ADlias+mosaico+e+seus+efeitos+jur%C3%ADdicos> Acesso em 16 de Novembro de 2020.

VELHO, G. **Observando o familiar.** In: Individualismo e Cultura, notas para uma antropologia da sociedade contemporânea, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1981. p.123-132.

VICENTE, Henrique Testa; SOUSA, Liliana. **Família multigeracional: Estruturas típicas. Contributo para a avaliação do sistema familiar.** Cepese - Centro De Estudos Da População, Economia E Sociedade, 2007.

VITALE, Maria Amalia Faller. Faller. **Avós: velhas e novas figuras da família contemporânea.** In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amalia (org). Família, redes, laços e políticas públicas. 4º ed. São Paulo: Cortez/Instituto de Estudos Especiais/PUC-SP, 2003, p.93-105.

WEBER, Florence. **A Entrevista, a Pesquisa e o Íntimo, ou: Por que Censurar seu Diário De Campo?** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 15, n. 32, 2009.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobias. In: **Estudos Feministas**, ano 9, p.460-482, 2º semestre de 2001.

ANEXOS

ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO

QUESTIONÁRIO

Título do Projeto: Famílias e Assistência Social: Reflexões a partir do olhar das assistentes sociais

Pesquisadora responsável: Rafaella Musmanno Gonçalves

Professora Orientadora: Dra. Rita de Cássia Santos Freitas – UFF

Instituição a que pertence a Pesquisadora Responsável: Universidade Federal Fluminense

Telefone e E-mail para contato da Pesquisadora: (21) 983329437 / rmusmanno@id.uff.br

Nome do Participante (sigiloso): _____

Equipamento no qual atua: _____

Trabalho neste equipamento há _____.

PERGUNTAS

1. Como você define famílias?
2. Realiza leituras sobre o tema? Se sim, quais autores?
3. Quais famílias você atende cotidianamente no seu equipamento? Qual o perfil dessas?
4. A que demandas a política social busca responder, no que se refere às famílias em situação de vulnerabilidade?
5. Quais são os programas existentes voltados para famílias no CRAS que você trabalha? Quais objetivos esses programas perseguem?
6. Podemos dizer que existe uma política social voltada para a família? Se sim, porquê? Se não, o que falta na sua opinião?
7. E sobre as relações de gênero - acha um tema importante para a formulação de políticas sociais, principalmente aquelas relacionadas à família? Porquê?
8. Você diria que está - ou esteve em construção - uma política perpassada pelo gênero? Caso exista, esta política está relacionada com a família?
9. Como está sendo trabalhar com as famílias durante a pandemia do Covid-19? O que mudou no seu ambiente de trabalho? E na sua vida como um todo?

ANEXO 2 – TERMO DE CONSENTIMENTO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: Famílias e Assistência Social: Reflexões a partir do olhar das assistentes sociais

Pesquisadora responsável: Rafaella Musmanno Gonçalves

Professora Orientadora: Dra. Rita de Cássia Santos Freitas – UFF

Instituição a que pertence a Pesquisadora Responsável: Universidade Federal Fluminense

Telefone e E-mail para contato da Pesquisadora: (21) 983329437 / rmusmanno@id.uff.br

Nome do Participante:

Idade: _____ anos.

O (A) Sr. (ª) está sendo convidado (a) a participar da dissertação de Mestrado “Famílias e Assistência Social: Reflexões a partir do olhar das assistentes sociais”, de responsabilidade da pesquisadora RAFAELLA MUSMANNO GONÇALVES, sob orientação da professora Dra. Rita de Cássia Santos Freitas (UFF), e apresentamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, consoante a regulamentação da pesquisa com seres humanos normatizada pelas resoluções do Conselho Nacional de Saúde N° 466/2012 e N°510/2016.

Justificativa:

Duas dimensões se colocam como fundamentais nesta pesquisa. Por um lado, assistimos importantes mudanças nas configurações familiares e será importante conhecer como essas transformações aparecem e são reconhecidas pelas assistentes sociais no momento da intervenção. Por outro lado, é notória a centralização que as famílias vêm ocupando nas

políticas sociais. Se pensarmos especificamente na política de assistência social, a matricialidade sociofamiliar confirma essa tendência.

Esta dissertação faz parte de uma perspectiva de análise não só dos conceitos, especificidade e historicidade da Família, mas também das políticas públicas e sua estreita vinculação com a mesma. Mas entendendo o lugar central dos sujeitos, nesse caso, as assistentes sociais no processo de garantia dos direitos a essa população alvo, normalmente composta majoritariamente por mulheres negras e pobres.

Objetivo geral:

Analisar, a partir das falas das assistentes sociais que atuam nos CRAS, as políticas voltadas para as famílias no município de Niterói.

Metodologia:

Devido à quarentena por causa do Covid-19, foi escolhido como caminho metodológico para este estudo um questionário de 9 perguntas via E-mail com as Assistentes Sociais dos CRAS de duas regiões de Niterói, para garantir a integridade física da entrevistadora e dos entrevistados. No intuito de compreender como os profissionais trabalham em relação as famílias, como as definem; quais famílias atendem cotidianamente; que demandas essas possuem, que políticas e serviços são acessados pelas assistentes sociais e com esta analisa as atuais políticas voltadas para as famílias.

As instituições escolhidas foram os CRAS Centro e CRAS Barreto, por se tratarem de dois bairros populosos (Centro e Barreto) e, segundo o documento de 2017 da SASDH, são os equipamentos com maior número de famílias atendidas – 1024 e 843 famílias respectivamente. Quanto ao número de profissionais, trabalhamos na possibilidade de ouvir as assistentes sociais por instituição, sendo uma assistente social de campo e outra coordenadora do equipamento (também assistente social).

Esperamos que tanto os participantes quanto a comunidade possam se beneficiar do conhecimento produzido com a pesquisa, fortalecendo a atuação profissional nas instituições pesquisadas.

Em caso de dúvidas acerca dos procedimentos, riscos, benefícios e outros assuntos relacionados com a pesquisa ou com o tratamento individual, o participante pode entrar em contato com a pesquisadora pelo telefone (21)983329437 ou com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP pelo telefone (21)2629-9189.

A participação nesta pesquisa é voluntária e o consentimento poderá ser retirado a qualquer tempo, sem prejuízos ou qualquer forma de penalização. As informações, assim como a privacidade dos sujeitos da pesquisa são confidenciais. Reiteramos que os riscos mínimos de vazamento de informações serão prevenidos com o tratamento e guarda dos mesmos sob os parâmetros éticos em pesquisa pelo Serviço Social e regulamentações relativas (Resol. CNS Nº466/2012 e Nº510/2016), além da guarda sob senha de todos os arquivos pela pesquisadora em mídias próprias e privadas.

Esclarecemos que: Os Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) são compostos por pessoas que trabalham para que todos os projetos de pesquisa envolvendo seres humanos sejam aprovados de acordo com as normas éticas elaboradas pelo Ministério da Saúde. Assim, os CEPs procuram defender a dignidade e os interesses dos participantes, incentivando sua autonomia e participação voluntária. Procure saber se este projeto foi aprovado pelo CEP desta instituição. Em caso de dúvidas, ou querendo outras informações, entre em contato com o Comitê de Ética da Faculdade de Medicina da Universidade Federal Fluminense (CEP FM/UFF), por e-mail ou telefone, de segunda a sexta, das 08:00 às 17:00 horas.

E-mail: etica@vm.uff.br

Tel.: +55(21) 2629-9189

Eu, _____
Declaro ter sido informado(a) e concordo em participar, voluntariamente, do projeto de pesquisa acima descrito.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2020.

do(a) entrevistado(a) Nome

RAFAELLA MUSMANNO GONÇALVES (PESQUISADORA)

ANEXO 3 - FORMULÁRIO PARA AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA



FORMULÁRIO PARA AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA EM EQUIPAMENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS DE NITERÓI

(ANEXAR O PROJETO DE PESQUISA E DEMAIS DOCUMENTOS/FORMULÁRIOS PERTINENTES)

1. DADOS PESSOAIS	
Nome do titular da pesquisa:	
Instituição:	
Área de atuação:	
Endereço	
Rua/nº	
Fone:	
E-mail:	
2. DADOS DO COORDENADOR/ORIENTADOR	
Nome do coordenador/orientador da pesquisa:	
Instituição:	

Área de atuação:	
Endereço profissional	
Rua/nº	
Fone:	
E-mail:	
3. DADOS SOBRE A PESQUISA	
Título do projeto:	
Finalidade do projeto: () Monografia de Graduação () Mestrado () Doutorado () Outros – Especificar:	
Equipamento em que a pesquisa será realizada:	
Palavras-chave:	
1 -	4 -
2 -	5 -
3 -	6 -
Resumo do projeto:	

Objetivos da pesquisa (geral e específicos):	
Metodologia:	
Justificativa:	
Duração provável da pesquisa:	
Início:	Término:

4. CRONOGRAMA

5. DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO
<p>Declaro a veracidade de todas as informações fornecidas. Comprometo-me a enviar uma cópia da publicação científica originária desta pesquisa para esta secretaria, através da Coordenação de Gestão do Trabalho e Educação Permanente.</p> <p>Comprometo-me a executar as atividades previstas no projeto de pesquisa em anexo e a comunicar previamente qualquer alteração no mesmo.</p> <p>Comprometo-me, durante a pesquisa de campo, a estar sempre de posse da autorização de pesquisa e exibi-la aos servidores da SASDH sempre que necessário.</p>

Local e data: _____

Assinatura do titular da pesquisa: _____

Local e data: _____

Assinatura do coordenador/orientador da pesquisa: _____

() Deferido () Indeferido | Em ___/___/___ | Por:
